FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

QUE ECONOMIA QUEREMOS?

Coordenador

João Ferrão

Rui Carvalho

Alice Ramos

Olívia Bina

João Mourato

ESTUDOS DA FUNDAÇÃO

Ferrão, João
Geógrafo, investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, especialista em geografia humana, ordenamento do território e desenvolvimento regional e local. Avaliador de políticas para o Governo português e a Comissão Europeia. Foi consultor da OCDE, presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional e Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades. É atualmente pró-reitor da Universidade de Lisboa.

Carvalho, Rui
Investigador colaborador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Trabalhou anteriormente no Centro de Estudos Geográficos da mesma universidade. Licenciado em Geografia e Planeamento Regional pela Universidade Nova de Lisboa. Interesses de investigação atuais: estudos urbanos, migrações internacionais, transição para modelos socioeconómicos mais sustentáveis, e valores sociais e mudança cultural.

Ramos, Alice
Doutorada em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde é atualmente investigadora auxiliar convidada. Dedica-se, em particular, a duas linhas de pesquisa: análise do impacto da articulação entre processos sociais e individuais no desenvolvimento de atitudes discriminatórias; e utilização de metodologias comparativas e longitudinais aplicadas ao estudo da mudança social.

Bina, Olivia
Investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e *Adjunct Assistant Professor* do Departamento de Geografia da Chinese University of Hong Kong. Tem desenvolvido investigação e publicado extensamente no campo da governança ambiental em diferentes contextos (Europa, América Latina e China). Atualmente o seu trabalho centra-se nas noções de progresso, crescimento e sustentabilidade aplicadas ao futuro das cidades.

Mourato, João
Arquiteto (Faculdade de Arquitectura Universidade Técnica de Lisboa), PhD Town Planning - Bartlett School of Planning, University College London, investigador pós-doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Estuda a evolução do ordenamento do território enquanto política pública em Portugal, com destaque para os processos de aprendizagem e lógicas de adaptação institucional face a um quadro jurídico e político em mutação.

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 8.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Dezembro de 2014

Director de Publicações: António Araújo

Título: Que economia queremos?

Esta publicação resulta do Projeto MuVe – Valores e Atitudes face à Mudança a Favor de um Desenvolvimento Económico mais Sustentável, financiado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Autores: João Ferrão (coord.)
Rui Carvalho
Alice Ramos
Olívia Bina
João Mourato

Revisão de texto: Vasco Grácio

Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

Impressão e acabamentos: Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-8662-97-2
Depósito Legal 385 696/14

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos.
Os autores optaram por seguir o novo Acordo Ortográfico.
A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

QUE ECONOMIA QUEREMOS?

QUE ECONOMIA QUEREMOS?

Coordenação do Projeto
João Ferrão

Equipa de Trabalho
Rui Carvalho
Alice Ramos
Olívia Bina
João Mourato

ÍNDICE

Que economia queremos?

Capítulo 1

9 **Introdução**

Capítulo 2

13 **A Economia do futuro: cenários de transição**

13 2.1 A economia do futuro: o nosso ponto de partida

16 2.2 Agendas de transição

18 2.3 Valores sociais

20 2.4 Estratégias de gestão da transição

Capítulo 3

23 **Inquérito à População, a Empresários e a Autarcas: metodologia**

23 3.1 Conteúdo do questionário

24 3.1.1 Componente "agendas de transição"

30 3.1.2 Componente "valores sociais"

31 3.1.3 Componente "estratégias de gestão da transição"

31 3.2 Caracterização dos universos inquiridos

Capítulo 4

35 **Valores e atitudes face à mudança: fatores de unidade e de diversidade**

35 4.1 Principais convergências e divergências entre os três universos inquiridos

38 4.1.1 Valores sociais e mudança

49 4.1.2 Finalidades da economia: garantir a qualidade de vida dos cidadãos ou criar emprego?

51 4.1.3 Intensidade da mudança: inevitavelmente a caminho de uma economia diferente?

52 4.1.4 Direção da mudança: atitudes em relação à economia do futuro e a viver bem no futuro

58 4.1.5 Direção da mudança: prioridades por domínios

67 4.1.6 Agentes e instrumentos de mudança

77 4.2 Nota conclusiva

Capítulo 5
79 **Perfis-tipo face à economia do futuro**
79 5.1 Introdução
82 5.2 Perfis-tipo
82 5.2.1 População
87 5.2.2 Empresários
90 5.2.3 Autarcas
94 5.2.4 Uma visão de síntese
98 5.3 Perfis-tipo e agendas de transição

Capítulo 6
101 **Principais conclusões e pistas para o futuro**

115 Bibliografia

Capítulo 1

Introdução

No final dos anos 60 e no início da década seguinte do século passado, livros como *The Year 2000* (Kahn e Wiener, 1968), *Future Shock* (Toffler, 1970), *The Limits to Growth* (Meadows *et al*, 1972) ou *Redesigning the Future* (Ackoff, 1973), entre outros, pronunciaram-se sobre futuros desejados ou possíveis, num quadro de transformações que punham em causa a viabilidade de muitas das tendências económicas e sociais prevalecentes. Sobretudo após a crise desencadeada pelo primeiro choque petrolífero, em 1973, generalizou-se o recurso à afirmação, produzida anos antes pelo filósofo Maurice Blondel, de que «O futuro não se prevê, constrói-se». Fourastié anuncia, em 1979, o fim dos "30 anos gloriosos" posteriores à Segunda Guerra Mundial (1945-75). Multiplicam-se as análises prospetivas, que rompem com os conceitos modernos de progresso linear e de futuro previsível. «O futuro já não é o que era», célebre frase de Paul Valéry, torna-se de novo uma ideia recorrente entre as elites académicas, políticas e económicas.

Cerca de 40 anos mais tarde, vivemos um novo período de turbulência, acompanhado por uma intensa produção de documentos estratégicos e prospetivos. Múltiplos cenários alternativos são apresentados, uns normativos outros exploratórios, mas todos sublinhando a necessidade de introduzir alterações mais ou menos profundas nas sociedades e nas economias de hoje. Organizações internacionais e empresas, universidades e autoridades nacionais, *think-tanks* e entidades do terceiro setor, têm vindo a sugerir caminhos alternativos, futuros desejados, novos princípios orientadores para as economias e as sociedades do futuro.

Várias das ideias e das propostas destes documentos estratégicos e prospetivos, de natureza e de orientações muito diversificadas, vão ganhando eco junto de decisores privados, governantes, académicos e cidadãos, contribuindo,

não raro com um forte apoio mediático, para a emergência de novas conceções sobre o futuro e para a defesa de agendas que visam estimular a transição para os futuros desejados.

A crise financeira de 2007/8 e o seu posterior alastramento aos domínios económico, social e político vieram dar um novo impulso à necessidade de repensar o futuro. Ideias até então relativamente marginais e produzidas de forma fragmentária começam a ser integradas em discursos que procuram afirmar-se como alternativos às perspetivas prevalecentes nas últimas décadas. Entidades com forte influência no âmbito da formulação de novas agendas políticas e de novas gerações de políticas públicas, como as Nações Unidas, a OCDE e a Comissão Europeia, não têm ficado à margem dessa tendência, sugerindo a necessidade de redefinir paradigmas, objetivos, prioridades temáticas e formas de gestão da mudança.

Curiosamente, sabe-se pouco sobre o modo como os cidadãos, em geral, ou grupos específicos, como, por exemplo, os decisores públicos e privados, aderem aos vários discursos alternativos em confronto. O Projeto *MuVe – Valores e atitudes face à mudança para um novo modelo de desenvolvimento económico: a visão de empresários, autarcas e população*, desenvolvido em 2012 e 2013 com o apoio financeiro da Fundação Francisco Manuel dos Santos, procurou, justamente, identificar o grau de adesão daqueles três universos a alguns dos discursos-tipo hoje dominantes sobre o que deve ser a economia do futuro.

Como veem os portugueses a economia do futuro? O que pensam sobre a necessidade de mudar a atual economia? Qual a direção a tomar para garantir um modelo de desenvolvimento socioeconómico mais sustentável? Quais as prioridades a assumir em diversos domínios relacionados com a economia? Quais os instrumentos e os agentes mais importantes para estimular as mudanças desejadas? Quais os valores associados à opção pelos diferentes cenários de mudança? Estes são alguns dos aspetos que o estudo realizado procurou esclarecer.

Para responder a essas questões, aplicou-se um inquérito por questionário a amostras representativas da População, dos Empresários e dos Autarcas de Portugal continental. O questionário utilizado contemplou diversos conjuntos de opções alternativas sobre a economia do futuro, deduzidas a partir da análise de trinta e dois documentos estratégicos e prospetivos produzidos no atual contexto de crise (ou seja, posteriores a 2007) por organizações internacionais,

empresariais, académicas, da sociedade civil e de governos nacionais. Esses documentos têm em comum a defesa da necessidade de novos modelos de desenvolvimento socioeconómico, mas as orientações e as opções propostas são bastante diversificadas.

De forma a dar sentido a essa diversidade, os documentos foram analisados à luz da distinção, hoje bastante debatida nos meios académicos, entre economia do crescimento (*almost-business as usual*), economia do crescimento verde (*greening*) e economia do bem-estar / mudança global (*all-change*). Os apologistas da primeira perspetiva defendem situações de relativa continuidade em relação ao modelo prevalecente nas últimas décadas. Os subscritores da segunda preconizam a reforma da atual economia através de uma melhor gestão dos meios, sobretudo os de natureza escassa, sem, no entanto, colocar em causa os fins da economia hoje predominantes. Finalmente, os apoiantes da terceira perspetiva ambicionam uma transformação mais radical da economia e da sociedade, desde logo no que se refere aos fins prosseguidos.

Os objetivos da análise realizada foram revelar as atitudes e as opiniões dos inquiridos face a opções contrastantes sobre a economia do futuro, tentar perceber se elas se associam a valores e a características particulares dos inquiridos e colocar em debate público os resultados obtidos.

Esses resultados permitiram entender o que une e o que separa os portugueses no que se refere ao modo como encaram a economia do futuro e possibilitaram a identificação e a caracterização de diferentes perfis-tipo. Estes perfis-tipo indiciam que coexistem nos três universos, ainda que com incidências desiguais, visões distintas sobre a economia do futuro. Num extremo, colocam-se aqueles que não conseguem imaginar qualquer futuro ou que têm dificuldade em idealizar uma economia diferente da atual ou, mais corretamente, diferente da que prevalecia antes da crise iniciada em 2007/8. Ou seja, para estes inquiridos não existe, na verdade, qualquer agenda de mudança a favor de um novo modelo de desenvolvimento socioeconómico. No outro extremo, colocam-se os subgrupos que defendem explicitamente a necessidade de uma nova economia, uns a partir de uma visão próxima ou mesmo coincidente com a perspetiva da economia do crescimento verde, outros com posições tendencialmente convergentes com a perspetiva da economia do bem-estar, outros ainda com posições intermédias entre essas

duas visões ou com um posicionamento difícil de tipificar, pela especificidade ou pela natureza genérica das respostas dadas.

O estudo realizado fornece informação estrategicamente útil para aumentar a capacidade coletiva de a sociedade portuguesa decidir sobre o seu futuro e melhorar a aceitação social de estratégias de transição para modelos de desenvolvimento socioeconómico mais sustentáveis no nosso país. Na verdade, o conhecimento do grau de adesão revelado pelos inquiridos em relação a diferentes opções e prioridades sobre a economia do futuro, em geral, e sobre uma economia mais sustentável para o nosso país, em particular, é fundamental para qualquer processo de decisão sobre a economia do futuro em Portugal.

Esperamos que este livro constitua um ponto de partida para um debate mais amplo sobre o que une e o que divide os portugueses em matérias decisivas para repensar a economia do futuro e, ainda, sobre as razões e as condições de construção de agendas de transição a favor de um modelo de desenvolvimento socioeconómico mais sustentável em Portugal.

Uma versão mais desenvolvida e técnica deste livro pode ser vista no estudo *Economia do futuro: A visão de cidadãos, empresários e autarcas*, disponível para consulta em *www.ffms.pt*. Para a transformação do Relatório inicial neste livro contámos com a ajuda preciosa dos consultores do Projeto MuVe: José Manuel Henriques (ISCTE-IUL), Jorge Vala (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa), Luísa Schmidt (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa), Nuno Vitorino (Ilha, Lda.) e Rui Santos (Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa). Igualmente importante foi o acompanhamento científico do Projeto efetuado por parte da Fundação Francisco Manuel dos Santos, em particular através de José Tavares e de Pedro Magalhães e do parecer efetuado por um perito independente.

Capítulo 2

A Economia do futuro: cenários de transição

2.1 A economia do futuro: o nosso ponto de partida

Em 2007, os países mais ricos do mundo ocidental entraram num período de instabilidade. Uma nova crise financeira, ampla e profunda, alastrou dos Estados Unidos da América para a Europa e, em poucos meses, para o resto das economias do mundo. Os seus impactos fizeram-se sentir para além do setor financeiro, afetando a chamada economia real e a vida de milhões de pessoas.

Esta situação estimulou a elaboração de documentos estratégicos e prospetivos por parte de múltiplas entidades. Embora diversificados, todos sublinham a necessidade de uma transição para novos modelos de desenvolvimento socioeconómico, de forma a superar a atual crise e a evitar os impactos ecológicos negativos associados ao modelo de crescimento prevalecente nas últimas décadas.

Qual o grau de adesão dos portugueses a estas distintas propostas de mudança para novos modelos de desenvolvimento socioeconómico? Reconhecem os portugueses a necessidade de modelos alternativos e mais sustentáveis? Em concreto, procuraremos conhecer as atitudes e as opiniões de três universos – População, Empresários e Autarcas – sobre questões como as razões dessa mudança (porquê mudar?), a sua natureza (em que sentido mudar?), as suas características (o que mudar?), a sua intensidade (quanto devemos mudar?) ou os custos dessa mudança (o que aceitamos sacrificar em nome da mudança?).

A tentativa de encontrar respostas para as questões anteriores baseou-se num conjunto de tarefas complementares. A primeira consistiu na identificação e na análise qualitativa do conteúdo de um conjunto de documentos

que, explícita ou implicitamente, propõem soluções para as crises económica e ecológica, vistas numa ótica de interdependência. Com o objetivo de responder às questões anteriores, foram selecionados diversos documentos produzidos por organizações multilaterais, governos nacionais e organizações empresariais e da sociedade civil, incluindo *think tanks* e a academia, todos eles elaborados após o início da referida crise (quadro 2.1). Procurou-se que, no seu conjunto, estes documentos fossem representativos de um leque diversificado de perspetivas.

A análise qualitativa do conteúdo desses documentos permitiu classificar as propostas de resposta às crises económica e ecológica em três categorias-tipo: i) pacotes de estímulo nacional concebidos na ótica da economia do crescimento (*almost business-as-usual*); ii) propostas de estímulo para tornar a economia mais verde: crescimento verde (*greening*); e iii) propostas para uma transformação socioeconómica mais profunda: mudança global (*all-change*). Cada uma destas categorias caracteriza-se, e distingue-se das restantes, por um objetivo principal, um paradigma socioeconómico e uma conceção de progresso específicos (Bina, 2013a). No quadro 2.1 propõe-se uma distribuição dos documentos selecionados por essas categorias-tipo, com base na análise qualitativa dos seus conteúdos. Dada a dificuldade de associar todos os documentos a uma das três categorias-tipo referidas, adicionou-se uma categoria intermédia entre a perspetiva de crescimento verde e a ótica de mudança global.

Quadro 2.1 Documentos analisados por categorias de resposta às crises económica e ecológica

Economia do crescimento	Crescimento verde	Intermédia	Mudança global
EC and IILS (2009) *Green stimulus measures* Meyer-Ohlendorf *et al*. (2009) *Economic stimulus in Europe – accelerating progress towards sustainable development?*	EC (2010) *Europe 2020 A strategy for smart, sustainable and inclusive growth* EUCO (2010) *Conclusions [June & October]*, European Council, Brussels ILO (2012) Working towards sustainable development: opportunities for decent work and social inclusion in a green economy ISIS *et al*. (2010) *Paradigm shifts modelling and innovative approaches (PASHMINA): Scenario low carbon economy* McKinsey & Co (2010) *McKinsey global survey results: How companies manage sustainability* NEEA (2009) *Getting into the right lane for 2050: A primer for EU debate* OECD (2009a) *Declaration on green growth* OECD (2009b) *Green growth: Overcoming the crisis and beyond* OECD (2011b) *Towards green growth* ROK-PCGG (2009) *Road to our future: Green growth. National Strategy* ROK-PCGG (2009) *Framework act on low carbon* UN (2012) *The future we want. Resolution adopted by the general assembly* UNEP (2009) *Global green new deal –policy brief* UNEP (2011) *Towards a green economy*	APP (2010) *Africa Progress Report 2010: From agenda to action. Turning resources into results for people* Backhaus *et al*. (2012) *Sustainable lifestyles: Today's facts and tomorrow's trends* ECLAC (2010) *Time for equality – closing gaps, opening trails* ESCAP (2008) *Greening growth in Asia and the Pacific* Stiglitz *et al*. (2009) *Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress*	AAVV (2010) *Degrowth declaration of the Paris 2008 conference* Bartolini (2010) *Manifesto per la felicità [Happiness manifesto]* Costanza *et al*. (2012) *Building a sustainable and desirable economy-in-society-in-nature* Flipo and Schneider (2008) *Proceedings of the First International Conference on Economic De-Growth for Ecological Sustainability and Social Equity* GTI (2013) *Towards a transformative vision and praxis reports* ISIS *et al*. (2010) *Paradigm shifts modelling and innovative approaches (PASHMINA): Scenario beyond growth* Jackson (2009) *Prosperity without growth* Mujica (2012) *Discurso do Presidente do Uruguai, José Pepe Mujica na Rio+20* NEF (2009) *The great transition – A tale of how it turned out right* Pauli (2010) *The blue economy: cultivating a new business model for a time of crisis* WBGU (2011) *World in transition – a social contract for sustainability*

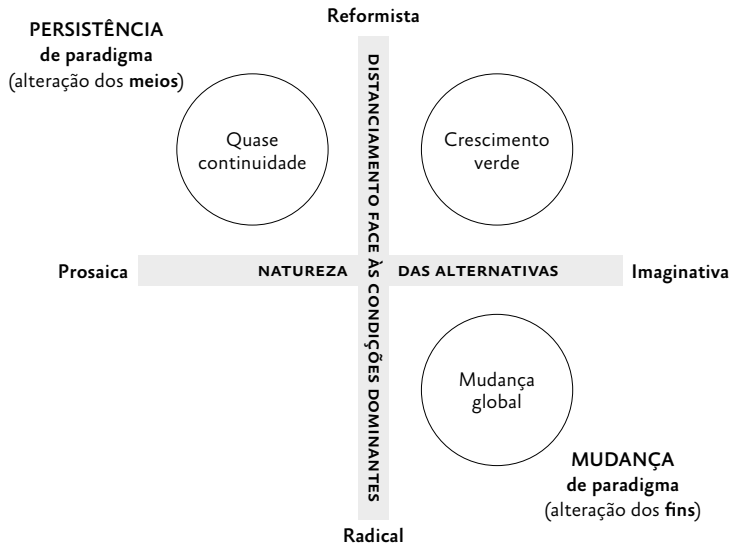
Fonte: Bina (2013a), adaptado

2.2 Agendas de transição

Tendo como objetivo enquadrar a análise e a interpretação dos documentos anteriores, iremos agora explorar a relação entre as três categorias-tipo consideradas e a classificação desenvolvida por Dryzek (2005) relativa aos discursos ambientais e ao modo como estes se relacionam com diferentes agendas socioeconómicas e de desenvolvimento.

Dryzek (2005) identificou duas dimensões-chave que influenciam a interação do homem com a natureza (figura 2.1). Por um lado, o tipo de apelo à mudança em relação às condições criadas pelo modelo de desenvolvimento industrial ainda hoje dominante, que pode ser de pendor mais reformista ou mais radical. Por outro lado, a dimensão propositiva dos discursos, cuja natureza pode ser diferenciada entre alternativas mais prosaicas (pouco profundas) e soluções mais imaginativas (pressupondo alterações mais estruturais) face às opções sociais, políticas e económicas atualmente prevalecentes. A mudança dos discursos prosaicos para os imaginativos e dos reformistas para os radicais implica um questionamento tanto dos fins como dos meios do paradigma socioeconómico dominante.

Figura 2.1 Relação entre a classificação dos discursos ambientais de Dryzek e as três categorias-tipo de resposta às crises económica e ecológica



Fonte: Bina (2013a), adaptado

Segundo Dryzek (2005), os discursos que são ao mesmo tempo reformistas e prosaicos representam uma abordagem conservadora, incremental e pouco intensa da mudança face ao paradigma vigente. Pelo contrário, os discursos de natureza simultaneamente radical e imaginativa correspondem a uma abordagem progressista, rápida e de longo alcance, visando a mudança do paradigma vigente. De acordo com esta classificação, os discursos reformistas e prosaicos estão próximos do conteúdo da categoria-tipo economia do crescimento (*almost business as usual*). As tipologias correspondentes às propostas e aos discursos de mudança imaginativos e reformistas apresentam uma ligação clara com a categoria-tipo crescimento verde (*greening*). Finalmente, os discursos com um teor simultaneamente imaginativo e radical aproximam-se da categoria-tipo mudança global (*all-change*). Por facilidade de comunicação, esta última categoria foi redenominada "economia do bem-estar", adotando-se a nomenclatura aplicada a um dos cenários desenvolvidos no projeto PASHMINA sobre a economia no futuro (ISIS *et al.*, 2011).

Em conclusão, assume-se assim que coexistem atualmente dois discursos principais de mudança: o da economia do crescimento verde e o da mudança global, ou economia do bem-estar.

O primeiro não rompe de forma radical com o modelo de crescimento de quase continuidade (*business-as-usual*), mas diferencia-se dele pelo facto de incorporar preocupações com o ambiente, centradas na procura de um crescimento económico caracterizado por um uso mais eficiente dos recursos, visando uma maior competitividade da economia.

O segundo adota a perspetiva da prosperidade para além do crescimento económico, afasta-se de uma visão estritamente centrada na economia, funda-se numa crítica à economia de mercado, baseia-se no princípio de que há limites claros à exploração dos recursos disponíveis e defende a necessidade de uma alteração profunda a partir da revisão dos fins prosseguidos.

Os conteúdos do questionário aplicado aos três universos procuram refletir a distinção entre estas duas perspetivas de mudança.

2.3 Valores sociais

A investigação sobre valores sociais assenta no pressuposto de que estes correspondem a motivações básicas ou a princípios fundamentais que orientam vários aspetos da vida das pessoas. Desta forma, a análise dos valores permite estudar diferenças individuais entre as atitudes que cada um de nós assume, por exemplo, nas suas opções de vida, na relação que mantém com os outros ou no papel que consideramos ter na sociedade.

Contudo, outro pressuposto que orienta a investigação no domínio dos valores sociais é a ideia de que a importância que uma determinada sociedade confere aos valores reflete também os princípios fundamentais que orientam essa sociedade, o que permite o estudo dos valores partilhados em diferentes países e culturas. Isto é, além de os valores serem crenças duradouras que guiam a vida das pessoas, são também princípios-guia de uma sociedade.

Esta última perspetiva orientou o trabalho de vários investigadores, como Inglehart (1977), Hofstede (1980) e Schwartz (1992), que propuseram diferentes modelos gerais para interpretar os valores sociais. Neste estudo foi utilizado o modelo de Inglehart (1977). Este autor sugeriu que estava a ter lugar uma «revolução silenciosa» nas sociedades industriais avançadas, resultante das mudanças que se observavam na socialização das gerações mais recentes e visível através da transformação do leque de prioridades valorativas dessas sociedades. No caso particular da Europa, o argumento de Inglehart (1977) baseia-se na hipótese de que as gerações que cresceram em países destruídos pela guerra durante a primeira metade do século XX e cujas vidas se desenrolaram em cenários marcados pela escassez dariam prioridade aos valores que promovem a garantia da sobrevivência individual e social. Em contrapartida, as gerações que nasceram em sociedades já recompostas, nas quais a sobrevivência deixou de ser a principal prioridade, desenvolveram um conjunto de valores orientados para a necessidade de pertença e para a satisfação de necessidades intelectuais e estéticas.

É neste contexto de desenvolvimento das sociedades industriais que surge a distinção entre valores materialistas e valores pós-materialistas. Esta diferenciação traduz uma organização hierárquica de objetivos sociais de acordo com um modelo em cuja base se encontram as prioridades valorativas centradas na satisfação de necessidades básicas, no crescimento económico e na coesão social, e no topo as preocupações intelectuais e estéticas, a procura

de qualidade de vida e o interesse pela participação nos processos de tomada de decisão, quer em contexto laboral quer no âmbito do sistema político.

Quando os países ultrapassam a carência económica, as preocupações com a segurança, a ordem e o crescimento económico vão dando lugar à valorização da autorrealização, da participação cívica e da proteção do ambiente. Assim, e de acordo com o modelo de Inglehart (1977), dar prioridade ao primeiro tipo de preocupações corresponde à adesão aos valores materialistas, enquanto atribuir maior importância ao segundo tipo corresponde a uma identificação com valores pós-materialistas. Vários estudos posteriores, desenvolvidos não só por Inglehart mas também por outros autores (*e. g.* Welzel e Inglehart, 2005; Frazen e Meyer, 2010; em Portugal ver, entre outros, Freire, 2003, Almeida, 2003, Vala, 1993), fornecem evidência empírica suficiente para validar genericamente este modelo.

Ao contrário das atitudes – que correspondem a avaliações sobre objetos ou situações específicas e que, por isso, são transitórias – os valores são, por definição, motivações transversais, ou seja, não dependentes de objetos ou de situações específicas. Um elemento que caracteriza tanto os valores individuais (por exemplo, a identificação com o princípio da meritocracia) como os valores sociais (por exemplo, a consideração de que a sociedade em que vivemos deve garantir a liberdade de expressão) é a sua estabilidade.

Isto não quer dizer, no entanto, que os valores sejam imunes aos contextos. Enquanto avaliações do que é bom ou mau, desejável ou indesejável, os valores estão necessariamente ancorados em contextos individuais, económicos e sociais, e adaptam-se, ainda que lentamente, às mudanças e às transformações que neles ocorrem.

A transição de uma orientação maioritariamente materialista para uma orientação pós-materialista não é, assim, um processo imediato. Aliás, quer em Portugal quer nos restantes países europeus, o perfil maioritário caracteriza-se por combinar valores materialistas e pós-materialistas, ainda que com pesos relativos distintos de uns e de outros.

O modelo de Inglehart (1977) associa o progresso e o desenvolvimento à transformação das prioridades valorativas. Ou seja, embora com intensidades e ritmos diferenciados, considera-se que os valores chamados pós-materialistas tendem a alcançar uma expressão crescente em detrimento dos valores classificados como materialistas em todas as sociedades industriais, substituindo-os

gradualmente. Contudo, é possível admitir que o contexto de crise que se tem vindo a viver desde 2008 possa influenciar as orientações valorativas dos indivíduos, contribuindo para desacelerar ou até inverter essa tendência. Esta é, justamente, uma das questões que procuraremos aqui analisar.

Neste estudo pretendeu-se perceber se existe alguma relação entre os valores sociais dos inquiridos e as atitudes que expressam sobre a economia do futuro. Para entender essa eventual relação, procurámos responder a três questões:

i) Em que medida a diferenciação entre valores materialistas e valores pós-materialistas proposta por Inglehart é visível nos resultados do inquérito realizado? Isto é, existem indivíduos que revelam maioritariamente valores materialistas e outros que perfilham sobretudo valores pós-materialistas?

ii) Até que ponto estão as situações de maior vulnerabilidade económica e social associadas a uma maior adesão a valores materialistas? Ou seja, existe alguma relação entre determinadas características dos indivíduos e a natureza predominante dos seus valores?

iii) Em que medida se associam as diferentes opções relativas à economia do futuro e as distintas atitudes face a um desenvolvimento económico mais sustentável a conjuntos particulares de valores? Dito de outra forma, as opções e as atitudes dos inquiridos estão relacionadas com o tipo de valores a que estes aderem?

Finalmente, e dado o atual período de crise e austeridade, procurámos ainda entender até que ponto os resultados obtidos traduzem o contexto particular que hoje vivemos.

2.4 Estratégias de gestão da transição

As transições são processos de mudança, contínuos e graduais, de aspetos estruturais de uma sociedade ou de um subsistema da sociedade. Correspondem a um conjunto de mudanças interligadas que se reforçam mutuamente mas que têm lugar a diferentes níveis e em distintos domínios (Rotmans *et al.*, 2001:16): tecnologia, economia, instituições, comportamentos, práticas, cultura, ecologia, sistema de valores, entre outros.

Assume-se hoje em dia, como se referiu anteriormente, a coexistência de dois discursos principais de mudança: o da economia do crescimento verde e o da economia do bem-estar. Esses discursos-tipo sobre a economia do futuro valorizam diferentes finalidades e meios e assumem críticas diferenciadas em relação ao modelo económico contemporâneo predominante.

Embora defendam mudanças substantivamente distintas, esses dois discursos suscitam problemas idênticos quanto ao modo de estimular, concretizar e gerir os processos de transição em direção ao tipo de economia pretendido. Ou seja, independentemente do tipo de mudança em causa, o processo evolutivo de mudança suscita questões do mesmo tipo. Importa, então, centrar a atenção no conceito de gestão da transição, o que implica entender os fatores e os atores chave que condicionam, positiva ou negativamente, a evolução da mudança de modelo económico.

Para tal, há que analisar os processos e as causas subjacentes às atuais dinâmicas insustentáveis de desenvolvimento socioeconómico. Isso implica avaliar o contributo que aspetos tão diferentes como a tecnologia, as instituições, os comportamentos e as práticas sociais, a cultura e o sistema de valores predominantes tiveram na génese e na consolidação da insustentabilidade do modelo económico contemporâneo. Torna-se assim possível desenhar estratégias de transição para a sustentabilidade, identificando os instrumentos e os modos de governança necessários para a sua concretização (Markard *et al*., 2012).

Contudo, uma coisa é formular as necessárias estratégias de transição, outra bem distinta é mobilizar agentes e decisores de forma a desencadear e a gerir os processos de mudança necessários. De facto, os processos de transição não são uniformes nem determinísticos, caracterizando-se por grandes diferenças no que diz respeito à sua escala espacial e ao intervalo temporal durante o qual ocorrem, muitas vezes incompatíveis com as geografias político-administrativas e com os ciclos políticos.

As teorias da gestão das transições para a sustentabilidade procuram portanto a criação de estratégias eficazes de governança das relações sociedade-ambiente tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável ou, mais concretamente, de modos de produção e de consumo mais sustentáveis (Markard *et al*., 2012). Visam, acima de tudo, promover e viabilizar a mudança social a longo prazo, e não planeá-la e controlá-la (Voß *et al*., 2009). Contudo,

esta visão choca com práticas tecnocráticas e culturas institucionais fortemente enraizadas nas organizações, nomeadamente públicas, que não raro bloqueiam o desenvolvimento de soluções de governança inovadoras.

Assim, a concretização de estratégias de gestão da transição apoia-se em duas lógicas complementares. Por um lado, uma lógica de incrementalismo adaptativo às condições contextuais que influenciam a sua concretização, através do recurso a uma cuidadosa monitorização e adaptação das estratégias. Por outro, uma lógica de incrementalismo radical baseada na gestão do impacto cumulativo de medidas que, sendo cirúrgicas e de efeito reduzido enquanto ações isoladas, podem desencadear mudanças significativas caso se reforcem reciprocamente.

Em suma, o valor acrescentado da reflexão sobre as estratégias de mudança e as teorias sobre a gestão da transição para a sustentabilidade prende-se com a elaboração de recomendações quanto às políticas públicas, tendo em vista a transição para modelos de desenvolvimento socioeconómico mais sustentáveis. Aos governos compete determinar o ritmo, escala, direção e concretização dessas transições (Shove e Walker, 2007).

Capítulo 3

Inquérito à População, a Empresários e a Autarcas: metodologia

3.1 Conteúdo do questionário

Na sequência de uma primeira análise do conteúdo dos documentos representativos das várias perspetivas sobre a economia do futuro consideradas (quadro 2.1), foi elaborado um questionário para ser aplicado a três universos: População, Empresários e Autarcas.

O objetivo fundamental do inquérito por questionário efetuado junto destes três universos foi aferir o grau de adesão dos respondentes a prioridades, opções e soluções privilegiadas por diferentes perspetivas presentes nos documentos analisados.

Embora por razões distintas, estes três universos são igualmente decisivos para a mudança do atual modelo de crescimento económico. De facto, as atitudes e as opiniões dos inquiridos desses três universos, mesmo que correspondam apenas a afirmações de natureza discursiva sem tradução efetiva em práticas e em processos de decisão, constituem um dado relevante para avaliar o potencial grau de aceitação social de determinadas opções económicas por parte quer de quem poderá estimular e protagonizar as mudanças consideradas necessárias quer de quem pensa não ter qualquer papel nesse domínio.

Na presente secção expomos os conteúdos desse questionário, explicando o modo como as agendas de transição, a dimensão dos valores sociais (no que se refere à População) e as estratégias de gestão da transição (no que diz respeito aos Empresários e aos Autarcas) se traduzem na formulação das questões colocadas. São ainda apresentadas as opções referentes à aplicação do inquérito por questionário e as amostras finais dos três universos.

O questionário integra dois grandes blocos de questões, relativos, respetivamente, ao grau de adesão às chamadas agendas de transição de referência, definidas a partir dos documentos analisados, e à caracterização dos universos inquiridos, incluindo as dimensões referentes aos valores sociais (no caso da População) e às estratégias de gestão da transição (para os Empresários e os Autarcas).

3.1.1 Componente "agendas de transição"

A distinção entre fins e meios (O'Neill, 2012) é um fator essencial para a identificação de diferentes agendas de transição. De facto, é a importância atribuída aos fins e aos meios, bem como às noções de persistência e de mudança de paradigma, que ajuda a distinguir as propostas constantes dos documentos listados. Neste sentido, os aspetos relativos às agendas de transição foram estruturados em três partes (quadro 3.1):

i) Fins últimos: que sociedade queremos?;
ii) Fins intermédios: que economia queremos?;
iii) Domínios de análise da mudança e suas principais dimensões.

Da lista inicial de 32 documentos, foram selecionados 20 para uma análise de maior pormenor, com base em três critérios: i) representatividade dos dois discursos principais de mudança: economia do crescimento verde e economia do bem-estar; ii) diversidade geográfica; e iii) diversidade de entidades responsáveis pela elaboração dos documentos.

Quadro 3.1 Agendas de transição: operacionalização no questionário

Finalidades da economia	1. Fins últimos (que sociedade queremos?) 2. Fins intermédios (que economia queremos?)
Domínios de análise da mudança	1. Ambiente e Economia 2. Ciência e Economia 3. Estado e Economia 4. Mercado e Economia 5. Modelo territorial e Economia 6. Sociedade e Economia 7. Modelo empresarial e Economia Para cada um destes domínios foram consideradas as seguintes dimensões: a) Características do novo modelo económico proposto b) Instrumentos c) Atores

Efetuada a análise dos documentos à luz das duas agendas de transição consideradas, foi possível resumir os temas centrais e os objetivos subjacentes à mudança da perspetiva da economia de quase-continuidade (*business-as--usual*) para as perspetivas da economia do crescimento verde (*greening*) ou da economia do bem-estar *(all-change)*. O quadro 3.2 sintetiza esses temas e objetivos, indicando exemplos de propostas de mudança.

Quadro 3.2 Exemplos de propostas de mudança associadas à economia do crescimento verde e à economia do bem-estar

Dimensões de Análise		Economia do Crescimento Verde	Economia do Bem-Estar
Finalidades	Fins últimos	• Desenvolvimento sustentável; • Equidade social e redução da pobreza; • Melhor utilização dos recursos naturais e das fontes energéticas e menor degradação dos ecossistemas; • Integridade ecológica, eficiência e bem-estar humano.	• Transição para uma sociedade mais sustentável e mais justa; • Sociedade de "pós-carbono" com objetivos de longo-prazo; • Maior bem-estar e sustentabilidade vistos para além de objetivos materiais; • Maior atenção às dimensões relacionais da vida. humana.
	Fins intermédios	• Crescimento económico verde; • Maior eficiência no uso dos recursos e menor dependência de fontes de carbono; • Economia mais inovadora, sustentável, inclusiva e em contínuo crescimento.	• Economia de "pós-crescimento"; • Economia ecológica, alicerçada numa relação equilibrada com a sociedade e a natureza; • Economia colaborativa e relacional, capaz de moldar positivamente as relações e os estilos de vida.
Domínios de Análise da Mudança	Ambiente (e economia)	• Valorização do capital natural e dos serviços providenciados pelos ecossistemas; • Segurança alimentar e prevenção da perda de biodiversidade e da degradação do ambiente; • Sustentabilidade no uso da energia, visando mitigar as alterações climáticas.	• Emergência de um novo paradigma ecocultural, com menor utilização de recursos naturais, ciclos de nutrientes mais estáveis e utilização de técnicas de biomimetismo; • Menor exploração dos recursos, diminuição das emissões de carbono e do consumo energético.
	Ciência (e economia)	• Desenvolvimento e disponibilização universal de tecnologias mais "verdes"; • Mais conhecimento e inovação para fomentar um crescimento com menores impactos sobre o capital natural.	• Ciência deve ser colocada sobretudo ao serviço das sociedades e dos ecossistemas; • As inovações sociais e criativas são tão importantes como as inovações tecnológicas.
	Estado (e economia)	• Maior cooperação entre atores ao nível global e maior envolvimento em redes internacionais; • Governos devem ter sobretudo um papel regulador (e, secundariamente, fiscalizador); • Fortalecimento das dinâmicas de governança, envolvendo diferentes atores em coligações.	• Fortalecimento de políticas e enquadramentos politicos de âmbito internacional; • Papel forte dos governos nacionais nas respetivas economias; • Governança multinível, valorizadora do papel dos atores e das dinâmicas de participação locais.

Dimensões de Análise		Economia do Crescimento Verde	Economia do Bem-Estar
Domínios de Análise da Mudança	Mercados (e economia)	• Integração crescente das economias nacionais nos mercados e nas redes globais; • Mercados devem incorporar e colocar um valor, com efeito nos preços finais, sobre as externalidades subjacentes à produção.	• Modelo de produção social; • Paradigma de "localização" dos mercados; • Mercado não proprietário e orientado para a partilha de bens e de ideias; • Preços devem refletir as externalidades reais dos processos de produção e consumo.
	Modelo empresarial (e economia)	• Foco nas PME, sobretudo nas que operam em novos setores "verdes"; • Mudança baseada no progresso técnico e na inovação em setores "verdes"; • Generalização de práticas empresariais "verdes"; • Promoção de uma cultura de responsabilidade social e ambiental por parte das empresas.	• Empresas sustentáveis através de inovações constantes no âmbito das suas práticas e produtos; • Políticas laborais mais equilibradas e valorizadoras da redução das horas de trabalho; • Ambientes laborais mais diversificados e orientados para o bem-estar dos trabalhadores; • Modelos redistributivos de propriedade dos negócios e maior abertura na partilha de informações e de patentes.
	Sociedade (e economia)	• Maior inclusão social e redução da pobreza ao nível global; • Maior igualdade e promoção dos direitos de grupos historicamente em situações desvantajosas (sobretudo as mulheres); • Mudanças culturais, nos estilos de vida e nos valores sociais como elementos promotores de práticas de consumo mais sustentáveis.	• Democratização da riqueza; • Sociedade mais igualitária e participativa; • Atribuição de uma maior relevância aos tempos livres e às dimensões relacionais da vida; • Transição de um paradigma da quantidade para um paradigma centrado na qualidade.
	Território (e economia)	• Cidades organizadas em rede; • Gestão urbana mais sustentável (incluindo a universalização dos transportes "verdes"); • Coesão territorial e convergência regional.	• Reorganização das cidades em comunidades de menor dimensão, unidas por redes de transporte mais sustentáveis; • Mudança para um paradigma de "localização"; • Planeamento deve fomentar o capital social.

Fonte: Elaboração própria

Crise, necessidades humanas e condições de satisfação

José Manuel Henriques, economista, ISCTE-IUL

Vivemos tempos turbulentos. Tempos que nos convidam a refletir sobre as causas dos constrangimentos quotidianos e sobre as nossas possibilidades de ação. Tempos que nos convidam a procurar novos caminhos, aprendendo com a experiência e tornando-nos mais resilientes.

A maioria dos cidadãos vê-se confrontada com perdas significativas de rendimentos e com a necessidade de redefinir prioridades nas opções de consumo. Passa a tornar-se mais fácil colocar questões cuja pertinência não se apresentava antes como tão relevante: «Do que precisamos para viver?»

Ganha novos sentidos refletir sobre as nossas necessidades e sobre as condições contemporâneas da sua satisfação: "Do que precisamos para as satisfazer? Quais as que podemos satisfazer através do consumo? Quais as que veem a sua satisfação comprometida pela descida do nosso poder de compra? Quais as que *não* são afetadas por *não* dependerem do consumo? Como são socialmente condicionadas as nossas perceções subjetivas de insatisfação e de ação adequada à sua superação?".

Questões deste tipo tornam-se mais relevantes e não encontram resposta simples a partir da nossa experiência quotidiana. Também não é muito significativa a contribuição das ciências sociais quando procuramos respostas pragmáticas para os dilemas que se nos colocam.

Por um lado, algumas contribuições reduzem as explicações à experiência subjetiva de cada um, ao caráter relativo de qualquer formulação, e inviabilizam o aprofundamento da reflexão sobre as condições societais de que depende a satisfação de necessidades humanas. Por outro lado, há contribuições que reduzem as explicações às dimensões estruturais das nossas sociedades e inviabilizam uma reflexão sobre as perceções individuais e sobre a ação humana na criação de condições para mudanças intencionais nas condições de satisfação.

A satisfação das necessidades humanas constitui a razão de ser da existência humana em sociedade. As necessidades humanas resultam de uma complexa interdependência entre aspetos de natureza biológica, psicossocial e cultural. Estes últimos tanto podem interferir na génese de necessidades (perturbações do sistema imunológico, etc.) como na facilitação, ou no bloqueio, da tomada de consciência de necessidades, da sua insatisfação ou da adoção dos comportamentos mais adequados à sua satisfação (perceção subjetiva de comportamentos

de consumo como condição de satisfação de necessidades, etc.). As necessidades humanas têm em parte origem biológica e em parte origem no processo de socialização, têm em parte origem na sociedade e em parte no indivíduo. Algumas necessidades serão factos e outras interpretações. Os indivíduos poderão experimentar necessidades de que não tenham consciência, assim como podem ter consciência de necessidades que o não sejam. A satisfação de necessidades humanas não pode, naturalmente, reduzir-se à atividade de consumo.

Mas, em tempos de diminuição de rendimento disponível, também ganha novos sentidos a redefinição de necessidades consideradas de satisfação prioritária. Neste contexto discute-se a existência de necessidades consideradas "básicas". Necessidades básicas são necessidades humanas cuja não satisfação põe em risco a sobrevivência. Se a máxima destrutividade da insatisfação encontra na morte a sua expressão última, é na garantia da sobrevivência que se exprime a satisfação de necessidades básicas. Mas como a sobrevivência não pode ser dissociável de valores básicos de uma sociedade concreta, torna-se equiparável ao conceito de saúde da Organização Mundial de Saúde. Como se sabe, esta organização estabelece que não se trata da mera ausência de doença e pressupõe o bem-estar físico, psíquico e social. Presume a capacidade de elaboração crítica sobre a experiência vivida e a capacidade de mobilização da energia vital em função da esperança como condição de uma atitude autónoma e positiva perante a vida. A satisfação de necessidades básicas não pode decorrer, assim, de comportamentos de consumo associados à definição de *outputs* prioritários do processo produtivo.

Em tempos de crise torna-se ainda mais necessária a definição de prioridades. Está em causa a mobilização de recursos societais para a criação de condições viabilizadoras da vida saudável e da autonomia para toda a população. Uma perspetiva que não tem solução se a atenção recair apenas sobre a racionalidade dos mercados.

Criar condições para a vida saudável e para a preservação da autonomia coloca-se muito para além do consumo e deveria constituir uma prioridade absoluta de políticas públicas em contexto de crise.

Nas condições contemporâneas torna-se relevante criar condições que assegurem a máxima satisfação de necessidades com um mínimo de consumo e as condições facilitadoras da diminuição intencional da dependência mercantil em contexto de perda de rendimento (produção de valores de uso para autoconsumo, organização coletiva para o consumo e a geração de rendimento, etc.).

3.1.2 Componente "valores sociais"

A par da componente analítica sobre as agendas de transição, a mais importante para a definição dos conteúdos do questionário, procurámos aferir a relação existente entre o grau de adesão a essas agendas e a identificação com os valores sociais que representam as dimensões de materialismo e de pós-materialismo de acordo com a proposta de Inglehart (1977).

Para medir valores materialistas (M) e pós-materialistas (PM) foram incluídos no questionário à População oito do total de doze indicadores que compõem o instrumento de medida de valores desenvolvido por este autor. Perante dois conjuntos de quatro objetivos nacionais, foi pedido aos inquiridos que selecionassem a opção que consideravam ser a principal prioridade para o país e, seguidamente, a segunda prioridade (quadro 3.3).

O primeiro conjunto reúne os seguintes indicadores: "manter a ordem no país" (M), "dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões do governo" (PM), "combater o aumento dos preços" (M) e "defender a liberdade de expressão" (PM).

O segundo grupo é composto pelos seguintes indicadores: "manter um elevado nível de crescimento económico" (M), "garantir forças armadas fortes para defesa do país" (M), "procurar que as pessoas tenham mais participação no modo como são conduzidas as empresas e as autarquias" (PM) e "tornar as nossas cidades e o nosso campo bonitos" (PM).

Quadro 3.3 Indicadores relativos aos valores sociais (inquérito à População)

Pergunta	Indicadores utilizados	
Da seguinte lista de objetivos nacionais, qual deveria ser a primeira prioridade do país, isto é, a coisa mais importante a fazer? E qual deveria ser a segunda prioridade do nosso país?	**Primeiro conjunto**	Manter a ordem no país
		Dar aos cidadãos maior capacidade de participação nas decisões do governo
		Combater o aumento dos preços
		Defender a liberdade de expressão
	Segundo conjunto	Manter um elevado nível de crescimento económico
		Garantir forças armadas fortes para defesa do país
		Procurar que as pessoas tenham mais participação no modo como são conduzidas as empresas e as autarquias
		Tornar as nossas cidades e o nosso campo bonitos

3.1.3 Componente "estratégias de gestão da transição"

A terceira componente analítica do questionário refere-se às estratégias de gestão da transição a favor de um desenvolvimento económico mais sustentável.

Os indicadores sobre as estratégias de gestão da transição encontram-se exclusivamente no questionário aos Empresários e aos Autarcas através de perguntas sobre as opções de gestão, os atores e os instrumentos de regulação mais adequados para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal. Estas questões visam caracterizar diferentes soluções de governança da transição para novos modelos de desenvolvimento socioeconómico (quadro 3.4).

Quadro 3.4 Indicadores relativos às estratégias de gestão da transição (inquérito a Empresários e a Autarcas)

Dimensões	Perguntas do questionário aplicado a Empresários e a Autarcas
Atores	Dos seguintes tipos de entidades, qual considera ser o mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?
	Dos seguintes tipos de cooperação, qual considera ser o mais importante para estimular um desenvolvimento mais sustentável em Portugal?
Instrumentos de regulação	E dos seguintes instrumentos de regulação económica, qual considera ser o mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?
Opções de gestão	Das seguintes opções de gestão empresarial, qual considera ser a mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?
	E das seguintes opções de gestão autárquica, qual considera ser a mais importante para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal?

3.2 Caracterização dos universos inquiridos

As variáveis de caracterização consideradas para os três universos inquiridos foram as seguintes:

População: indicadores de caracterização sociodemográfica (sexo, idade, profissão, grau de escolaridade, rendimentos individual e familiar e posicionamento político), territorial (região / NUTS II e população do concelho de residência) e de valores sociais (dimensão "cultura" na sua relação com o desenvolvimento económico, traduzindo a

importância atribuída pelos respondentes a valores ditos materialistas e pós-materialistas).

Empresários: setor de atividade, dimensão da empresa (número de pessoas ao serviço) e variáveis territoriais (região / NUTS II e população do concelho da sede).

Autarcas: partido político, região (NUTS II) e população do concelho.

As características particulares de cada um dos universos, e sobretudo o facto de corresponderem a totais muito diferentes de indivíduos, obrigaram à adoção de métodos distintos de amostragem e de recolha dos dados.

No caso da População, a obtenção da informação foi efetuada através da administração presencial de um questionário estruturado, aplicado como um módulo temático de um inquérito mais vasto, realizado no contexto da rede International Social Survey Programme (ISSP). Assim, o universo População foi definido como correspondendo ao conjunto dos indivíduos com 18 ou mais anos residentes em Portugal continental. A seleção das unidades de amostragem e dos inquiridos baseou-se na aplicação de um método de amostragem probabilístico e aleatório. O trabalho de campo teve a duração de cinco meses, decorrendo entre novembro de 2012 e março de 2013. A dimensão final da amostra da População é de 1022 indivíduos.

A recolha dos dados referentes aos Empresários e aos Autarcas foi efetuada através da aplicação de um questionário estruturado via Internet, utilizando a plataforma *online* Survs. A aplicação dos inquéritos a estes dois grupos profissionais decorreu entre março e maio de 2013.

No que respeita aos Empresários, a amostra foi constituída a partir da base de dados de empresas do Instituto Nacional de Estatística (INE). Os dados mais recentes então disponíveis reportavam a 2010. Retiveram-se as empresas com dez ou mais trabalhadores ao serviço e com sede em Portugal continental, o que totalizou cerca de 45 mil empresas, contactadas de forma aleatória. A amostra final é constituída por 577 indivíduos.

A amostra considerada para os Autarcas foi o universo dos 278 municípios de Portugal continental. Foram contactados, através do seu endereço eletrónico direto, os gabinetes da presidência dessas autarquias. Embora o inquérito fosse dirigido primariamente aos presidentes de câmara municipal, possibilitou-se que, em alternativa, este pudesse ser respondido pelos vereadores responsáveis

pelo pelouro da economia. A amostra final dos Autarcas é composta por 82 indivíduos.

Tomando em consideração as variáveis de caracterização pré-definidas, as amostras finais são globalmente representativas dos respetivos universos. Justificam-se, no entanto, algumas observações pontuais.

No caso da População, é de realçar uma sobrerrepresentação de respondentes do sexo feminino e de indivíduos idosos, estes últimos em detrimento do segmento com idade inferior a 25 anos. No que se refere ao grau de escolaridade, existe uma sobreconcentração de respondentes com a frequência do 2.º ou do 3.º grau do ensino básico na amostra. A correção destes pequenos desvios foi efetuada através da utilização de ponderadores para estas variáveis. A amostra final encontra-se em equilíbrio com os dados dos Censos 2011 (INE, 2012) em relação à distribuição territorial da população por NUTS II.

No caso dos Empresários, verifica-se que a amostra final é representativa do respetivo universo no que diz respeito ao setor de atividade económica. No tocante aos escalões de dimensão, existe uma sobrerrepresentação das médias e das grandes empresas (ou seja, das que têm mais de 50 trabalhadores ao serviço), em detrimento, sobretudo, das que possuem menos de 20 trabalhadores ao serviço. A frequência mais elevada de empresas de maior dimensão na amostra foi uma opção metodológica que se justifica pela sua maior capacidade potencial de influenciar a alteração dos modelos de desenvolvimento económico. Caso tivessem sido mantidas as proporções entre a amostra e o universo, a presença destas empresas, em especial daquelas com 250 ou mais trabalhadores, teria de ser residual, com óbvio prejuízo para a análise.

A amostra dos Autarcas encontra-se em equilíbrio com o universo considerado no que respeita às variáveis "partido político" e " população do concelho", o que valida a realização de extrapolações estatísticas face a esse universo, apesar do menor número global de respondentes e das consequentes maiores margens de erro face aos outros dois universos estudados.

É de referir que na amostra de empresas se obteve, proporcionalmente, uma menor participação de representantes da região Norte do que das regiões do Centro e do Alentejo, acontecendo o inverso no caso da amostra das autarquias.

Capítulo 4

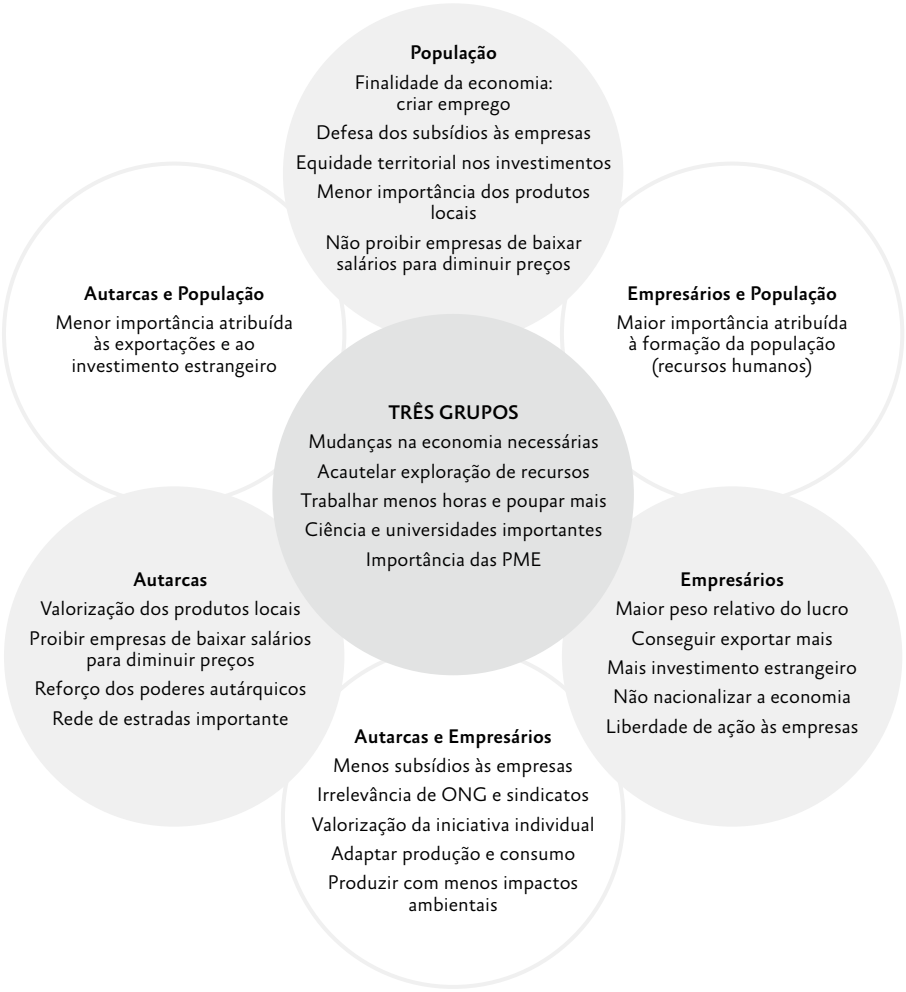
Valores e atitudes face à mudança: fatores de unidade e de diversidade

4.1 Principais convergências e divergências entre os três universos inquiridos

A análise comparada dos resultados dos inquéritos à População, aos Empresários e aos Autarcas permitiu identificar uma série de aspetos convergentes e divergentes no que respeita às atitudes e às opiniões dos três universos em relação à economia do futuro, à intensidade e direção da mudança desejada e aos agentes e instrumentos necessários para estimular um desenvolvimento económico mais sustentável em Portugal. A figura 4.1 sistematiza graficamente as principais convergências e divergências verificadas entre os três universos inquiridos[1], que serão analisadas em maior detalhe nas subsecções seguintes.

1 Tendo sido aplicadas apenas aos Empresários e aos Autarcas, as questões relativas aos principais agentes e instrumentos de mudança não foram consideradas na figura 4.1.

Figura 4.1 Principais convergências e divergências entre População, Empresários e Autarcas



No que diz respeito aos aspetos convergentes, é de destacar, por um lado, o reconhecimento generalizado da necessidade de alterar o modelo de desenvolvimento económico e as formas de produção e de consumo atualmente prevalecentes e, por outro, a valorização consensual do papel das universidades, do conhecimento científico, da qualificação dos recursos humanos e das PME como fatores de mudança. Esta é a constelação de convicções que parece unir os portugueses.

Paralelamente, existem fortes pontos de divergência entre os universos inquiridos. De uma forma genérica, os aspetos que mais dividem os portugueses são quatro: a principal finalidade da economia, o papel desempenhado pelo estado, as atitudes sobre a economia do futuro e algumas dimensões da relação entre o modelo territorial e a economia, nomeadamente no que respeita à importância atribuída à implementação de melhorias na rede de estradas.

Para os Empresários e para os Autarcas, as principais divergências em relação aos restantes universos inquiridos parecem decorrer, pelo menos parcialmente, dos interesses e dos objetivos associados à atividade que desenvolvem. Os Empresários destacam sobretudo a necessidade de internacionalizar e liberalizar a economia, atribuem um maior relevo ao papel das empresas e valorizam, mais do que os restantes universos, a obtenção de lucro como principal objetivo da economia do futuro. Os Autarcas surgem, em geral, como os principais defensores dos agentes e dos produtos locais, do papel das autarquias e dos demais agentes políticos na economia e da importância de se atender à promoção quer do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas quer da diminuição das desigualdades sociais e territoriais.

As opiniões expressas pela População focam-se sobretudo na importância de criar e de garantir emprego, e, se possível, de manter os atuais níveis salariais e de preços. A equidade territorial e social e a satisfação das necessidades das pessoas são bastante valorizadas, mesmo que, para tal, seja necessário sacrificar a valorização dos produtos e das entidades locais ou mesmo a preservação do ambiente e dos recursos naturais. O atual contexto de crise económica e financeira e de desemprego parece assim, e em maior escala do que para os Empresários e os Autarcas, condicionar as atitudes e as opiniões expressas pela População. Esta influência poderá ocorrer de forma direta, como no caso da relevância atribuída ao emprego e aos salários, ou indireta, como sucede, por exemplo, na falta de confiança nos mercados, no apelo a uma atuação mais fiscalizadora do estado ou na defesa da diminuição do consumo em benefício da poupança. Também o maior conservadorismo e a maior resistência à mudança globalmente expressos pela População podem ser um reflexo da atual crise. A confirmação desta hipótese significaria que a presente crise não está a ser, na generalidade, considerada como uma oportunidade para a definição e a concretização de mudanças na economia.

Nas subsecções seguintes analisam-se, de forma mais pormenorizada, este conjunto de convergências e de divergências entre os três universos inquiridos.

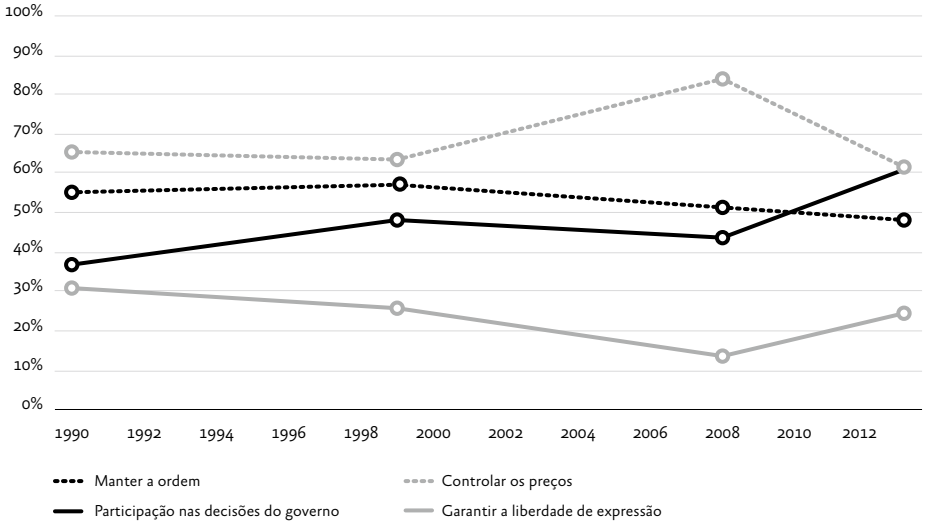
4.1.1 Valores sociais e mudança

As particularidades do contexto de crise que se vive atualmente em Portugal e que se reflete nos diversos cenários do quotidiano dos portugueses convidam a uma análise da evolução dos valores que seja capaz de refletir o período pré-crise, confrontando-o com o momento atual.

Dados do European Values Study (EVS) permitem conhecer a hierarquização e a saliência dos valores em Portugal nas últimas duas décadas (1990-2009). Ao contrário do inquérito aplicado no âmbito deste estudo (2013), no EVS estão disponíveis apenas quatro indicadores relativos ao que os inquiridos consideram ser prioritário para o seu país: dois indicadores de valores materialistas (M) – "manter a ordem" e "controlar os preços" – e dois de valores pós-materialistas (PM) – "participação dos cidadãos nas decisões do governo" e "garantia de liberdade de expressão". Conforme foi explicado na secção 3.1, todos estes indicadores foram também utilizados neste estudo, o que permite a sua comparação com dados anteriores.

Os últimos 20 anos foram palco de mudanças nas opções valorativas dos portugueses. Até ao inquérito do EVS de 2008 a ordem das prioridades manteve-se constante, sendo os dois objetivos principais de cariz materialista (controlo dos preços e manutenção da ordem) seguidos dos valores pós-materialistas (participação nas decisões do governo e liberdade de expressão). Contudo, houve mudanças na saliência de alguns valores. Por exemplo, entre 1990 e 1999 a preocupação com a participação dos cidadãos nas decisões do governo (valor pós-materialista) registou um aumento considerável ao contrário dos restantes, que estabilizaram ou diminuíram (figura 4.2).

Figura 4.2 Mudança da saliência dos valores ao longo de 20 anos em Portugal (%)



Fontes: European Values Study (1990; 1999; 2008); Inquérito MuVe (2013)

As flutuações observadas entre 1990 e 2013 sugerem que o atual contexto de crise económica, cujos efeitos se começaram a sentir em 2008 (ano de realização do último inquérito do EVS com resultados disponíveis), poderá justificar que a adesão ao valor social mais próximo da garantia do bem-estar material (controlar os preços) tenha passado de 63% em 1999 para 84% em 2008.

Os resultados obtidos no âmbito deste estudo sugerem que cinco anos de crise podem ter provocado alterações não só quanto à saliência dos valores sociais mas, inclusivamente, quanto à sua hierarquização. O controlo dos preços mantém-se em primeiro lugar. No entanto, a sua importância decresce substancialmente, retomando uma adesão semelhante à de 1999. A necessidade de manter a ordem mantém-se em torno dos 50% de adesão. Já os valores pós-materialistas – participação nas decisões do governo e garantia de liberdade de expressão – aumentam a sua importância de forma considerável, o primeiro mantendo a tendência crescente que vinha registando e o segundo aproximando-se da posição que ocupava em 1999.

A análise dos valores sociais associados às atitudes e às opiniões que as pessoas têm em relação ao que deverá ser o futuro da economia reveste-se, assim, de um interesse particular se considerarmos o presente contexto de crise. Vivemos momentos de escassez e de insegurança, em que a garantia

de necessidades básicas (emprego, habitação, alimentação, saúde) se tornou mais relevante. Podemos então perguntar: até que ponto os indivíduos em situações económicas ou sociais mais vulneráveis revelam maior adesão aos valores materialistas do que os restantes inquiridos?

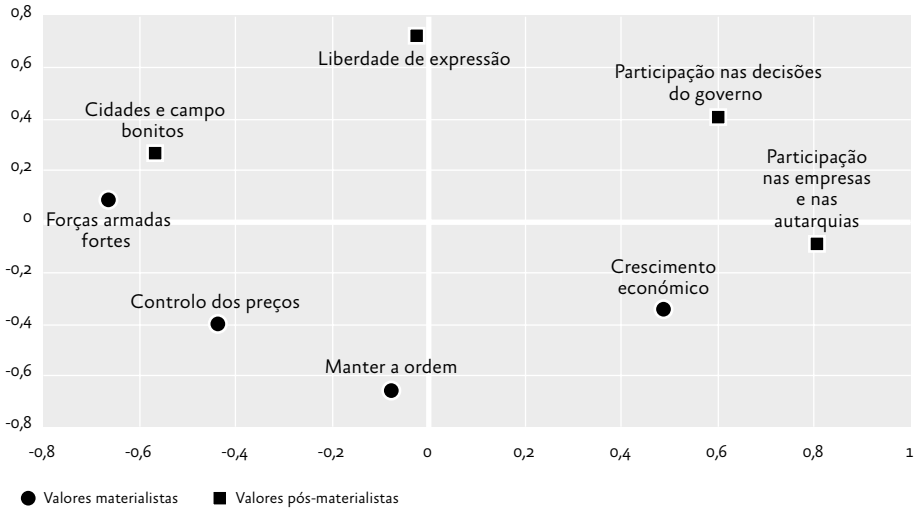
Contudo, e ao contrário do que acontecia há 40 anos, Portugal conta agora com uma população mais escolarizada, composta por gerações nascidas e socializadas em contexto de democracia e em princípios da igualdade e da cidadania. Até que ponto se reflete esta combinação nas orientações da população portuguesa e que relação existe entre essas orientações e a forma como a economia do futuro é equacionada pelos inquiridos?

A conjugação dos oito indicadores utilizados revelou uma matriz maioritariamente composta por indivíduos com características mistas, isto é, com orientações simultaneamente materialistas e pós-materialistas. Por esta razão, analisámos os valores sociais separadamente em vez de os agregar em função da sua natureza. Para cada valor atribuímos o peso 2 se foi escolhido como primeira prioridade, 1 se foi escolhido como segunda prioridade e 0 se não foi escolhido.

Como se organizam os valores?

Uma análise dos oito valores sociais considerados no inquérito à População evidencia, antes de mais, um padrão organizativo compatível com o modelo teórico de Inglehart (1977). A sua representação num plano bidimensional mostra como os valores se organizam coerentemente, não só no que se refere à oposição materialismo / pós-materialismo como também no que respeita à proximidade entre valores sociais da mesma natureza (figura 4.3).

Figura 4.3 Representação gráfica dos valores materialistas e pós-materialistas (análise multidimensional)[2]



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

É contudo de realçar a proximidade entre dois pares de valores materialistas (M) e pós-materialistas (PM): garantir forças armadas fortes (M) e tornar as cidades e o campo bonitos (PM), por um lado; por outro, manter um elevado nível de crescimento económico (M) e promover a participação das pessoas nas empresas e nas autarquias (PM). O primeiro par corresponde aos valores menos mencionados e o segundo aos valores mais referidos como prioritários para o país.

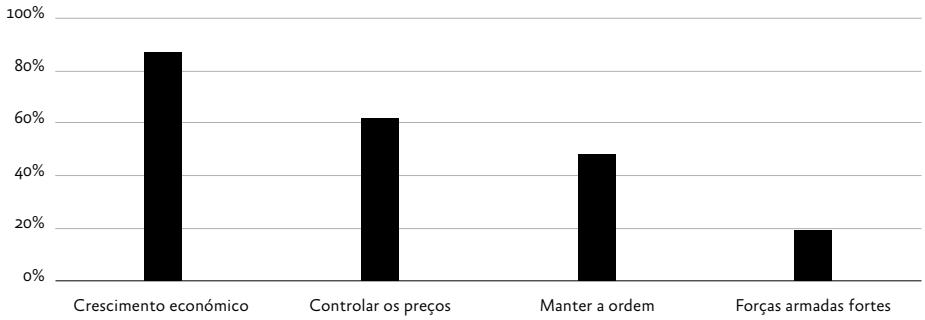
Além de verificar a forma como os valores sociais se organizam quanto ao posicionamento relativo, é também importante perceber a sua hierarquização. As figuras 4.4 e 4.5 mostram a percentagem de inquiridos que escolheram os diferentes valores como primeira ou como segunda prioridade para o país. Do lado dos valores materialistas (figura 4.4), as prioridades distribuem-se da seguinte forma: primeiro a promoção de um elevado crescimento económico (assinalado por quase 87% dos inquiridos), seguida pela necessidade de controlar os preços (61%), pela manutenção da ordem (48%) e, por fim, pela existência de forças armadas fortes que garantam a segurança do país (19%).

2 A análise multidimensional permite representar as respostas dos inquiridos quanto às proximidades e às distâncias num plano bidimensional. Estas dimensões têm um significado sociológico cuja atribuição, por parte do investigador, resulta do padrão de proximidades revelado.

Note-se como o crescimento económico se mostra muito mais importante do que os restantes valores materialistas.

Se em 2008 (inquérito do EVS) o controlo dos preços reunia o consenso de 84% dos portugueses inquiridos, em 2013 esse apoio decresce para 61%, passando a ocupar globalmente a terceira posição (a segunda, se considerarmos apenas os valores materialistas), dando lugar ao crescimento económico como principal prioridade para o país, aspeto que não deixará, certamente, de estar relacionado com o atual contexto de crise.

Figura 4.4 Hierarquização dos valores materialistas



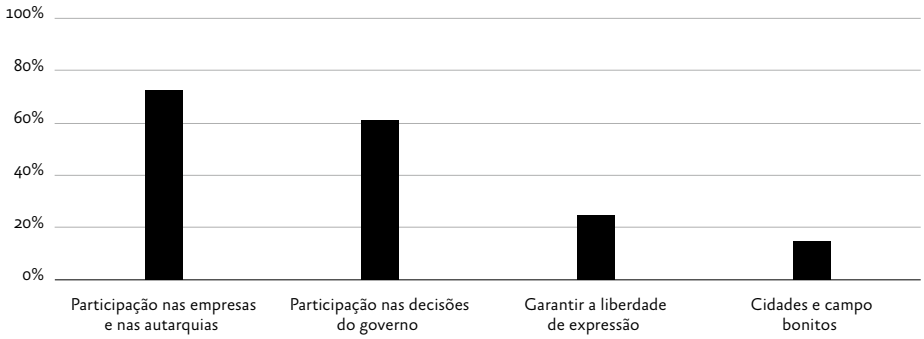
Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Entre os valores pós-materialistas (figura 4.5), os mais mencionados são os que apontam para a importância atribuída à participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, quer no âmbito económico quer no plano político (com 71% e 59%, respetivamente). Segue-se a promoção da liberdade de expressão (24%) e, por último, a necessidade de tornar as cidades e o campo bonitos (15%).

À semelhança do que verificámos no caso dos valores materialistas, também aqui se regista uma alteração na ordem das prioridades. Em 2008 a participação nas decisões do governo seguia-se ao controlo dos preços e à manutenção da ordem. Em 2013, contudo, passa a ser mais importante do que esta última. Também neste caso a evolução ocorrida não deverá ser estranha ao presente período de crise e de austeridade. A valorização simultânea do crescimento económico (um valor materialista) e da participação nas decisões do governo (um valor pós-materialista), um resultado aparentemente paradoxal à luz da teoria de Inglehart, reflete, por certo, um "efeito-crise"

suficientemente relevante para interferir na tendência geral de reforço dos valores pós-materialistas em detrimentos dos valores materialistas.

Figura 4.5 Hierarquização dos valores pós-materialistas



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

No conjunto, os vários valores sociais considerados agregam-se em quatro patamares: o crescimento económico (M) reúne um consenso muito alargado entre os inquiridos (mais de 80%); a participação dos cidadãos nas empresas e nas autarquias (PM), a participação dos cidadãos nas decisões do governo (PM) e o controlo de preços (M) são referidos por cerca de 60% dos inquiridos; a manutenção da ordem (M) é invocada por metade dos inquiridos; e, finalmente, os três restantes valores (um materialista e dois pós-materialistas) mobilizam apenas entre 15 e 25% dos inquiridos. Se considerarmos somente os valores referidos por mais de metade dos inquiridos, dois são materialistas (M) e outros tantos são pós-materialistas (PM), confirmando a natureza híbrida da estrutura de valores apresentada pela maior parte dos portugueses.

Quem valoriza o quê?

De acordo com os pressupostos teóricos do modelo de Inglehart (1977), a adesão aos valores materialistas será tendencialmente mais expressada pelas pessoas em situações de maior fragilidade social e económica[3]. A ser assim,

3 No que diz respeito em particular à ênfase dada à importância de assegurar o crescimento económico, podemos admitir que esta advém de diferentes fontes, não sendo, por certo, menosprezável o impacto da exposição aos meios de comunicação social e a permanente referência à questão económica nas soluções apresentadas para a saída da crise.

espera-se, de um modo geral, que os indivíduos menos escolarizados[4], os desempregados, os mais idosos e aqueles com rendimentos[5] mais baixos manifestem uma maior adesão aos valores materialistas do que os mais escolarizados, os empregados, os mais novos e aqueles com rendimentos mais elevados, tendencialmente mais ligados aos valores pós-materialistas.

Os resultados de correlações entre pares de variáveis permitem identificar algumas tendências que importa destacar.

No caso dos valores materialistas, verifica-se que dois deles seguem o padrão teoricamente esperado: a manutenção da ordem e a existência de forças armadas fortes são valorizadas pelos mais velhos, pelos menos escolarizados, por aqueles com níveis mais baixos de rendimentos e pelos reformados, sendo, pelo contrário, menos referidas pelos mais jovens, pelos mais escolarizados e por aqueles com rendimentos mais elevados. Já a importância atribuída ao crescimento económico, ao contrário do que seria de esperar, é maior nos mais novos e aumenta com a escolaridade e com o nível de rendimento. Finalmente, o controlo dos preços apenas revela diferenças significativas consoante a escolaridade dos inquiridos, diminuindo à medida que a escolaridade aumenta.

Relativamente à importância atribuída aos diferentes valores pós-materialistas considerados, verifica-se que a participação nas empresas e nas autarquias é mais valorizada pelos mais novos, pelos mais escolarizados, pelos detentores de maiores rendimentos e pelos que se encontram empregados. A liberdade de expressão é, em geral, importante para todos os grupos. Finalmente, a valorização da beleza das cidades e do campo, objetivo social que teoricamente estaria associado a valores pós-materialistas, é mais referida pelas pessoas que manifestam uma maior adesão aos valores materialistas: são os mais velhos, os menos escolarizados e aqueles que têm rendimentos mais baixos que tendem a escolher este valor como prioritário. Este resultado sugere que as motivações que estão na origem da seleção deste valor de natureza estética podem não estar relacionadas com as preocupações ambientais associadas ao perfil pós-moderno, mas sim a um perfil ruralista de "regresso ao passado", mais coerente com as orientações materialistas.

4 A escolaridade foi medida numa escala de 17 níveis correspondentes à classificação do ISCED (Classificação Internacional Normalizada da Educação).

5 O rendimento individual foi medido de acordo com os decis de rendimento da população portuguesa em 2010, segundo o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) do Instituto Nacional de Estatística.

De uma forma geral, isto é, agregando os valores em duas grandes dimensões em função da sua natureza – materialismo e pós-materialismo – verifica-se que:

- À medida que a idade aumenta, aumenta também a adesão aos valores materialistas e diminui a adesão aos valores pós-materialistas[6];
- À medida que a escolaridade aumenta, e ao invés do que sucede com a idade, diminui a adesão aos valores materialistas e aumenta a importância atribuída ao pós-materialismo[7];
- À medida que o rendimento aumenta, a importância dada aos valores pós-materialistas também aumenta; no entanto, não há uma associação estatisticamente significativa entre o rendimento e os valores materialistas.

Estes resultados permitem responder às duas primeiras perguntas que apresentámos na secção 2.3:

- Os resultados do questionário reproduzem, genericamente, a estrutura teórica de valores materialistas e pós-materialistas proposta por Inglehart (1977);
- Os indivíduos com perfis mais associados a situações de maior vulnerabilidade económica e social, ou seja, os menos escolarizados, os mais velhos e os reformados, apresentam uma adesão aos valores materialistas superior à dos mais escolarizados, dos mais jovens e dos que têm níveis de rendimento mais elevados. Curiosamente, o rendimento não surge associado de modo consistente à adesão ao materialismo. No entanto, verificamos que quanto maior o nível de rendimento maior a adesão aos valores pós-materialistas. Isto significa, como tivemos ocasião de salientar, que os inquiridos com níveis de rendimento mais elevado enaltecem valores pós-materialistas mas também valores materialistas, com destaque para o crescimento económico.

Podemos então concluir que o ressurgimento de alguns valores materialistas não se restringe aos grupos de maior vulnerabilidade social, refletindo, antes, a constatação generalizada de que, num contexto de crise como o atual,

6 Correlações de Pearson: idade × M = 0,21***; idade × PM = -0,30***. *p<0,05, **p<0,01, ***p<0,001

7 Correlações de Pearson: escolaridade × M = -0,19***; escolaridade × PM = 0,26***; *p<0,05, **p<0,01, ***p<0,001

é prioritário garantir que todos possam dispor dos meios para viver de acordo com os modos de vida que caracterizam as sociedades democráticas.

Economia e valores sociais: uma relação à procura de teoria

Jorge Vala, psicólogo social, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

O projeto MuVe, que deu origem a este livro, integrou nas suas análises o estudo da saliência dos valores materialistas e pós-materialistas na sociedade portuguesa e a sua relação com as atitudes face à economia do futuro, tal como operacionalizada nessa investigação.

Sumariamente, os resultados mostram uma orientação dos inquiridos para uma configuração mista de valores, que combina dimensões materialistas (ligadas às necessidades básicas e à saliência das preocupações económicas) e pós-materialistas (associadas ao desenvolvimento pessoal e à participação cívica). Este padrão misto aparece como muito generalizado, embora haja indicadores de que as preocupações económicas relacionadas comos valores materialistas são mais salientes nos grupos mais vulneráveis, resultado que é recorrentemente encontrado nos estudos que cruzam este tipo de valores com a situação socioeconómica dos inquiridos.

O padrão misto de valores materialistas/pós-materialistas pode ter-se acentuado com a presente crise, mas vem de mais longe e não é um caso específico da sociedade portuguesa. Desde os anos noventa do século passado que este padrão misto de valores se vem consolidando. Podemos supor que a progressiva orientação para valores pós-materialistas postulada por Ronald Inglehart e verificada em muitos contextos nacionais nos anos setenta e oitenta do século XX se tenha vindo a suspender devido à nova saliência das questões económicas, nomeadamente as relacionadas com a precaridade do emprego, com a redução do investimento público e as suas implicações na vida das pessoas, com o questionamento do estado social, com as consequências da desregulação dos mercados financeiros, etc.

O padrão misto de valores identificado no estudo não indica, porém, uma regressão significativa dos valores pós-materialistas associados ao desenvolvimento pessoal, à participação social e à liberdade. Esse padrão indica que, a par de tais valores, os valores materialistas continuam a manter uma grande centralidade devido à crise económica, financeira e política que se foi construindo a partir de meados dos anos oitenta e se afirmou nos últimos seis anos, tornando de novo

as questões da sobrevivência individual um problema central para largos setores da sociedade. Como se diz no estudo, é até possível que a saliência dos valores pós-materialistas seja uma forma de resistência a transformações que estão a ocorrer no campo económico e financeiro.

De qualquer forma, o que hoje se tornou claro, embora vários analistas o tenham referido desde cedo, é que o modelo de Inglehart, ou muitas das suas interpretações, tem subjacente uma conceção "teleológica" do sistema social, pressupondo que este se orientaria necessariamente para a prossecução do bem-estar coletivo e que, por consequência, uma vez atingido um dado patamar de qualidade de vida tal patamar não teria retorno e evoluiria forçosamente num sentido positivo. Sendo assim, a orientação para a saliência dos valores pós-materialistas, ainda que no tempo longo, seria inevitável. As condições sociais atuais vieram questionar este pressuposto. O padrão misto de valores responde a essas condições sociais, ainda que tal padrão possa ser obtido com mais peso dos valores pós-materialistas ou dos valores materialistas, o que é uma questão empírica relevante.

Deve ainda assinalar-se que alguns dos indicadores de materialismo e de pós-materialismo da escala de valores de Inglehart estão demasiado próximos da empiria, o que torna o seu significado muito sensível aos contextos mais imediatos, tornando por vezes difícil a sua relação com o conceito que pretendem medir (o que não acontece, por exemplo, com os indicadores de valores da escala de Shalom Schwartz, que são mais abstratos e, por isso, mais próximos dos respetivos conceitos). Este fator deve, também, ser tomado em conta na leitura dos resultados. De facto, alguns dos indicadores reportam-se claramente a contextos sociais e à linguagem dos anos setenta, data em que foram criados, e podem não captar as tensões que vivem as sociedades atuais nas suas orientações axiológicas. Isto não quer dizer que a tensão entre os chamados valores materialistas e pós-materialistas não seja atual, mas apenas que alguns dos indicadores da escala se encontram desajustados (o que poderá ser verificado através de procedimentos estatísticos adequados). Tal facto poderá, também, ter tido impacto nas correlações ténues entre os indicadores de valores e as atitudes face à economia do futuro. De qualquer forma, sublinhem-se as relações com alguma relevância entre os valores e as finalidades que os inquiridos estabelecem para a economia. Como esperado no quadro da tipologia de valores usada, a diminuição das desigualdades e a promoção da qualidade de vida são finalidades que estão mais próximas dos valores pós-materialistas.

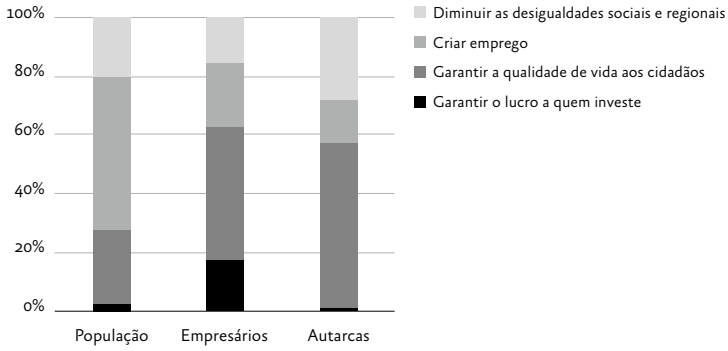
Por último, refira-se que a relação entre os valores e o campo económico permanece ainda um domínio insuficientemente explorado. Estas relações foram

abordadas pelos clássicos Max Weber, na sua obra sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo, e Talcott Parsons, na análise das relações entre variáveis-padrão culturais e sucesso económico, e ainda por David McClelland, no seu estudo longitudinal sobre motivações básicas e desenvolvimento económico, entre outros. Mas foi a obra de Geert Hofstede que de forma mais sistemática e com maior impacto entre os decisores relacionou a saliência de determinadas dimensões culturais com o sucesso ou o insucesso económico, abrindo uma linha de pesquisa ainda hoje importante embora com resultados débeis. Nesta linha de pesquisa analisa-se a saliência de valores culturais, por exemplo, o individualismo (valorização da independência) em oposição ao coletivismo (valorização da interdependência entre os membros de um grupo ou de uma comunidade) e o seu impacto no sucesso económico. Esses estudos parecem mostrar que as variáveis que mais aparentam predizer o sucesso são sempre as consideradas como características do mundo anglo-saxónico, o que deixa por explicar desde logo o sucesso dos chamados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Por outro lado, as análises são geralmente feitas apenas ao nível agregado por país, o que, como se sabe, coloca problemas de vária ordem. Não se estabeleceram ainda relações entre padrões de valores (variações em mais do que uma variável) e sucesso económico, nem há consistência quanto às dimensões de valores mais determinantes do sucesso, nomeadamente quando se controlam variáveis contextuais ou estruturais. Da mesma forma, são incipientes as análises causais com dados longitudinais. Apesar deste panorama, este campo de análise é promissor.

4.1.2 Finalidades da economia: garantir a qualidade de vida dos cidadãos ou criar emprego?

Foi perguntado à População, aos Empresários e aos Autarcas qual consideravam ser, de uma lista de quatro opções, o principal objetivo da economia (figura 4.6).

Figura 4.6 «Qual o principal objetivo da economia?»



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

A garantia da qualidade de vida dos cidadãos é o principal objetivo da economia na opinião dos Autarcas (56%) e dos Empresários (45%), enquanto a População, refletindo, certamente, aquela que será uma das suas maiores preocupações no atual contexto de crise, destaca sobretudo a criação de emprego (52%).

A diminuição das desigualdades sociais e regionais é valorizada em particular pelos Autarcas: quase 30% atribuem-lhe primazia, duplicando o valor obtido para os Empresários. Essa preponderância decorrerá, por certo, do papel que cabe aos Autarcas enquanto agentes do poder político local.

A obtenção de lucro é considerada como o principal objetivo da economia por perto de 18% dos Empresários. Ainda que não muito elevado, este resultado não deixa de ser significativo face à importância quase residual (inferior a 3%) atribuída a este objetivo pela População e pelos Autarcas.

O cruzamento entre as respostas a esta questão e à pergunta sobre a intensidade da mudança da economia permite identificar a existência de alguma heterogeneidade de opiniões nos Empresários: os que defendem que a economia do futuro deve ser semelhante à atual tendem, também, a salientar o lucro acima de outras opções e a desvalorizar o papel potencial da economia como fator de diminuição das desigualdades sociais e regionais. Ou seja, uma

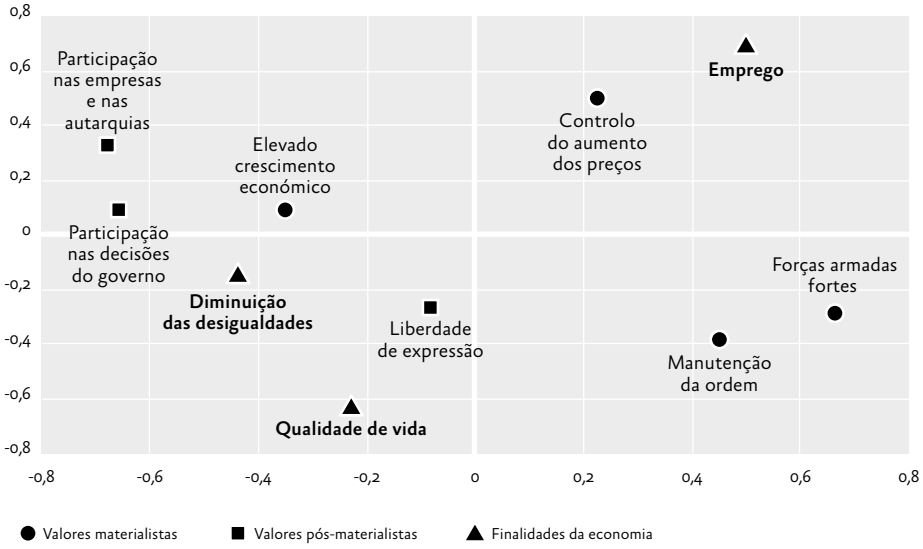
visão empresarial mais conservadora parece associar-se a uma perspetiva mais estreita da economia e a uma menor sensibilidade social.

E de que modo se associam as prioridades valorativas e as finalidades da economia? De forma a facilitar a leitura desta relação realizámos uma análise categorial de componentes principais. Pudemos, assim, ver quais os valores que estão mais próximos ou mais distantes das diferentes finalidades da economia (figura 4.7)[8].

No que toca à organização dos valores, verificamos que os dois quadrantes da esquerda reúnem os valores pós-materialistas a duas preocupações que estão teoricamente associadas a este tipo de valores: a diminuição das desigualdades sociais (princípio da equidade) e a garantia da qualidade de vida (princípio do bem-estar). É de realçar o facto de a importância de garantir o crescimento económico, um valor teoricamente definido como materialista, surgir mais próximo destes valores pós-materialistas do que dos restantes valores materialistas, refletindo, uma vez mais, o perfil misto da População. É ainda de destacar a associação entre dois pares de valores sociais / prioridades da economia: por um lado, a proximidade entre a liberdade de expressão e a qualidade de vida e, por outro, a proximidade entre o crescimento económico e a diminuição das desigualdades sociais.

8 Devido à baixa expressão da opção "garantia de lucro" como finalidade principal da economia (mencionada apenas por 3% da população) não a incluímos na análise. Também o valor social "cidades e campo bonitos"` foi excluído por não haver razões teóricas que o associem às finalidades da economia aqui analisadas.

Figura 4.7 Valores e finalidades da economia (análise multidimensional)



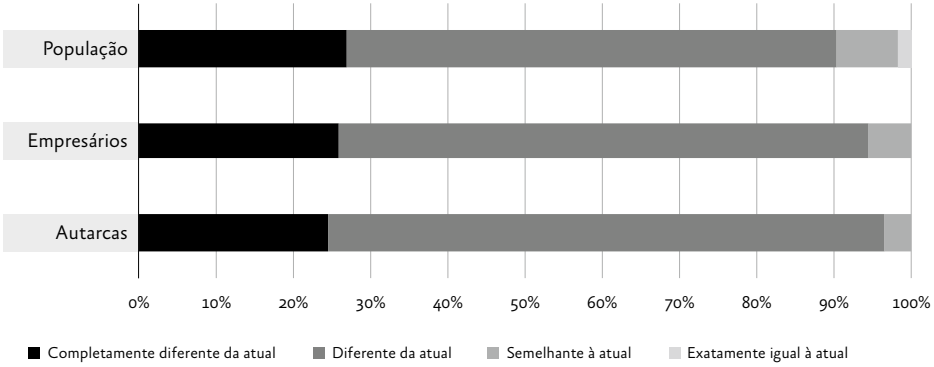
Fonte: Inquérito MuVe (2013)

De forma complementar, os dois quadrantes da direita mostram que quem considera que a prioridade da economia é criar emprego está próximo apenas do valor materialista orientado para o controlo do aumento dos preços. Esta proximidade é concomitante com as preocupações de sobrevivência em momentos de escassez económica já apresentadas na secção 4.1.1. Observa-se, ainda, que os valores materialistas "manter a ordem" e "garantir forças armadas fortes" não estão associados com qualquer das opções apresentadas aos inquiridos sobre as finalidades da economia.

4.1.3 Intensidade da mudança: inevitavelmente a caminho de uma economia diferente?

Foi perguntado aos inquiridos dos três universos se a economia do futuro deveria ser exatamente igual, semelhante ou diferente da atual, distinguindo-se, nesta última possibilidade, dois graus de intensidade da mudança (figura 4.8).

Figura 4.8 «De uma forma geral, a economia do futuro deverá ser...»



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Quase todos os respondentes (mais de 90%) defenderam a necessidade de mudanças em direção a uma economia diferente da atual. Cerca de um quarto dos inquiridos afirmaram, mesmo, que a economia do futuro deverá ser completamente diferente da atual, apoiando, assim, uma mudança radical em relação à situação prevalecente.

Os padrões de resposta dos três universos inquiridos são convergentes. A inevitabilidade de termos de caminhar para uma economia diferente da atual alcança, assim, um consenso surpreendente. Contudo, e como veremos mais à frente, as razões que justificam essa posição e as ilações que dela podem ser retiradas estão longe de serem coincidentes.

4.1.4 Direção da mudança: atitudes em relação à economia do futuro e a viver bem no futuro

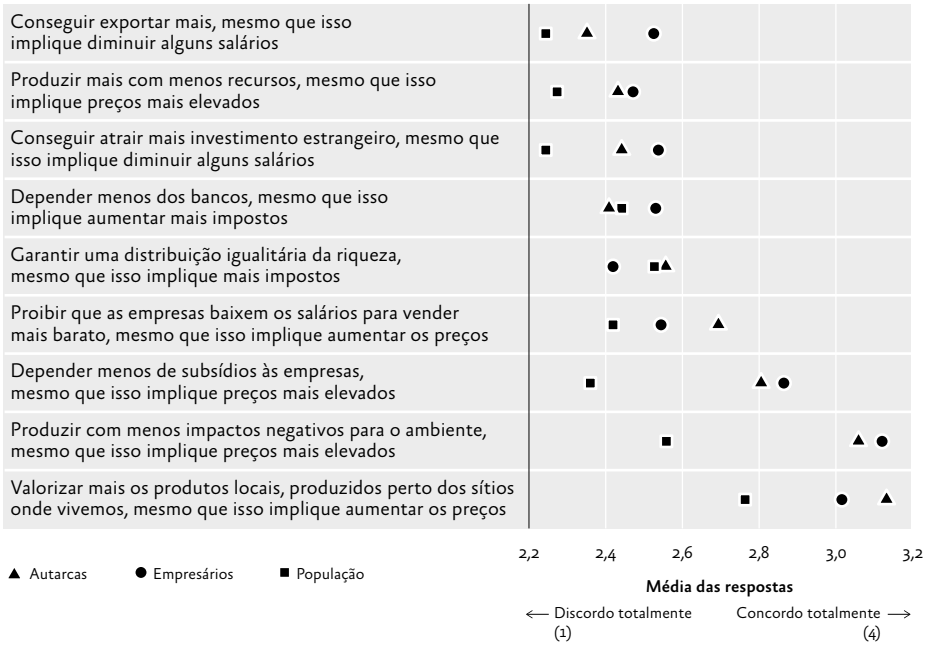
Atitudes em relação à economia do futuro: quais os custos aceitáveis da mudança?

A avaliação das atitudes em relação à economia do futuro foi efetuada através de opções referentes a objetivos da economia tendo como contraponto as potenciais implicações dessas ações no que se refere ao aumento de preços ou de impostos e à diminuição de salários. Foi, neste sentido, pedido aos inquiridos dos três universos que indicassem o seu grau de concordância ou de discordância com várias afirmações, cujas hipóteses de resposta eram: «discordo totalmente»,

«discordo», «concordo» ou «concordo totalmente». A estas hipóteses de resposta foram atribuídos, respetivamente, os códigos 1, 2, 3 e 4.

A figura 4.9 sintetiza os resultados obtidos. O gráfico mostra as médias das respostas para cada um dos universos estudados, calculadas de acordo com a codificação acima explicitada. A sua análise permite efetuar comparações entre os graus relativos de concordância ou de discordância dos três universos com as diferentes propostas sobre a economia do futuro.

Figura 4.9 Atitudes em relação à economia do futuro



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Embora com intensidades de concordância distintas, os padrões de aceitação relativa das diferentes questões são bastante convergentes entre os vários universos inquiridos. Assim, aspetos como a valorização dos produtos locais ou a produção com menores impactos ambientais, mesmo que resultando em preços mais elevados para o consumidor, tendem a reunir uma maior aceitação do que propostas como o incremento das exportações ou do investimento estrangeiro baseado na diminuição dos atuais níveis salariais.

Em geral, a População manifesta níveis mais baixos de concordância e de aceitação das várias alternativas formuladas, ou seja, é mais reticente a aceitar mudanças que impliquem custos sociais ao nível dos preços dos produtos, dos níveis salariais ou da carga fiscal. Mais de metade dos cidadãos inquiridos não concordaram com seis das nove propostas apresentadas. Os efeitos sociais da atual crise (desemprego, precarização dos vínculos laborais, encargos fiscais e financeiros crescentes sobre as famílias, etc.) são uma explicação possível para esta maior resistência da População a mudanças que envolvam o aumento de preços ou de impostos ou a diminuição de salários, demonstrando uma menor disponibilidade para aceitar novos encargos a favor de ganhos futuros. O atual contexto de crise e as políticas de austeridade aplicadas nos últimos anos, contribuindo para a diminuição de salários e implicando o aumento de impostos, parecem, assim, estar a contribuir para inibir a capacidade de a População perspetivar mudanças de médio e de longo prazo, apesar de os inquiridos defenderem genericamente que a economia deverá sofrer alterações profundas. Cada vez mais sobrecarregada dos pontos de vista fiscal e financeiro e apreensiva face ao futuro, a População, quando confrontada explicitamente com os eventuais custos sociais da mudança, parece preocupar-se sobretudo com o não agravamento da sua situação atual e com a manutenção, no curto prazo, de direitos e benefícios já adquiridos, em detrimento de soluções mais estruturais de mudança da economia.

Pelo contrário, os Empresários são, em termos relativos, os que menos se opõem à implementação da generalidade das medidas propostas. As únicas exceções são a valorização dos produtos locais e a proibição da diminuição dos salários por parte das empresas – formulações nas quais os Empresários ocupam uma posição intermédia entre os Autarcas (os mais recetivos) e a População – e, sobretudo, a garantia de uma distribuição igualitária da riqueza, a opção que recolhe o menor apoio por parte dos Empresários.

Empresários e Autarcas são quase unânimes em aceitar preços mais elevados a favor da necessidade de produzir com menores impactos ambientais e de valorizar a produção local e (mais) próxima dos consumidores. Ainda que com níveis de concordância mais baixos, é também nestas questões, juntamente com a referente à distribuição igualitária da riqueza, que a População apresenta mais respostas concordantes em termos absolutos.

De forma similar, quase 80% dos Empresários e dos Autarcas defendem que as empresas devem depender menos de subsídios, mesmo que essa situação implique um aumento de preços, sendo que apenas 40% da População expressou a mesma opinião. Pelo contrário, e apesar da ocorrência recente de diversas situações graves no seio do setor bancário português, a dependência da economia em relação aos bancos (certamente por via do recurso ao crédito) parece ser encarada com menor resistência, com mais de 50% dos inquiridos dos três universos a defender a importância dessas instituições, afirmando que não se deve depender menos dos bancos mesmo que isso venha a implicar um aumento de impostos.

O aumento das exportações e a atração de investimento direto estrangeiro tendo por base a redução de salários recolhem um maior apoio dos Empresários do que dos restantes universos, evidenciando-se, por outro lado, um maior empenho em soluções locais por parte dos Autarcas e, sobretudo, da População. A defesa dessas soluções por parte destes dois universos não deve, no entanto, ser diretamente associada à sua maior adesão a discursos mais radicais de mudança da economia, como as propostas de alguns dos documentos analisados poderiam sugerir. No caso dos Autarcas, estas respostas parecem decorrer principalmente do seu papel de agentes do poder político local. Para a População, a maior resistência à internacionalização da economia e à captação de investimento estrangeiro tendo por base salários mais baixos parece revelar, uma vez mais, a preocupação com o não agravamento da sua atual situação social e financeira.

Centrando a análise nas contrapartidas decorrentes das mudanças a efetuar na economia, parece haver evidência suficiente para afirmar que a subida de preços é a que mais suscita divergências entre os três universos em análise. A População (ou seja, os consumidores), universo mais afetado pelo aumento dos preços finais dos produtos e dos serviços, mostra uma maior resistência a medidas com esse tipo de impacto. As alternativas que envolvem aumentar impostos ou, sobretudo, diminuir salários são, em geral, pouco acolhidas pelos três universos inquiridos.

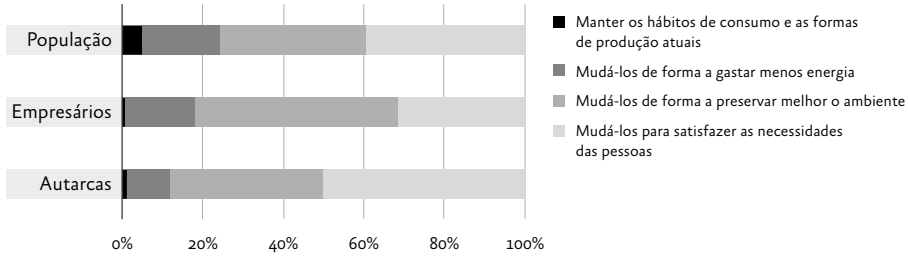
No caso dos Autarcas, a análise das diferenças internas nas atitudes referentes à internacionalização da economia (ou seja, ao investimento estrangeiro e às exportações) baseada em salários mais baixos permite identificar a existência de uma correlação moderada (ainda que significativa) entre o relevo

atribuído ao investimento estrangeiro e a dimensão populacional das autarquias. Assim, é nos concelhos de maior dimensão, onde se localizam as maiores empresas e as mais orientadas para a exportação de produtos e de serviços, que se verifica um maior apoio a essa proposta por parte dos Autarcas. Por outro lado, os Autarcas mais à esquerda no espectro partidário (em especial os do PCP-PEV) tendem a dar prioridade a objetivos como o fortalecimento da economia nacional e a substituição das importações, demostrando, desta forma, um menor grau de concordância com os objetivos de internacionalização da economia apoiada em processos de desvalorização salarial do que os que se posicionam politicamente mais à direita (sobretudo os do PSD).

Atitudes em relação a «viver bem» no futuro: mudar hábitos de consumo, poupar mais e trabalhar menos horas?

Qual a importância atribuída pelos três universos à mudança dos hábitos de consumo e das formas de produção das sociedades e das economias atuais? E quais as principais motivações que devem presidir a essas mudanças? As respostas a estas questões encontram-se na figura 4.10.

Figura 4.10 «Para viver bem no futuro devemos...»



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

A quase totalidade (mais de 95%) dos respondentes reconhece a necessidade de mudar os hábitos de consumo e as formas de produção atuais, sendo este padrão generalizado para os três universos inquiridos. As opiniões divergem, no entanto, nas razões apontadas para essa mudança. Para os Empresários, a motivação mais importante é a preservação do ambiente. Pelo contrário, metade dos Autarcas aponta a satisfação das necessidades das pessoas como a principal razão para a mudança, resposta certamente influenciada pelo seu

papel político de servir as comunidades locais e o interesse coletivo. No caso da População as opiniões dividem-se, com as duas opções anteriores a recolher entre 35% e 40% das respostas, embora com um ligeiro pendor a favor da satisfação das necessidades das pessoas. A mudança dos hábitos de consumo e das formas de produção atuais tendo em vista a diminuição dos gastos energéticos é menos valorizada do que as duas anteriores opções, reunindo o apoio de apenas 10% dos Autarcas e de 20% dos Empresários e da População. Este resultado ilustra o fraco peso ainda atribuído pela generalidade da sociedade portuguesa às questões relativas à sustentabilidade energética e à sua relevância para o bem-estar social e individual futuro.

É igualmente importante analisar a relevância relativa atribuída pelos inquiridos a elementos como o tempo livre, o consumo ou a poupança para o que consideram como «viver bem» no futuro.

Uma fração significativa dos inquiridos ressalta a importância que o tempo livre, aspeto mencionado sobretudo nos documentos prospetivos que defendem alterações mais radicais, deve desempenhar na economia do futuro. Curiosamente, são os Empresários e os Autarcas quem maior importância atribui à ideia de que «viver bem» no futuro implicará trabalhar menos horas para ter mais tempo livre (cerca de 80% em ambos os universos), já que apenas cerca de 60% da População defende essa opção, resultado que não deixará de refletir as consequências da atual conjuntura socioeconómica ao nível do (des)emprego e dos rendimentos individuais e familiares.

Uma maior convergência entre os três universos é observável na relação entre o consumo e a poupança, com a clara maioria dos inquiridos (80%) a afirmar que «viver bem» no futuro implicará consumir menos e poupar mais, certamente como fonte de segurança em relação a um futuro visto como imprevisível. Os impactos da atual crise, assim como a generalização, fortemente impulsionada por alguns decisores políticos e órgãos de comunicação social, da ideia de "consumo acima das nossas possibilidades", parecem influenciar estes padrões de resposta.

No caso da População, são os indivíduos mais jovens, os mais qualificados e aqueles com níveis salariais mais elevados – e, como tal, potencialmente menos preocupados com a sua situação laboral e com os efeitos da atual crise – que tendem a apresentar visões mais radicais em relação a estas questões, atribuindo uma maior relevância ao tempo livre e ao lazer, mesmo que a

aposta no seu incremento implique trabalhar menos horas e, potencialmente, não ganhar nem consumir mais do que atualmente. Este padrão de qualidade de vida é consentâneo com a adesão a valores pós-materialistas, que, como vimos anteriormente, são mais salientes nos indivíduos mais jovens, nos mais escolarizados e naqueles com rendimentos mais elevados.

4.1.5 **Direção da mudança: prioridades por domínios**

Quais as prioridades mais valorizadas por cada um dos três universos inquiridos em diversos domínios de mudança relevantes para a construção da economia do futuro? É a esta questão a que os pontos que se seguem procurarão responder, visando identificar, como nas subsecções anteriores, linhas de convergência e de divergência entre a População, os Empresários e os Autarcas em torno de opções e afirmações associadas a diferentes visões sobre a economia do futuro.

Ambiente e economia: condicionar obrigatoriamente a exploração de recursos naturais ao tipo de danos criados no ambiente?

Os respondentes dos três universos foram questionados acerca das condições que devem nortear a concessão de autorizações para a exploração de recursos naturais.

Mais de metade dos respondentes (50% no caso da População) afirmou considerar que a exploração de recursos naturais nunca deve ser autorizada se provocar danos ambientais, independentemente do grau desses danos ou do número de novos postos de trabalho criados.

Para quase 35% dos Empresários e cerca de 40% dos Autarcas, essa autorização deve depender sobretudo do tipo de danos ambientais provocados. O número de novos postos de trabalho criados é, para estes dois grupos, um critério menos importante. Para a População, pelo contrário, as anteriores condicionantes (danos ambientais e criação de emprego) apresentam graus de relevância semelhantes (cerca de 20%).

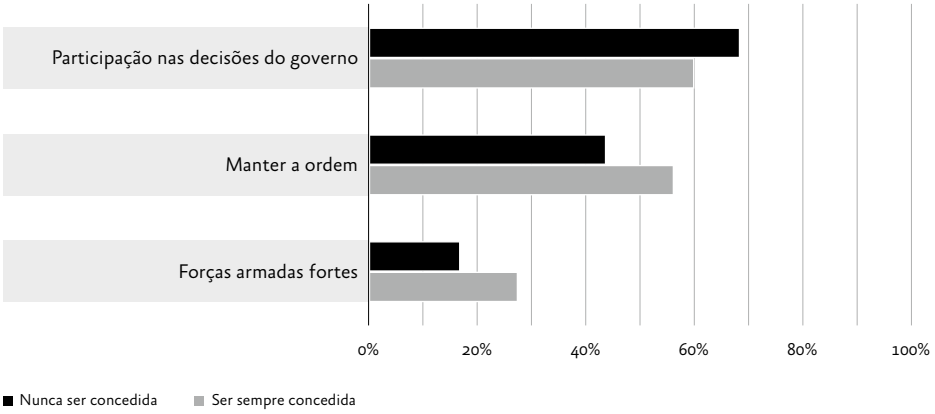
A importância atribuída pela População ao emprego, já identificada em dimensões anteriores, manifesta-se também neste caso, na medida em que 9% dos inquiridos deste universo afirmam que a autorização da exploração de recursos naturais deve ser sempre concedida desde que crie postos de

trabalho. Este valor não pode deixar de ser destacado por comparação com os resultados alcançados para os Autarcas (4%) e para os Empresários (2%). Também neste caso parece ser possível observar uma maior sensibilidade da População aos efeitos sociais da crise.

As preocupações ambientais são um dos domínios que teoricamente fazem parte da orientação pós-materialista. Contudo, uma vez que a preservação do ambiente surge, no inquérito, associada à criação de postos de trabalho, a própria pergunta acaba por gerar um confronto entre valores materialistas (criação de emprego) e pós-materialistas (proteção do ambiente). Este confronto é percetível nas respostas.

Se compararmos aqueles que acham que as licenças de exploração dos recursos naturais devem ser sempre concedidas com os que acham que nunca devem ser concedidas, verificamos que apenas a adesão a três valores introduz diferenças importantes nas respostas: os que consideram prioritária a participação dos cidadãos nas decisões do governo são mais restritivos, enquanto os que acham que manter a ordem e garantir forças armadas fortes são medidas prioritárias tendem a mostrar uma atitude mais permissiva (figura 4.11).

Figura 4.11 Autorizar a exploração de recursos naturais nunca ou sempre, segundo valores sociais

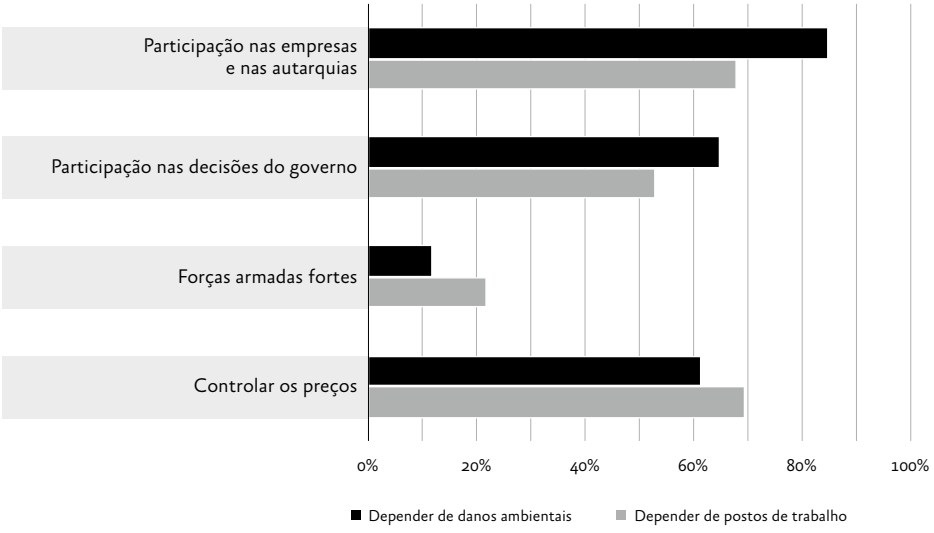


Fonte: Inquérito MuVe (2013)

A comparação entre os dois grupos intermédios também revela diferenças interessantes. Os que assinalam uma maior adesão aos valores sociais que

promovem a participação dos cidadãos tendem a considerar que a autorização de exploração dos recursos naturais deve depender sobretudo dos danos ambientais causados. Os que consideram que a concessão de licenças de exploração deve depender sobretudo da criação de postos de trabalho apresentam o padrão oposto, isto é, uma maior adesão aos valores materialistas ligados ao controlo dos preços e à importância das forças armadas (figura 4.12).

Figura 4.12 Condicionantes de autorização de exploração de recursos naturais, segundo valores sociais



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Ciência e economia: ciência, o principal motor da economia do futuro?

A População, os Empresários e os Autarcas foram também inquiridos sobre o contributo da ciência para a economia do futuro.

A esmagadora maioria dos respondentes dos três universos (95% ou mais) reconhece que a ciência pode contribuir para alterar a economia. Os Autarcas são os mais otimistas em relação a esse papel potencial, com 62% dos inquiridos a afirmar que a ciência é a base da economia do futuro, uma opinião partilhada por não mais do que 48% da População e 45% dos Empresários.

Embora os Autarcas sejam, no geral, os que mais valorizam o papel da ciência, uma análise mais fina revela que existem diferenciações importantes

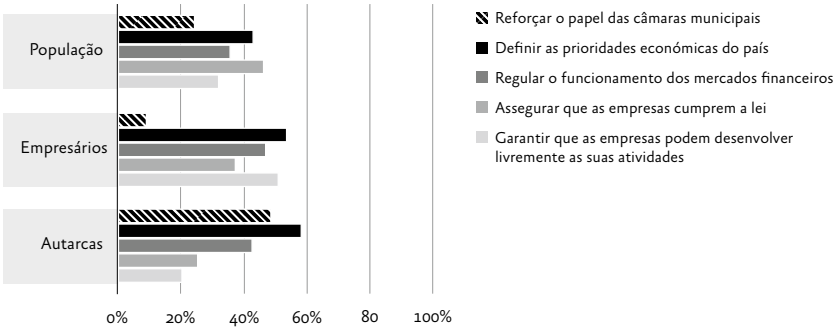
no seio deste universo. Estas divergências associam-se, de forma estatisticamente significativa, à dimensão populacional dos concelhos de residência dos inquiridos. Assim, os representantes de municípios de menor dimensão, porventura em virtude do seu maior afastamento em relação às instituições de produção de conhecimento científico, são os mais otimistas em relação ao papel da ciência na construção da economia do futuro, com as opiniões mais moderadas a provirem de municípios mais populosos.

Ainda no que diz respeito aos Autarcas, e comparando as respostas a esta questão com a que se refere à intensidade da mudança, verifica-se uma correlação estatisticamente significativa entre os que afirmam que a ciência será a base da economia do futuro e aqueles que defendem que essa economia do futuro deverá ser completamente diferente da atual. Para estes Autarcas, o reconhecimento da necessidade de uma maior intensidade de mudança da economia é, pois, acompanhado por uma maior crença no papel que a ciência pode desempenhar como motor da economia do futuro.

Estado e economia: a relação que mais divide opiniões?

Um terceiro domínio de mudança diz respeito à relação entre o estado e a economia. Foi perguntado, de uma lista de cinco opções, quais os dois papéis do estado mais importantes para a economia do futuro. O perfil das respostas obtidas encontra-se expresso na figura 4.13, que apresenta a soma das frequências referentes às duas opções de resposta escolhidas pelos inquiridos.

Figura 4.13 «Na economia do futuro, qual deverá ser o papel mais importante do estado?»



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Para os Autarcas, a definição das prioridades económicas do país e o reforço do papel das câmaras municipais (esta última opção assumindo particular relevância para as autarquias de menor dimensão) revestem-se de superior importância. A regulação dos mercados financeiros é a terceira opção mais considerada, o que parece refletir atitudes mais favoráveis a intervenções reguladoras associadas à atual crise financeira e económica. Curiosamente, esta preocupação com os mercados financeiros e com a sua regulação não é tão evidente para a esfera das empresas, já que apenas 25% dos Autarcas inquiridos destacam a importância de o estado assegurar que as empresas cumpram a lei.

Os Empresários salientam como função mais relevante do estado a garantia de que as empresas possam desenvolver livremente as suas atividades. A opção relativa à definição das prioridades económicas do país recolhe o apoio de mais de metade destes inquiridos. O reforço do papel das câmaras municipais é remetido para último plano, com uma frequência inferior a 10%. Assim, mais do que desempenhar funções reguladoras (dos mercados e das próprias empresas), os Empresários defendem que o estado deve ter uma ação liberalizadora e de enquadramento estratégico nacional.

Como noutras dimensões, a População mostra uma maior heterogeneidade nas respostas fornecidas. No entanto, é atribuída uma ligeira preponderância à função fiscalizadora do estado no que diz respeito ao cumprimento da lei por parte das empresas (cerca de 45%), seguida pela definição das prioridades económicas do país.

Os resultados obtidos sugerem dois comentários. Por um lado, esta é a questão que mais divide os inquiridos, quer de universos diferentes quer dentro do mesmo universo. Por outro lado, as apreciações efetuadas pelos respondentes parecem traduzir, mais do que nos outros domínios, as perspetivas e os interesses específicos de cada um dos universos. Os Autarcas realçam a necessidade de o estado assumir um papel descentralizador e subsidiário. Os Empresários requerem uma ação liberalizadora e, apenas secundariamente, reguladora dos mercados. Por fim, a População revê-se mais num estado fiscalizador, possivelmente influenciada pelos recentes impactos sociais e económicos, e respetiva ressonância mediática, da liberalização dos mercados, do setor bancário e mesmo da atividade empresarial (por exemplo, a privatização de empresas públicas e os custos das parcerias público-privadas). Neste contexto de marcada diversidade de opiniões, o papel do estado na definição das

prioridades económicas do país é a opção que reúne um maior consenso entre os três universos inquiridos, parecendo haver um apelo generalizado a uma visão mais estratégica sobre o futuro do país por parte dos decisores políticos.

No que toca à influência dos valores nas opiniões sobre o papel do estado, verificamos que, relativamente à adesão a valores pós-materialistas, a importância atribuída à participação nas empresas e nas autarquias é mais saliente naqueles que acham que o estado deve ter um papel essencialmente regulador (quadro 4.1). Contudo, aqueles para quem a participação dos cidadãos nas decisões do governo é o objetivo nacional mais relevante tendem a privilegiar a definição das prioridades económicas do país como principal papel do estado.

O perfil misto da População revela-se uma vez mais nesta análise: quem considera que o reforço do papel das câmaras municipais deve ser a medida mais importante para construir uma economia mais sustentável atribui igual importância ao crescimento económico (M) e à participação dos cidadãos nas empresas e nas autarquias (PM), sugerindo que, em seu entender, crescimento económico e participação nas empresas e nas autarquias são duas dinâmicas interativas.

Quadro 4.1 Adesão aos valores e prioridades da economia (%)

	Garantir empresas livres	Assegurar que as empresas cumprem a lei	Regular os mercados financeiros	Estabelecer as prioridades económicas	Reforçar papel das CM
Valores materialistas					
Crescimento económico	91,6	85,6	95,4	92,8	72,5
Controlar os preços	55,9	68,9	61,2	62,1	59,7
Manter a ordem	57,3	51,2	41,7	44,9	37,3
Forças armadas fortes	18,7	23,7	15,5	11,2	25,2
Valores pós-materialistas					
Participação nas empresas e nas autarquias	69,6	69,9	80,8	81,1	72,8
Participação nas decisões do governo	53,5	56,9	66,8	73,1	67,1
Garantir a liberdade de expressão	28,2	23,1	28,9	19,4	30,0
Cidades e campo bonitos	18,5	17,0	7,2	10,5	20,6

Fonte: Inquérito MuVe (2013)

A relação entre mercado e economia foi avaliada através de uma questão cujas alternativas de resposta colocavam em concorrência o peso relativo a atribuir às empresas privadas, à esfera pública e às organizações de solidariedade social na economia do futuro.

A maioria dos respondentes atribui uma importância superior ao papel das pequenas e médias empresas (PME) em detrimento das grandes empresas, com frequências relativas a oscilar entre os 56% (Autarcas) e os 59% (Empresários), ocupando a População uma posição intermédia (58%).

Uma percentagem menor mas ainda assim significativa de Autarcas (24%) e de Empresários (31%) revelou-se favorável à atribuição de uma maior preponderância ao papel das empresas privadas em detrimento do estado. Já os inquiridos do universo População parecem ser menos favoráveis a uma alternativa deste tipo, com apenas 13% a mencionar esta opção.

A População é, aliás, o universo que reúne menores frequências nas opções relativas à esfera da iniciativa privada, sobretudo no que se refere às empresas de maior dimensão. No total, o apoio às empresas privadas em geral, e às PME em particular, ronda os 70%, um valor inferior ao dos Autarcas (80%) e ao dos Empresários (90%).

As organizações de solidariedade social são remetidas para uma posição secundária pelos três universos inquiridos. Contudo, é de destacar o valor de 11% obtido para a População, sobretudo se confrontado com as percentagens quase residuais observadas nos universos dos Autarcas (4%) e dos Empresários (2%), que, claramente, não consideram estas entidades como agentes relevantes na contrução da economia do futuro.

A nacionalização de setores fundamentais da economia, remetendo o papel das grandes empresas privadas para uma posição marginal, é vista como a opção mais relevante para percentagens equivalentes da População (18%) e dos Autarcas (16%). Estes valores são superiores ao obtido para os Empresários (7%), defensores do seu próprio papel na construção da economia do futuro.

Os inquiridos foram também questionados sobre o principal contributo das pessoas, enquanto membros da sociedade, para um desenvolvimento económico mais sustentável no futuro.

Perto de metade da População (51%) e dos Empresários (48%) aponta o investimento na educação e na formação profissional como o principal contributo potencial das pessoas para esse objetivo. Essa opinião é expressa por apenas 33% dos Autarcas. Para estes, o fomento do empreendedorismo e do emprego próprio assume um papel cimeiro, recolhendo 40% das respostas, um valor superior ao dos outros universos estudados (31% para a População e 25% para os Empresários).

A adoção de padrões de consumo mais amigos do ambiente é salientada por cerca de um quarto dos Empresários e dos Autarcas. No entanto, apenas 11% da População reconhece esse contributo como sendo prioritário, o que revela a maior importância que os inquiridos deste universo atribuem, na atual conjuntura, a fatores de valorização profissional e de melhoria das condições de acesso ao emprego.

O investimento na cultura e em atividades de solidariedade social é remetido para uma posição subalterna pelos três universos estudados. Ainda assim, e à imagem do que se verifica noutros domínios (por exemplo, na relação entre o mercado e a economia), é a População – potencialmente beneficiária e, como tal, mais sensível à importância da intervenção social desenvolvida pelas instituições do terceiro setor, sobretudo no atual contexto de crise – que mais valoriza as iniciativas e organizações de solidariedade social, com uma frequência de 7%, face a 1% e 2%, respetivamente, dos Autarcas e dos Empresários.

Uma análise intragrupo permite identificar algumas tendências adicionais para os Autarcas e para os Empresários. Os Autarcas do PSD e os Empresários do setor da construção tendem a valorizar mais a criação de emprego próprio e a iniciativa individual. Pelo contrário, os Autarcas do PCP-PEV e, em menor grau, os do PS, e os Empresários da categoria «outros serviços»[9], em alguns casos ligados a profissões técnicas e liberais, ou seja, com maior necessidade

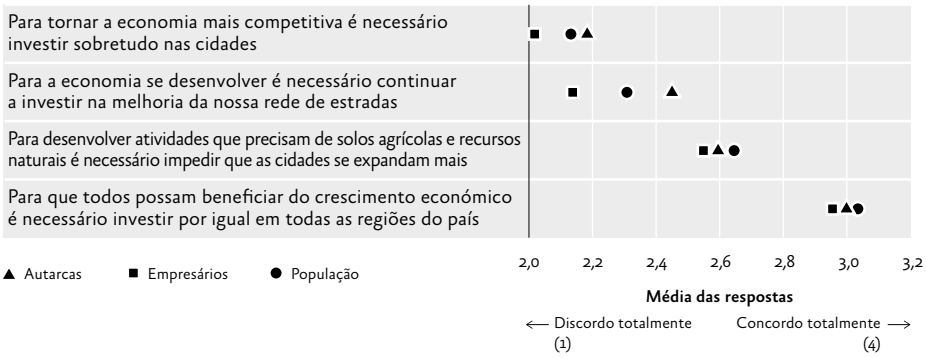
9 Outros serviços: todas as atividades terciárias não incluídas nas classes G «Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos» e I «Alojamento, restauração e similares» da CAE rev. 3.1.

de recursos humanos qualificados, salientam sobretudo a aposta na educação e na formação profissional.

Território e economia: equidade territorial, a grande prioridade?

Foram apresentadas quatro afirmações que relacionavam território e economia, às quais os inquiridos deveriam responder indicando o seu posicionamento numa escala de concordância com quatro opções: «discordo totalmente» (1), «discordo» (2), «concordo» (3) e «concordo totalmente» (4). A figura 4.14 sintetiza os resultados obtidos. O gráfico apresenta as médias das respostas, calculadas a partir da escala de valores acima referida.

Figura 4.14 Orientações no domínio Território e Economia



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

A análise do gráfico anterior permite comparar os graus relativos de adesão dos três universos a cada uma das afirmações apresentadas.

Ainda que com diferentes intensidades, os níveis de aceitação das quatro afirmações são semelhantes para os três universos. A necessidade de investir por igual em todas as regiões do país congrega os maiores níveis de concordância, seguida da importância de impedir a expansão física das cidades. Pelo contrário, a maioria dos respondentes não apoia a concentração de investimento nas cidades ou o investimento na melhoria da rede de estradas.

Uma exceção a esta última tendência diz respeito aos Autarcas, com quase 50% a assinalar a importância de investir na melhoria da rede de estradas, opinião partilhada por não mais do que 38% da População e 28% dos Empresários.

Esta é, aliás, a opção que maior divergência provoca entre os três universos. Mas é provável que os inquiridos se refiram, na verdade, a tipos de investimento distintos, com a População e os Empresários a pensarem sobretudo na rede de autoestradas e os Autarcas a levarem em conta as ligações, muitas vezes deficientes, dos seus municípios às vias de âmbito nacional e regional e também as necessidades de manutenção e melhoria das redes municipais.

A População é, em termos genéricos, o universo que demonstra maiores preocupações redistributivas: quase 90% dos inquiridos concordam com a importância de assegurar o equilíbrio inter-regional dos investimentos, face a cerca de 70% para os outros dois universos.

No que diz respeito aos Autarcas, verifica-se uma distinção estatisticamente significativa relacionada com a dimensão populacional dos concelhos. De facto, os Autarcas dos municípios de maior dimensão expressam um menor acordo com a necessidade de melhorar a rede de estradas e de assegurar uma distribuição regional mais equitativa dos investimentos. Estes resultados parecem apoiar a justificação avançada anteriormente sobre os encargos municipais com as redes rodoviárias locais e a necessidade de garantir uma boa ligação às redes regionais e nacionais. Debatendo-se com realidades sociais, económicas e ambientais mais complexas e diversificadas, os Autarcas dos concelhos de maior dimensão populacional são os que revelam uma maior adesão à necessidade de concentração dos investimentos nas cidades.

4.1.6 **Agentes e instrumentos de mudança**

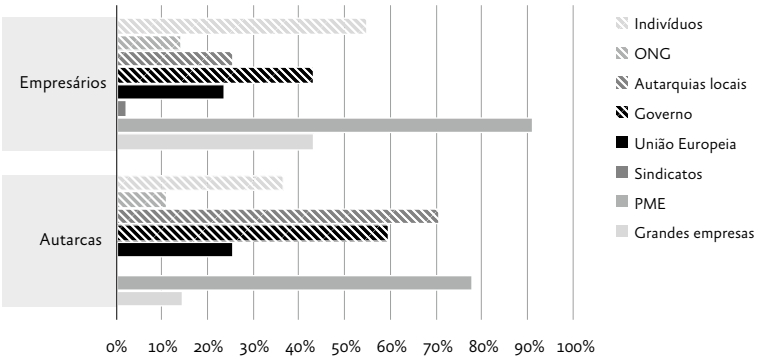
Um dos objetivos do estudo realizado é identificar os agentes e os instrumentos com maior potencial dinamizador de mudança a favor de um modelo económico mais sustentável em Portugal. Neste sentido, foram colocadas cinco questões específicas aos Autarcas e aos Empresários. Para cada uma dessas questões foram sugeridas várias respostas possíveis, que refletem propostas presentes nos documentos de referência analisados. Nesta secção são apresentadas e comentadas as respostas obtidas.

Quem deverá catalisar a mudança?

Foi pedido aos Autarcas e aos Empresários que identificassem, de uma lista com oito tipos de entidades com capacidade de influenciar um futuro modelo

económico mais sustentável, os três agentes de mudança considerados mais relevantes. A figura 4.15 ilustra a soma das frequências referentes às três opções escolhidas por cada um dos inquiridos, ou seja, a frequência com que cada tipo de entidade é referido como primeira, segunda ou terceira escolha dos inquiridos.

Figura 4.15 Principais agentes de mudança



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

A primeira conclusão a retirar é a importância atribuída quer por Autarcas (80%) quer por Empresários (90%) às PME como agentes fundamentais da mudança de modelo socioeconómico. Também comum a ambos os grupos é a importância relativa atribuída às instituições da União Europeia (cerca de 20% dos inquiridos) e o fraco reconhecimento do potencial papel das organizações não-governamentais (ONG) e dos sindicatos como agentes de mudança (valores percentuais quase residuais).

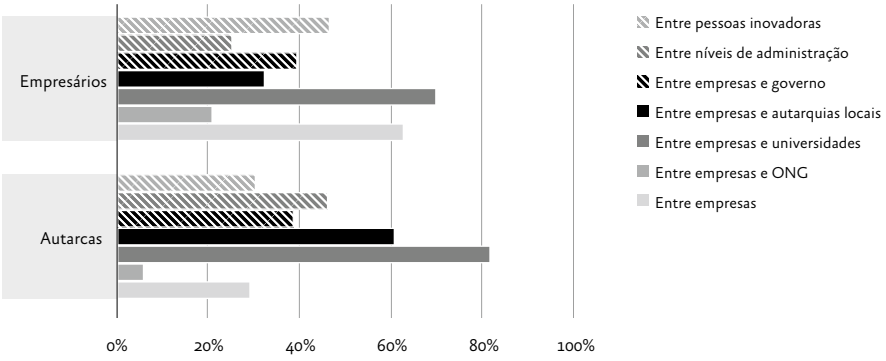
Simultaneamente, existem divergências significativas entre os dois grupos inquiridos. Os Empresários valorizam mais o papel dos indivíduos e das grandes empresas, enquanto os Autarcas ressaltam a importância das instituições públicas (autarquias locais e governo).

Como seria de esperar, para os Empresários a mudança a favor de uma economia mais sustentável deverá resultar de dinâmicas de mercado protagonizadas sobretudo pelas empresas e por indivíduos inovadores. Os Autarcas atribuem a si próprios e às instituições públicas em geral um papel de relevo, certamente por via dos diversos estímulos e apoios que podem desenvolver através de práticas inovadoras.

Quais as modalidades de cooperação mais relevantes para estimular a mudança?

A segunda das cinco questões colocadas aos Autarcas e aos Empresários refere-se ao papel da cooperação entre diferentes entidades como fator de mudança para um modelo económico mais sustentável. Foram sugeridas sete opções de modalidades de cooperação, devendo cada inquirido selecionar as três consideradas como as mais relevantes. A figura 4.16 ilustra o resultado obtido por modalidade de cooperação.

Figura 4.16 Modalidades de cooperação mais relevantes para a mudança



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

A importância da cooperação entre as empresas e as universidades destaca-se nas escolhas, quer de Autarcas (82%) quer de Empresários (70%). Estes resultados confirmam o valor atribuído à ciência (ver secção 4.1.5) e ao papel das universidades na construção da economia do futuro.

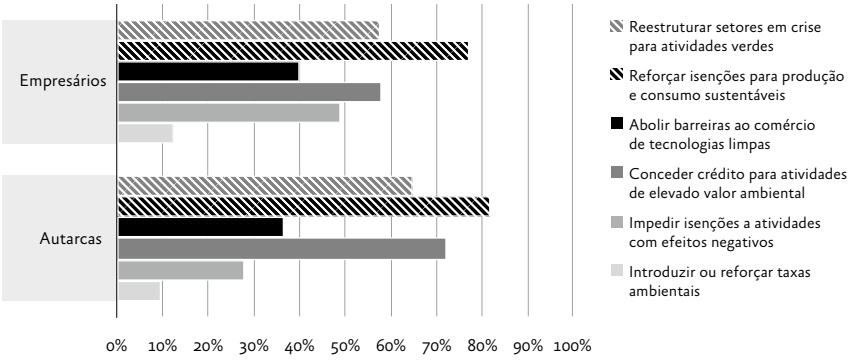
De resto, e como seria de prever, ambos os grupos inquiridos tendem a valorizar o seu próprio papel como agentes de mudança. Assim, os Autarcas salientam a cooperação entre as empresas e as autarquias locais (61%) e, secundariamente, entre diferentes níveis de administração e entre as empresas e o governo. Os Empresários, por seu lado, sublinham a importância da cooperação entre diferentes empresas (63%) e, com valores um pouco mais baixos, entre pessoas inovadoras e entre as empresas e o governo (neste último caso, com um valor idêntico ao do grupo dos Autarcas).

Comum a ambos os grupos, e em sintonia com os resultados obtidos na questão anterior, é o papel secundário atribuído às ONG como agentes de mudança.

Quais os instrumentos mais relevantes para estimular a mudança?

A terceira questão colocada aos Autarcas e aos Empresários abordou os instrumentos de regulação considerados mais eficazes para estimular, em Portugal, um modelo económico mais sustentável. Foram levadas em consideração, de acordo com os documentos de referência utilizados, seis opções. A figura 4.17 ilustra os resultados obtidos a partir do somatório dos três instrumentos reconhecidos como mais eficazes pelos inquiridos de cada um dos grupos.

Figura 4.17 Principais instrumentos de mudança



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

As opiniões de Empresários e Autarcas são, neste ponto, largamente coincidentes. Ambos enfatizam, em primeiro lugar (com cerca de 80%), o reforço de isenções promotoras de formas de produção e de consumo sustentáveis. A segunda opção mais considerada é a criação de linhas de crédito dedicadas a atividades com elevado valor acrescentado, sendo a terceira opção mais votada o apoio à reestruturação de setores em crise para atividades mais verdes. Sublinhe-se que os instrumentos de regulação mais consensuais são marcadamente pró-ativos, recolhendo maior apoio do que as medidas de índole punitiva ou penalizadora.

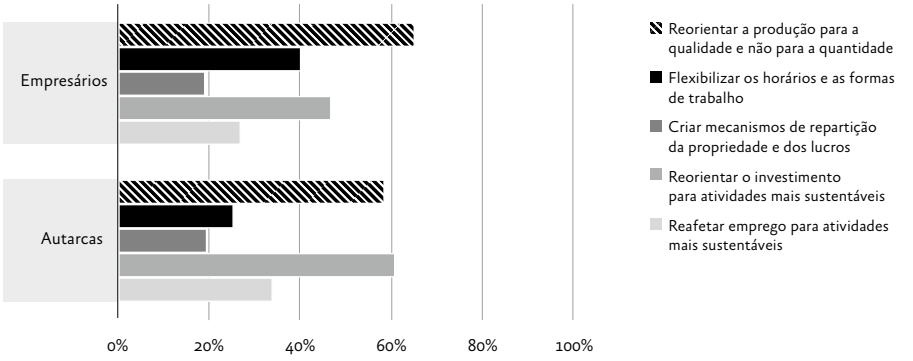
Igualmente consensuais são os instrumentos menos valorizados: a abolição de barreiras ao comércio de tecnologias limpas ou de baixo carbono e, particularmente, a introdução ou o reforço de taxas ambientais.

Neste domínio, a clivagem entre Autarcas e Empresários é menor do que nas duas dimensões anteriores. O principal elemento de divergência reside na importância relativa atribuída ao impedimento da atribuição de isenções a atividades ambientalmente negativas, um instrumento regulador de caráter punitivo paradoxalmente mais invocado pelo grupo dos Empresários do que pelos Autarcas.

Quais as opções de gestão empresarial que mais poderão contribuir para a mudança?

A quarta questão apresentada aos Autarcas e aos Empresários incide sobre as opções de gestão empresarial consideradas mais eficazes para a promoção de um modelo económico mais sustentável em Portugal. A figura 4.18 apresenta os resultados do somatório das três opções recomendadas por cada um dos inquiridos dos dois grupos a partir de uma lista de cinco escolhas possíveis.

Figura 4.18 Principais opções de gestão empresarial para a mudança



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Os dois grupos assinalam a aposta na qualificação da produção e dos serviços e a reorientação do investimento para atividades mais sustentáveis como as práticas de maior importância, com os Empresários a atribuir um maior relevo à primeira opção (65%) e os Autarcas à segunda (61%).

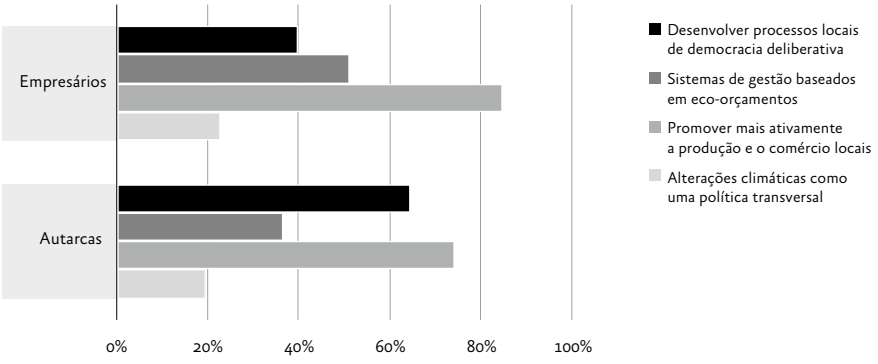
A flexibilização dos horários e das formas de trabalho assume uma posição de destaque para os Empresários, o que pode ser interpretado como revelador da importância atribuída ao tempo livre e ao bem-estar dos trabalhadores enquanto fatores catalisadores da sua produtividade ou, pelo contrário, como um instrumento que permite viabilizar modalidades de contratação menos vinculativas para as empresas. Esta opção não recebe uma atenção equivalente por parte dos Autarcas.

A reafetação do emprego a favor de atividades mais sustentáveis (cerca de 30% em ambos os grupos) e a introdução de mecanismos de repartição da propriedade e dos lucros pelos trabalhadores (ligeiramente abaixo dos 20% de respostas) foram as duas opções menos consideradas por ambos os grupos.

Quais as opções de gestão autárquica que mais poderão contribuir para a mudança?

A quinta e última questão colocada exclusivamente aos Autarcas e aos Empresários diz respeito às opções de gestão autárquica consideradas mais importantes para estimular um modelo económico ambientalmente mais sustentável em Portugal. Foram apresentadas quatro respostas possíveis. A figura 4.19 ilustra, para cada um dos grupos, os resultados relativos ao somatório das três opções julgadas mais relevantes por cada um dos inquiridos desses grupos.

Figura 4.19 Principais opções de gestão autárquica para a mudança



Fonte: Inquérito MuVe (2013)

Das quatro opções de gestão autárquica propostas, a valorização da produção e do comércio locais é, para os dois grupos, a mais referida, reunindo o apoio de 85% dos Empresários e de 74% dos Autarcas. Este resultado está em sintonia com a valorização, revelada nas respostas a outras perguntas do questionário, das economias locais e, indiretamente, das PME.

A segunda opção mais valorizada por cada um dos grupos reflete a sua natureza: enquanto a escolha dos Empresários incide no domínio estrito da gestão (sistemas de gestão baseados em eco-orçamentos), os Autarcas valorizam novas formas de interação com as populações, por via do recurso a processos deliberativos (como, por exemplo, os orçamentos participativos).

A consideração das alterações climáticas como uma política transversal a todos os departamentos municipais é a opção menos referenciada por ambos os grupos (cerca de 20%).

Mensagens-Chave

De entre os resultados obtidos, há alguns aspetos que merecem particular destaque.

O primeiro relaciona-se com dois dos fatores considerados consensualmente importantes para estimular uma mudança a favor de um modelo económico mais sustentável em Portugal: as PME enquanto entidades através das quais a referida mudança poderá ocorrer da melhor forma e a ciência / conhecimento, nomeadamente através de uma maior cooperação entre as empresas e as universidades, como condição da reorientação para formas de produção e serviços mais qualificados e sustentáveis. A receber o devido acolhimento, esta perspetiva não poderá deixar de ter implicações importantes do ponto de vista das opções governamentais a privilegiar ao nível das políticas de investigação e desenvolvimento e de formação e qualificação de recursos humanos.

O segundo aspeto refere-se ao aparente paradoxo por um lado entre o papel atribuído à iniciativa individual (Empresários) e os processos coletivos de deliberação local (Autarcas), e, por outro lado, a fraca valorização das ONG por ambos os grupos.

E o funcionamento público da economia do futuro?

Nuno Vitorino, economista, Ilha,Lda.

Sabemos que prever é difícil, sobretudo quando se trata do futuro. Sabemos também que a transformação do presente no futuro nem sempre é linear e contínua, sendo frequentemente influenciada por disrupções: o conhecimento e a inovação, mas também os conflitos, as guerras e as catástrofes. Sabemos ainda que os processos e as dinâmicas de adaptação ou de transformação não são temporal ou territorialmente simultâneos e equilibrados.

Somos surpreendidos, ao refletir sobre as conclusões deste estudo, pela dimensão e profundidade dos efeitos de acontecimentos recentes que, disruptivamente, alteraram a compreensão e as expectativas dos portugueses sobre a transformação do nosso presente no futuro esperado e desejado.

Esta surpresa não se fundamenta na subvalorização dos efeitos da crise sobre as condições de vida das famílias e das pessoas, das suas consequências sobre a atividade das organizações privadas e públicas, ou das exigências quanto ao desempenho das funções do Estado no apoio social e na promoção do investimento.

Ela alicerça-se, por um lado, nas diversificadas indicações, que este estudo revela e sistematiza, sobre as modificações que a crise provocou nos referenciais individuais e coletivos que permitem compreender o presente e antecipar o futuro.

E resulta, também, dos significativos contrastes que se manifestam entre as três principais abordagens dos inquiridos às tendências de evolução: (i) continuidade ou conservadorismo, no sentido de que os fenómenos recentes são vistos como acidentes de percurso, temporários, que serão absorvidos pelas dinâmicas pesadas, dotadas de horizontes temporais longos; (ii) adaptação, baseada na convicção de que as perturbações recentes serão superadas pela concretização dos valores emergentes da equidade, da redistribuição e do localismo; e, (iii) transformação, que assume como realizáveis as oportunidades de alteração de paradigmas estruturais propiciadas pela situação atual, em especial no que respeita à sustentabilidade dos recursos, ao ambiente e ao glocalismo.

Importa-nos sobretudo refletir, nesta envolvente complexa e imprecisa, sobre duas questões interrelacionadas de particular relevância no contexto da economia do futuro: o financiamento público da economia (e da sociedade) e a natureza das políticas públicas.

Consideramos, de forma muito simplificada, que o sistema de financiamento da economia integra tanto os mercados e as instituições financeiras (cuja atividade-

de, apoiada na captação de rendimentos e de poupanças, bem como no acesso a mercados significativamente globalizados, suporta as empresas e demais organizações, os indivíduos e as famílias), como as instituições e as políticas públicas (que beneficiam de impostos e de outras contribuições familiares e empresariais e acedem aos mercados e instituições financeiras para assegurarem a realização de atividades e a prossecução de objetivos de interesse coletivo). Não se trata certamente de um sistema perfeito, mas é seguramente o melhor que existe.

A eclosão da crise no final da última década teve origem em instrumentos e comportamentos especulativos nos mercados e nas instituições financeiras. Os seus efeitos disruptivos verificam-se, desde logo, no financiamento da economia, afetando o funcionamento e o investimento das empresas, provocando a diminuição das suas atividade e capacidade de expansão e, assim, diminuindo a produção. A subsequente contração da criação de riqueza e do aumento do desemprego tem reflexos nos níveis salariais, na expulsão dos menos competitivos e no aumento das barreiras à entrada dos jovens no mercado de trabalho, produzindo efeitos económicos e sociais negativos e cumulativos.

Não ignoramos que a circunstância de estes acontecimentos serem recentes e complexos condiciona a capacidade de compreendermos e relativizarmos a sua efetiva relevância sistémica. Assinalamos também que, para uma parte significativa dos inquiridos neste estudo, esta dimensão do sistema de financiamento da economia (mercados e instituições financeiras) possui capacidade de autorregeneração e de correção de trajetórias e de comportamentos.

Todavia, por consideramos que estas capacidades são limitadas e, sobretudo, por entendermos que a sua mobilização tenderá a replicar as práticas que conduziram aos erros que conhecemos, pensamos que a construção da economia do futuro (que desejamos, como o estudo confirma, diferente e melhor que a "do passado") exige a prossecução consistente de políticas públicas dirigidas à transformação do sistema de financiamento da economia.

Esta exigência, que é regularmente anunciada e assumida pelos decisores políticos, tem vindo a traduzir-se na manifestação da vontade de aperfeiçoar e reforçar a regulação pública dos mercados e das instituições financeiras, bem como de promover a integração dos mercados financeiros, particularmente na União Europeia (processo de construção da união bancária). Tratando-se de reformas necessárias para melhorar as condições de financiamento das empresas, dos indivíduos e das famílias, bem como as capacidades para produzir riqueza e criar emprego, a sua complexidade e a superação de interesses contraditórios não

deverão justificar menor determinação na respetiva concretização e na efetiva produção de resultados.

Privilegiamos, no contexto da reforma do sistema de financiamento público da economia, duas principais prioridades interrelacionadas: por um lado, o efetivo financiamento da economia pelos mercados e instituições financeiras, tanto no que respeita à disponibilidade real de recursos como no que se refere às condições de custo e maturidades, desejavelmente convergentes no espaço europeu; por outro, a garantia de transparência e de fidedignidade da informação sobre as atividades das instituições financeiras e dos agentes dos mercados financeiros, a qual, associada à aproximação entre o valor virtual e real dos produtos e veículos financeiros, é indispensável para diminuir os riscos especulativos.

As consequências da crise financeira e económica global, assimétricas no tempo e no espaço, afetaram também as instituições e as políticas públicas: a capacidade financeira das primeiras e os recursos necessários à concretização das segundas foram direta e negativamente influenciados por quebras nas receitas públicas decorrentes das reduções nos rendimentos das famílias e das empresas; as práticas especulativas nos mercados financeiros tiveram especial incidência no mercado de dívida pública; a evidência de desequilíbrios estruturais nas finanças públicas e, também, em instituições financeiras determinou a mobilização de recursos públicos significativos; por fim, as dramáticas consequências sociais da crise exigiram financiamentos públicos adicionais importantes no quadro das prestações sociais.

Também neste âmbito não consideramos que existam possibilidades de regeneração que permitam antecipar o regresso à anterior situação de normalidade das finanças e do sistema de financiamento das instituições e das políticas públicas. Por um lado, os referidos fatores disruptivos têm caraterísticas estruturais (sendo alguns suscetíveis de atenuação, não são todos nem totalmente superáveis). Por outro lado, há necessidade de responder aos desafios societais que se vêm manifestando e acumulando (envelhecimento, alterações climáticas, sustentabilidade dos recursos, segurança alimentar). Emerge, finalmente, a importância de satisfazer os desejos e as expetativas sobre a economia do futuro que este estudo identifica: participação, localismo e glocalismo (portanto, urbanização e despovoamento), inclusão e solidariedade, conhecimento e inovação.

Assim, as consequências explicitadas pela crise financeira e económica sobre as políticas públicas não são apenas quantitativas, associadas à prossecução de objetivos e à realização de atividades cuja necessidade é agora maior, sobretudo

no que se refere à promoção do crescimento e da coesão. Elas dizem também respeito à transformação qualitativa do respetivo financiamento, para responder adequadamente aos grandes desafios societais e a desejos e expetativas sobre a economia do futuro.

Assumimos, portanto, que a escassez dos recursos disponíveis e mobilizáveis não poderá justificar a retoma de soluções que comprometam o equilíbrio das finanças públicas (défice e dívida). Assumimos, igualmente, que a escassez de recursos não deverá ser invocada para recusar ou adiar a transformação do sistema de financiamento público.

Privilegiamos portanto, no contexto da reforma do sistema de financiamento das instituições e das políticas públicas, três principais prioridades interrelacionadas): (i) maior seletividade e focalização nas escolhas e maior eficiência no desempenho (exigindo, para além da qualificação da gestão pública, a adoção de processos estruturados e regulares de participação na formação de decisões estratégicas coletivas); (ii) valorização do Estado regulador sobre o Estado prestador (determinando uma assumida orientação para resultados e a respetiva monitorização consequente); e, (iii) alteração das modalidades de financiamento das instituições e das políticas públicas (que deverão, em todas as situações pertinentes, remunerar a procura e não a oferta, financiar resultados em vez de realizações e preferir financiamentos reembolsáveis a subvenções e subsídios).

4.2 Nota conclusiva

Ao longo deste Capítulo identificaram-se algumas das linhas de convergência e de divergência presentes nas respostas que a População, os Empresários e os Autarcas deram a um conjunto de questões sobre a economia do futuro e, a um nível mais concreto, sobre a construção de um modelo de desenvolvimento socioeconómico mais sustentável para Portugal.

Os três universos inquiridos foram, neste caso, considerados de forma agregada, ou seja, privilegiou-se a análise do conjunto das respostas e das opções de cada um deles e não a sua diversidade interna. Esta análise agregada salienta os aspetos estruturais desses universos. Assim, não é de admirar que um número significativo das respostas e das opções da População reflitam atitudes e opiniões que traduzem mais a preocupação de sobreviver ao atual contexto de crise do que de construir uma economia do futuro diferente da

atual, apesar de essa alteração ser generalizadamente referida como necessária e inevitável. Também não é surpreendente que os Autarcas e os Empresários valorizem soluções que se prendem com a sua missão e atividade diárias e que atribuam a si próprios um papel como agentes de mudança superior ao que os outros lhes conferem. Talvez o que mais espanta seja o facto de que apesar das diferenças estruturais que existem entre a População, os Empresários e os Autarcas se verifique, em múltiplos domínios, uma significativa convergência ou mesmo um verdadeiro consenso quanto a aspetos essenciais sobre a economia do futuro e sobre a melhor forma de a construir: opções prioritárias, agentes-chave, etc.

Esta significativa convergência resulta de fatores de natureza distinta. Por exemplo, aspetos como a importância dos discursos politicamente corretos, a existência de uma cultura incipiente de debate político, público e até académico sobre modelos económicos alternativos, o peso da mediatização de determinadas opções ou mesmo inércias do passado, concorrem no sentido de alguma harmonização discursiva sobre o futuro desejado, talvez superficial ou mesmo fictícia, mas que caracteriza muitas das respostas ao inquérito realizado.

Este resultado poderia sugerir que não existe uma diferenciação suficientemente forte entre os inquiridos dos vários universos que reflita graus distintos de adesão às três agendas de referência inicialmente consideradas: economia do crescimento numa ótica de quase continuidade, economia do crescimento verde e economia do bem-estar. A análise das diferenciações internas a cada um dos universos inquiridos mostra que essa suposição não tem razão de ser. O próximo capítulo identifica as principais clivagens de atitudes e de opiniões internas à População, aos Empresários e aos Autarcas e relaciona os subgrupos daí decorrentes com distintas visões sobre a economia do futuro.

Capítulo 5

Perfis-tipo face à economia do futuro

5.1 Introdução

No capítulo 4 identificaram-se as atitudes e as opiniões convergentes e divergentes entre os três universos estudados: População, Empresários e Autarcas. Mas nenhum destes universos é internamente homogéneo. Existirão diferenças de atitudes e de opiniões relevantes no seio de cada um deles? E, caso existam, haverá alguma relação entre essas diferenças e os diversos discursos-tipo sobre a economia do futuro inicialmente apresentados, ou seja, a economia do crescimento (*almost-business as usual*), a economia do crescimento verde (*greening*) e a economia do bem-estar (*all-change*)? Qual é a importância relativa de cada um desses discursos-tipo nos três universos inquiridos?

A resposta a este conjunto de questões baseou-se em duas análises complementares. Numa primeira fase, procurámos definir perfis-tipo para os inquiridos de cada um dos universos. Numa segunda fase, tentámos averiguar em que medida esses perfis-tipo se aproximam das agendas de mudança associadas às várias perspetivas acima referidas.

A metodologia seguida para identificar e caracterizar os perfis-tipo no interior de cada um dos universos inquiridos encontra-se sumariamente descrita na caixa 5.1.

Caixa 5.1 Definição de perfis-tipo: metodologia

Passo 1. Definição de variáveis ativas e de variáveis ilustrativas

A metodologia utilizada pressupõe a distinção entre variáveis ativas e variáveis ilustrativas.

Classificaram-se como variáveis ativas as modalidades de resposta às 24 questões comuns aos inquéritos à População, aos Empresários e aos Autarcas relativas às seguintes dimensões:

i) Finalidades da economia

ii) Intensidade da mudança

iii) Direção da mudança: atitudes em relação à economia do futuro

iv) Direção da mudança: atitudes em relação a viver bem no futuro

v) Direção da mudança / prioridades por domínios: Ambiente e Economia, Ciência e Economia, Estado e Economia, Mercado e Economia, Sociedade e Economia, e Território e Economia

Identificaram-se, assim, 114 variáveis ativas.

As modalidades de resposta relativas às restantes questões foram classificadas como variáveis ilustrativas. Dado que os três inquéritos não são totalmente coincidentes, o total de variáveis ilustrativas para cada um dos universos inquiridos é distinto: 113 modalidades de resposta relativas a 14 questões, no caso da População; 125 modalidades de resposta e 18 questões, no caso dos Empresários; 119 modalidades de resposta e 17 questões, no caso dos Autarcas.

Passo 2. Análise fatorial de correspondências múltiplas baseada nas variáveis ativas

Este segundo passo consiste na aplicação de uma análise fatorial de correspondências múltiplas (ACM) às variáveis ativas. As variáveis ilustrativas não interferem na ACM, sendo exclusivamente descritivas. Tendo em conta o número de indivíduos em análise, e de forma a tornar os resultados obtidos mais robustos, optou-se por considerar também como ilustrativas todas as variáveis ativas com uma frequência inferior a 1%. Retiveram-se, assim, das 114 variáveis ativas iniciais, 70 modalidades de resposta para a ACM.

Passo 3. Agregação dos indivíduos por graus de semelhança

O terceiro passo da metodologia utilizada consiste na aplicação de uma análise de classificação mista (métodos de classificação: centros móveis e hierárquico ascendente), em que os indivíduos de cada um dos universos são agrupados de

acordo com o grau de semelhança que apresentam entre si em função das 70 variáveis ativas consideradas.

Passo 4. Definição de perfis-tipo

Os subgrupos resultantes do processo de agregação desenvolvido no passo anterior permitem identificar perfis-tipo a partir das variáveis ativas e ilustrativas que se encontram significativamente sobrerrepresentadas em cada um deles (isto é, com um valor-teste superior a 2, o que garante, com 95% de confiança, que a sua inclusão no subgrupo não é devida ao acaso). Estas variáveis conferem, simultaneamente, unidade ao subgrupo e distinção em relação aos restantes subgrupos do mesmo universo de inquiridos.

Como resultado da análise efetuada, foram identificados quatro perfis-tipo principais[10] para os universos População e Empresários e cinco para o universo Autarcas. A cada um desses perfis-tipo foi atribuída uma designação que procura sintetizar as características que o distinguem dos restantes perfis-tipo do mesmo universo (caixa 5.2).

Caixa 5.2 Designação dos perfis-tipo principais identificados para cada um dos universos inquiridos

População: principais perfis-tipo

- Liberalismo Glocal
- Localismo Socioecológico
- Crescimento Económico
- Marginalização Social

Empresários: principais perfis-tipo

- Liberalismo Económico
- Glocalismo
- Localismo Socioecológico
- *Statu Quo*

10 Não foram considerados os subgrupos com um peso relativo inferior a 2% do total de inquiridos do respetivo universo dada a sua importância diminuta, sem representatividade estatisticamente significativa, e ainda, em alguns casos, por corresponderem a respostas com manifesto grau de incoerência e contradição.

Autarcas: principais perfis-tipo

- Equidade Social
- Intervencionismo
- Equidade Territorial
- Liberalismo Económico
- *Statu Quo*

Apresentam-se, de seguida, os perfis-tipo principais de cada um dos universos. Essa apresentação é feita em duas etapas. Em primeiro lugar, analisamos a representação gráfica (dendrograma) que sintetiza as grandes oposições que diferenciam os vários subgrupos identificados. Em segundo lugar, caracterizamos brevemente os perfis-tipo dos indivíduos incluídos nesses subgrupos. Estas duas etapas permitem responder à primeira das questões colocadas no início deste capítulo: existem diferenciações relevantes de atitudes e de opiniões relativas à economia do futuro no interior de cada um dos universos inquiridos, isto é, População, Empresários e Autarcas?

5.2 Perfis-tipo

5.2.1 População

A análise dos resultados do inquérito à População conduziu à definição de quatro subgrupos principais, correspondendo a quatro perfis-tipo designados, respetivamente, por Liberalismo Glocal, Localismo Socioecológico, Crescimento Económico e Marginalização Social. Uma leitura descendente do dendrograma representado na figura 5.1 permite identificar as sucessivas oposições que diferenciam estes vários subgrupos entre si.

Caixa 5.3 Como ler os dendrogramas das figuras 5.1, 5.2 e 5.3

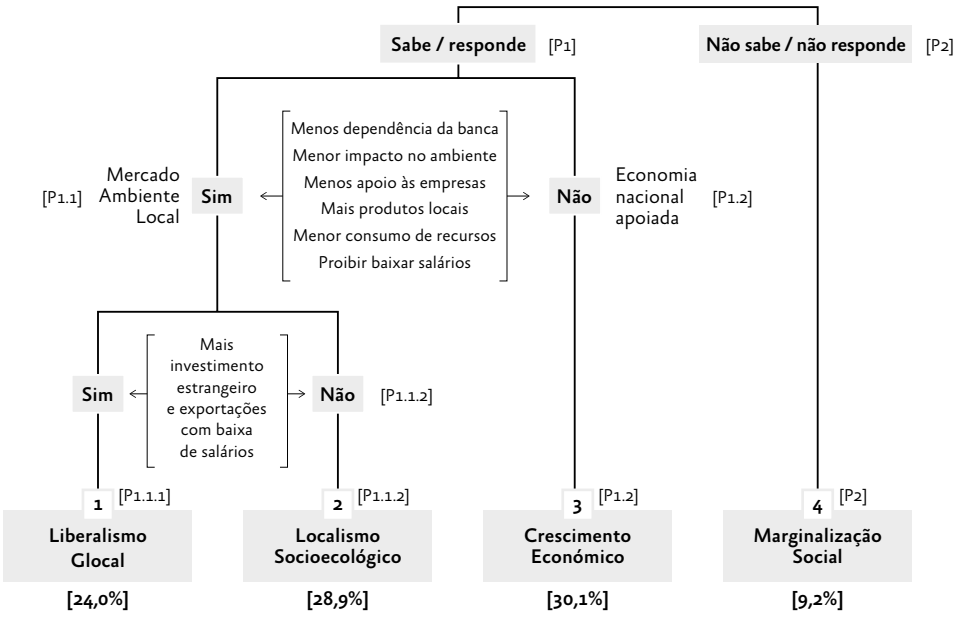
Os dendrogramas das figuras 5.1, 5.2 e 5.3 representam graficamente os grandes subgrupos que resultam da agregação sucessiva dos indivíduos inquiridos de cada universo em função das semelhanças que apresentam entre si.

A leitura descendente de cada um dos dendrogramas permite identificar as grandes clivagens que vão dando origem a sucessivas subdivisões.

A representação gráfica adotada inclui a indicação das variáveis que mais contribuem para essas subdivisões até à definição dos subgrupos que correspondem aos perfis-tipo principais de cada universo.

A diferença entre o somatório do peso percentual dos subgrupos considerados para cada universo e 100% traduz a importância relativa dos indivíduos que não foram incluídos em qualquer dos subgrupos principais, por apresentarem características muito particulares e não terem uma expressão estatisticamente significativa. Esse valor residual é de 7,8% no caso da População, 3,5% no que se refere aos Empresários e 3,7% no que diz respeito aos Autarcas.

Figura 5.1 População: subgrupos principais



Fonte: Inquérito MuVe (2013), elaboração própria

Tendo em conta as respostas ao inquérito, a primeira oposição no seio do universo População autonomiza um subgrupo relativamente pequeno (P2, com cerca de 9% dos inquiridos), face a todos os restantes inquiridos (P1). Aquele subgrupo caracteriza-se por incluir indivíduos que têm em comum o facto de não terem respondido à maioria das questões sobre o futuro. A clivagem mais profunda entre os inquiridos do universo População é, pois, a

que opõe os que não conseguem imaginar qualquer futuro (P2) aos que têm uma opinião sobre o que deve ser a economia do futuro (P1).

A segunda oposição, interna a P1, destaca o subgrupo P1.2 (com cerca de 30% dos inquiridos). Este subgrupo tem como característica distintiva o facto de ter dificuldade em imaginar uma economia do futuro que seja diferente da realidade atual (ou, talvez mais corretamente, diferente da situação prevalecente antes da crise iniciada em 2007/8). Pelo contrário, os indivíduos que integram o subgrupo P1.1 partilham a convicção de que a economia do futuro será necessariamente distinta, devendo prosseguir objetivos de bom funcionamento do mercado, de salvaguarda ambiental e de valorização das potencialidades da economia e da escala local.

Finalmente, este subgrupo P1.1 subdivide-se em dois conjuntos tendo por base a aceitação ou a rejeição da ideia de que a economia no futuro exige maior capacidade de atrair investimento estrangeiro e de exportar, mesmo que essa opção implique baixar salários. Embora os indivíduos integrados em P1.1.1 e P1.1.2 tenham em comum a convicção de que é necessário construir uma economia distinta da atual, a economia do futuro é por eles formulada a partir de referenciais contrastados: mais baseada em objetivos de liberalização económica no primeiro caso (P1.1.1) e mais sensível a questões sociais no segundo (P1.1.2).

Apresentamos, de seguida, uma breve caracterização dos perfis-tipo de cada um destes quatro subgrupos principais do universo População.

População: Liberalismo Glocal (P1.1.1)

São sobretudo as atitudes assumidas em relação à economia do futuro que distinguem este subgrupo dos restantes: uma economia mais glocal, mais verde e com preocupações sociais, mesmo que isso implique preços mais elevados, aumento de impostos ou até diminuição de salários. Este subgrupo concentra, também, percentagens significativas dos inquiridos que possuem uma visão claramente material sobre viver bem no futuro: ganhar mais para consumir mais, mesmo que isso implique trabalhar mais horas e poupar menos. O subgrupo concentra, ainda, um número relevante de respostas que salientam o papel da ciência, das empresas e da iniciativa individual na construção da economia do futuro.

Este conjunto de atitudes e de opiniões não surge claramente associado a perfis específicos do ponto de vista dos valores sociais ou das características sociodemográficas e territoriais dos inquiridos, embora tenham uma presença um pouco mais expressiva entre elementos do sexo masculino e que assumem um posicionamento político de centro direita.

População: Localismo Socioecológico (P1.1.2)

Embora partilhando diversos aspetos com o subgrupo anterior, nomeadamente no que se refere a algumas atitudes em relação à economia do futuro, os indivíduos deste segundo perfil-tipo do universo População revelam uma postura mais orientada por preocupações ambientais, sociais e, genericamente, de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, de equidade e de valorização dos fatores imateriais de prosperidade e de desenvolvimento (tempo livre, educação, etc.). Revelam, igualmente, uma postura crítica em relação quer às situações de dependência da economia face ao sistema bancário quer ao funcionamento dos mercados financeiros.

Ao contrário do que sucede no perfil-tipo anterior, neste caso, a visão predominante associa-se a perfis específicos de valores sociais (com realce para a componente de participação cívica nas empresas e nas autarquias) e de características sociodemográficas e territoriais (população urbana assalariada, jovem e com níveis relativamente elevados de instrução e de rendimento). Em comum com o perfil-tipo anterior destaca-se apenas a sobrerrepresentação de elementos do sexo masculino.

População: Crescimento Económico (P1.2)

Contrastando com os dois perfis-tipo precedentes, que defendem a construção de um futuro distinto da realidade atual, os indivíduos incluídos neste subgrupo parecem estar sobretudo preocupados com a degradação dos atuais níveis materiais de vida e de consumo. A direção da mudança, nas suas diversas dimensões, surge, assim, fortemente condicionada por duas preocupações complementares: criar emprego e evitar o aumento de preços e de impostos, mesmo que este último objetivo implique custos ambientais (produzir consumindo mais recursos e com danos ambientais, não limitar a expansão das cidades, etc.) ou sociais (aumento das desigualdades) e uma menor valorização

dos produtos locais. Ganhar mais e conseguir poupar surgem, assim, como componentes essenciais da noção de viver bem no futuro, mesmo que, para atingir esses objetivos, seja necessário consumir menos.

Também a aceitação de situações de maior dependência em relação à banca e de maior intervenção por parte do estado deve ser avaliada à luz dessa situação: 82% dos indivíduos incluídos neste subgrupo aceitam que a economia dependa mais da banca, desde que essa opção permita baixar os impostos, e 22% defendem a nacionalização dos setores fundamentais da economia, de modo a garantir preços mais baixos ao consumidor.

Os indivíduos incluídos neste subgrupo caracterizam-se pela importância relativa de valores sociais de natureza materialista, associados quer à melhoria dos níveis de vida (combater aumento de preços, promover crescimento económico) quer, ainda que de forma menos marcada, à ideia de ordem (papel das forças armadas). Do ponto de vista das características sociodemográficas e territoriais, este perfil-tipo associa-se sobretudo a elementos do sexo feminino residentes na região Norte e a indivíduos com baixos níveis de rendimento e de escolaridade e com um posicionamento político de centro-esquerda.

População: Marginalização Social (P2)

Este último perfil-tipo distingue-se dos anteriores por incluir indivíduos com incapacidade ou com dificuldade de se pronunciarem sobre as diversas dimensões relativas às finalidades da economia e à intensidade e à direção da mudança no que se refere à economia do futuro. Essa posição está bem ilustrada pela ocorrência sistemática da categoria de resposta «não sabe / não responde» a várias das questões colocadas no inquérito por questionário.

Os indivíduos integrados neste último subgrupo têm um perfil muito claro: pessoas do sexo feminino, idosas, com níveis de rendimento e de escolaridade muito baixos e residindo sobretudo nas regiões Centro e Alentejo.

5.2.2 **Empresários**

A figura 5.2 traduz o modo como se posicionam, em termos relativos, os quatro subgrupos principais de Empresários: Liberalismo Económico, Glocalismo, Localismo Socioecológico e *Statu Quo*.

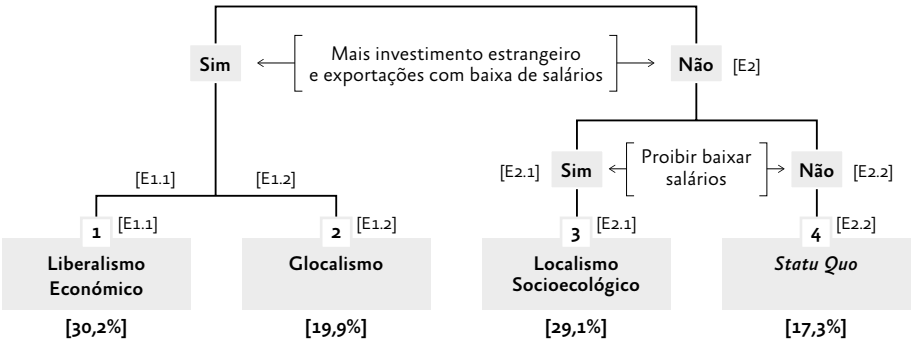
A oposição mais relevante para o universo Empresários estrutura-se em torno da aceitação (E1) ou rejeição (E2) da opção de atrair mais investimento estrangeiro e exportar mais, mesmo que isso signifique salários mais baixos.

Cada um desses grupos subdivide-se, por sua vez, em torno de outras oposições.

Em E2 a principal oposição refere-se à defesa (E2.1) ou à rejeição (E2.2) da ideia de o estado poder proibir que as empresas baixem salários.

A subdivisão interna a E1 não se baseia essencialmente numa variável, como no caso anterior, mas sim num conjunto de variáveis que revelam uma ponderação distinta entre a lógica de funcionamento global dos princípios do mercado (mais forte em E1.1) e a importância atribuída à escala local e à criação de emprego (E1.2).

Figura 5.2 Empresários: subgrupos principais



Fonte: Inquérito MuVe (2013), elaboração própria

Apresentam-se de seguida as principais características dos quatro subgrupos identificados.

Empresários: Liberalismo Económico (E1.1)

Este subgrupo, que reúne cerca de 30% dos Empresários inquiridos, defende mudanças significativas, baseadas no reforço da globalização da economia, num maior protagonismo e numa maior autonomia da iniciativa privada, num crescimento mais verde e na flexibilização do mercado de trabalho (desvalorização salarial desde que contribua para a internacionalização da economia; diminuição do total de horas de trabalho). Os inquiridos incluídos neste subgrupo não são, no entanto, sensíveis a objetivos de equidade social ou territorial, sobretudo se implicarem aumento de impostos.

O facto de quase 60% dos Empresários que integram este subgrupo considerarem que a finalidade principal da economia é garantir a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos tem tradução em objetivos como a aposta na qualidade dos produtos (em detrimento da quantidade) e a adoção de padrões mais sustentáveis tanto de produção como de consumo.

Esta visão é transversal aos vários tipos de empresas inquiridas, sendo a única característica distintiva a sobrerrepresentação de empresas de "outros serviços" (isto é, prestação de serviços, consultoria, profissionais em regime liberal, etc.).

Empresários: Glocalismo (E1.2)

Embora partilhem vários aspetos com o perfil-tipo anterior, em particular no que se refere à aposta no reforço da globalização da economia, os responsáveis pelas empresas incluídas neste subgrupo defendem um caminho diferente, mais centrado em objetivos de criação de emprego (enquanto principal finalidade da economia), de valorização dos produtos e atores locais (autarquias, PME) e de equidade social e territorial.

Esta posição associa-se a uma presença muito forte de empresas de pequena e de média dimensão: perto de metade das empresas deste subgrupo têm menos de 20 pessoas ao serviço e quase 90% possuem menos de 50.

A valorização simultânea das escalas global e local não será estranha ao elevado peso de PME neste subgrupo. E será também, por certo, esta forte presença de empresas de pequena e de média dimensão que explica a sobrerrepresentação dos Empresários que identificam viver bem no futuro com a necessidade de trabalhar mais horas para ganhar e consumir mais (perto de

metade dos inquiridos incluídos neste subgrupo) e que valorizam a iniciativa individual e o empreendedorismo no que se refere à relação entre sociedade e economia (quase 40%).

Empresários: Localismo Socioecológico (E2.1)

Como no perfil-tipo Liberalismo Económico, a maior parte dos Empresários deste subgrupo considera que a finalidade principal da economia é garantir a qualidade de vida dos cidadãos. Também o caminho proposto nos dois subgrupos para a economia do futuro coincide em alguns aspetos, como sucede, por exemplo, em relação à preocupação com os impactos negativos no ambiente ou à defesa de uma menor dependência das empresas em relação a subsídios e a apoios estatais, mesmo que isso implique um aumento de preços.

Os Empresários deste subgrupo divergem, no entanto, radicalmente do perfil-tipo Liberalismo Económico em relação a aspetos sociais, em particular no que se refere à possibilidade, que rejeitam, de diminuir salários e de agravar desigualdades na repartição da riqueza ou de incrementar as exportações e o investimento estrangeiro com base em processos de desvalorização salarial. Predomina, pois, uma perspetiva socioecológica, que defende a existência de limites não só ambientais mas também sociais aos processos de globalização das economias.

Por outro lado, este subgrupo é bastante coeso no que se refere às prioridades atribuídas, em cada um dos domínios considerados, no sentido de estimular mudanças em direção ao futuro desejado: a importância da ciência e das universidades, das PME, da educação e da formação profissional e das áreas não urbanas.

As respostas que valorizam instrumentos favoráveis a formas de produção e de consumo ambientalmente mais sustentáveis (linhas de crédito específicas, isenções fiscais), embora envolvendo apenas um quarto dos Empresários incluídos neste subgrupo, concentram-se aqui de forma significativa. O mesmo sucede, embora de forma menos marcada, com os que defendem a necessidade de as autarquias desenvolverem processos locais de democracia deliberativa.

A perspetiva que caracteriza globalmente este subgrupo não se associa a características particulares das empresas ou da sua localização.

Empresários: *Statu Quo* (E2.2)

Embora quase 50% dos Empresários integrados neste subgrupo afirmem que a economia no futuro deverá ser completamente diferente da atual, as respostas dadas às dimensões que identificam quer a direção quer os agentes e os instrumentos da mudança desejada não só não permitem identificar o caminho a percorrer, como parecem rejeitar qualquer mudança que implique o aumento de preços e de impostos e mesmo, no caso do investimento estrangeiro e das exportações, a diminuição de salários.

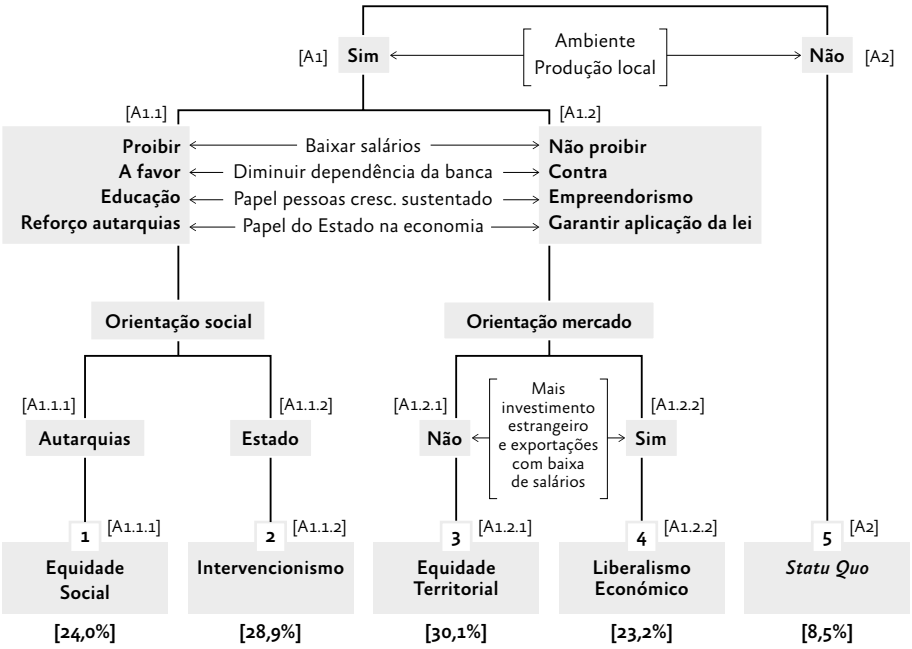
Ao contrário dos subgrupos anteriores, não existe, portanto, uma agenda explícita de mudança, mas antes a formulação de um conjunto de restrições que impeçam o agravamento das atuais condições materiais de vida e, ainda, a presença forte de uma representação de viver bem no futuro associada à possibilidade de ganhar mais e de consumir mais. Este contraste entre o reconhecimento da necessidade de uma economia do futuro completamente diferente da atual e a ausência de qualquer agenda de mudança parece refletir, de forma (aparentemente) paradoxal, a incapacidade de imaginar um (desejado) futuro distinto do previsível à luz do funcionamento atual da economia. Ou seja, na verdade as respostas dadas refletem mais a insatisfação face à realidade atual do que a existência de um projeto de mudança orientado por uma visão estratégica sobre o futuro.

Como no caso anterior, a perspetiva que caracteriza globalmente este subgrupo não se associa a características particulares das empresas ou da sua localização.

5.2.3 **Autarcas**

Para o universo dos Autarcas foram identificados cinco subgrupos principais: Equidade Social, Intervencionismo, Equidade Territorial, Liberalismo Económico e *Statu Quo*. A figura 5.3 permite identificar as sucessivas clivagens que dão origem a esses subgrupos e respetivos perfis-tipo.

Figura 5.3 Autarcas: subgrupos principais



Fonte: Inquérito MuVe (2013), elaboração própria

A primeira grande clivagem no seio deste universo decorre da importância relativa atribuída às questões ambientais e à produção local, destacando-se um pequeno subgrupo (A2), que inclui menos de 9% dos Autarcas inquiridos, caracterizado pelo pouco relevo conferido a essas questões numa agenda de construção da economia do futuro.

O grande conjunto A1, por seu turno, subdivide-se em dois subconjuntos, um com maior orientação social (A1.1) e um outro com um pendor de mercado mais forte (A1.2).

Estes subconjuntos subdividem-se igualmente em dois. No primeiro caso (A1.1), é a importância relativa atribuída às autarquias (A1.1.1) ou ao estado (A1.1.2) que justifica a autonomização de dois subgrupos distintos. No segundo caso (A1.2), é a posição de rejeição ou de apoio em relação à opção de atrair investimento estrangeiro e exportar mais, mesmo que isso implique salários mais baixos, que explica a partição em dois subconjuntos: A1.2.1 (contra essa posição) e A1.2.2 (a favor).

Caracterizam-se, de seguida, estes cinco subgrupos.

Autarcas: Equidade Social (A1.1.1)

Este subgrupo, que inclui cerca de um quarto dos Autarcas inquiridos, distingue-se claramente dos restantes por considerar que a qualidade de vida dos cidadãos é a principal finalidade da economia e por defender que as câmaras municipais devem ter um papel essencial na dinamização da economia. Esta perspetiva associa-se a preocupações sociais, traduzidas em opções tais como proibir que as empresas baixem salários ou assegurar uma distribuição mais igualitária da riqueza, mesmo que essas medidas impliquem, respetivamente, preços e impostos mais elevados.

A preocupação com questões sociais, que ocupa um lugar cimeiro, é acompanhada pela defesa de uma maior independência futura da economia face à banca, pelo apelo a uma maior regulação dos mercados financeiros e, secundariamente, pela valorização de atividades de elevado valor ambiental.

Esta perspetiva não se associa preferencialmente a características específicas das autarquias ou da sua localização.

Autarcas: Intervencionismo (A1.1.2)

Este subgrupo, o segundo menos expressivo (15% dos Autarcas inquiridos), caracteriza-se pela defesa de uma economia do futuro muito diferente da atual, através da nacionalização de setores fundamentais da economia e da manutenção de subsídios e de apoios às empresas como condição de manutenção dos preços ao consumidor. Estes Autarcas atribuem grande relevância à regulação quer ambiental (licenciamento de exploração de recursos naturais) quer dos mercados financeiros.

Como no caso anterior, esta perspetiva não se associa de forma preferencial a qualquer característica das autarquias ou da sua localização.

Autarcas: Equidade Territorial (A1.2.1)

Os Autarcas incluídos neste subgrupo partilham, sobretudo, uma posição crítica em relação aos efeitos sociais negativos decorrentes dos processos de globalização da economia, através da atração de investimento estrangeiro ou do reforço das exportações. Ao objetivo de equidade social adicionam, ainda, preocupações de equidade espacial (necessidade de investir em todas as regiões do país e de não restringir esse investimento às cidades) e de preservação

ambiental (consideração dos danos ambientais nas decisões de concessão de autorização à exploração de recursos e da importância de produzir mais com menos recursos).

Embora apenas cerca de 30% dos Autarcas incluídos neste subgrupo o refiram, concentram-se aqui, de forma significativa, aqueles que definem a criação de emprego como a principal finalidade da economia e ainda os que defendem que a cooperação entre indivíduos inovadores é um fator fundamental de mudança a favor da economia do futuro.

Como nos dois subgrupos anteriores, esta perspetiva é transversal a diferentes tipos de autarquias, não se associando de forma preferencial a qualquer das suas características.

Autarcas: Liberalismo Económico (A1.2.2)

Os Autarcas deste subgrupo, o terceiro mais numeroso e com um peso relativo próximo dos subgrupos 1 e 3 (todos com valores entre 23% e 26%), não concordam entre si no que se refere às finalidades da economia e à intensidade da mudança, mas são convergentes quanto à direção que a economia deve tomar: maior abertura ao exterior, recurso à banca desde que não acompanhado por um agravamento de impostos, flexibilização salarial, maior protagonismo por parte das empresas privadas e maior reconhecimento social da iniciativa individual e do empreendedorismo.

Ao mesmo tempo, a maioria dos Autarcas deste subgrupo reconhece a existência de limites à exploração de recursos naturais e defende que viver melhor no futuro deverá significar ganhar mais mas também consumir menos, poupar mais e adotar formas de consumo e de produção mais amigas do ambiente. Esta perspetiva sugere a necessidade de conciliar a melhoria dos níveis materiais de vida com dimensões de bem-estar relacionadas com o reforço da qualidade ambiental. Ao contrário do subgrupo anterior, as preocupações de natureza social não têm expressão para estes Autarcas.

Este subgrupo associa-se de forma relevante a municípios liderados por Autarcas do PSD.

Autarcas: *Statu Quo* (A2)

Este subgrupo de Autarcas, bastante minoritário (menos de 9% dos inquiridos), apresenta características comparáveis às do perfil-tipo E2.2 dos Empresários, que designámos igualmente por *Statu Quo*. Na verdade, também neste caso as respostas dadas pelos inquiridos não indiciam qualquer proposta de agenda para o futuro. As atitudes identificadas em relação à economia do futuro refletem uma postura meramente reativa, de recusa de qualquer iniciativa que contribua para aumentar impostos e preços.

O apelo a uma maior importância das organizações de solidariedade social na economia sugere que estamos perante municípios com perfis produtivos pouco dinâmicos e com problemas graves de natureza social. O facto de os municípios de pequena dimensão (menos de cinco mil habitantes) terem uma presença significativa neste subgrupo parece confirmar essa hipótese.

5.2.4 Uma visão de síntese

Quais as dimensões de análise que mais contribuem para a definição de perfis-tipo, isto é, que correspondem a posições mais contrastadas dentro de cada um dos universos inquiridos?

O quadro 5.1 sintetiza os principais focos de tensão que se verificam entre os subgrupos de cada universo, assinalando as dimensões de análise que têm um impacto muito diferenciador (identificadas com ×) ou moderadamente diferenciador (×).

Quadro 5.1 Dimensões de análise que mais contribuem para a diferenciação interna de cada um dos universos inquiridos: População, Empresários e Autarcas

Dimensões de análise		População	Empresários	Autarcas
Finalidades da economia		×	××	
Intensidade da mudança		×		
Direção da mudança: atitudes	Em relação à economia do futuro	××	××	××
	Em relação a viver bem no futuro	××	×	
Direção da mudança: prioridades por domínios	Ambiente e Economia			××
	Ciência e Economia	×		
	Estado e Economia			×
	Mercado e Economia	×	××	×
	Sociedade e Economia	×		
	Território e Economia	××	××	×
Agentes e instrumentos da mudança	Entidades e cooperação	Não se aplica		
	Instrumentos de regulação e opções de gestão	Não se aplica		
Valores sociais			Não se aplica	Não se aplica
Características sociodemográficas e territoriais		××		

×× – Dimensão muito diferenciadora
× – Dimensão moderadamente diferenciadora
Fonte: Elaboração própria

Para os três universos inquiridos – População, Empresários e Autarcas – a componente mais diferenciadora é, sem dúvida, a que diz respeito às atitudes em relação à economia do futuro, ou seja, a direção que a economia deve tomar. As diferenças dentro de cada um dos universos estudados, mas também as semelhanças entre subgrupos de universos distintos, geram-se, em boa medida, em torno das opções colocadas no âmbito desta dimensão. A resposta à questão «Que economia queremos?» é, pois, a que mais divide os portugueses. Mas também as prioridades a valorizar nos domínios Mercado e Economia e Território e Economia dividem de forma significativa os três universos inquiridos.

As finalidades da economia e as atitudes em relação ao conceito de viver bem no futuro diferenciam internamente os universos População e Empresários. O mesmo não acontece para os Autarcas. Estes são, por seu

turno, os mais polarizados pelas atitudes e pelas opiniões que dizem respeito à relação entre estado e economia e, sobretudo, entre ambiente e economia.

Refira-se, por último, que apenas no universo População existe uma relação sistemática entre os perfis-tipo e as características particulares dos inquiridos. Essa associação não é tão explícita nos outros dois grupos, nos quais, como vimos, são sobretudo o fator dimensão (PME, no caso das empresas; reduzida dimensão populacional, para as autarquias) e, mais pontualmente, o posicionamento político que parecem introduzir alguma especificidade quanto às atitudes e às opiniões dos respetivos responsáveis face à economia do futuro.

Efeito túnel e espaços de respiração: a crise e os jovens

Luísa Schmidt, socióloga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Os tempos que correm alertam-nos para dois fenómenos particularmente agudos na sociedade portuguesa: por um lado, o registo profundo do efeito da crise e, por outro, a avaliação do papel dos mais jovens no futuro do país. Dois tópicos que, aliás, este estudo aborda e desenvolve.

O primeiro consiste no chamado "efeito túnel" que se produziu de forma quase transversal nos universos populacionais em estudo, embora mais acentuada na população menos letrada e mais idosa. Mas também entre uma boa parte dos pequenos e médios empresários e, em menor grau, nos autarcas, cujas respostas parecem por vezes demasiado conformes ao discurso politicamente correto.

Este efeito túnel consiste num fechamento de perspetiva a todos os níveis gerado pelas preocupações constantes e prementes com o dinheiro, pela sua falta a múltiplas escalas e aspetos da vida (Mullainathan e Shafir, 2013). O dinheiro passa a ser o tradutor sistemático de todos os problemas. Com consequências: menos sonhos ou nenhuns e mais medos; menos projetos e mais táticas de curto prazo para salvar situações imediatas – seja os resultados das empresas, seja o voto nas eleições seguintes, seja os problemas quotidianos das famílias e das suas contas.

A crise tornou-se a designação genérica para o indecifrável do mundo contemporâneo. Se as pessoas recuam tendencialmente para o nível de satisfações mais básicas (da "sobrevivência"), é porque a crise removeu dos seus horizontes vários outros níveis. Vive-se hoje em sistema defensivo e recuado aos pequenos mundos de cada um, sem meios para compreender a complexidade dos problemas a escalas mais vastas, nem para dar atenção às novidades que alimentam espe-

rança no futuro. Tudo isto agrava os ressentimentos crónicos num país que não conseguiu amadurecer civicamente 40 anos depois de Abril, mesmo que, em geral, se reconheça o peso que o conhecimento e a qualificação entretanto adquiriram.

Neste ambiente generalizado de fechamento, sem escala e sem perspetiva para olhar para além dos problemas de curto prazo e de âmbito doméstico imediato, a juventude parece não ter lugar nem destino. E este é o segundo tópico que merece reflexão. Constituindo a geração mais capacitada que alguma vez o país teve – tanto no que se refere à escolaridade como à capacidade para a internacionalização que lhe foi incutida na cultura universitária e científica e na familiaridade com a língua inglesa – dir-se-ia que os jovens constituem o objeto de exportação por excelência e que foram "fabricados" para serem emigrados globais definitivos. Mas não. O país, mesmo tenso e limitado, é ainda aquele que eles melhor conhecem e no qual vivem ou viveram a maior parte da sua vida. Para ele, muitos jovens gostariam de vislumbrar amanhãs que cantem e não desafinem.

Por outro lado, são estes mesmos setores mais jovens da população inquirida que revelam, neste e noutros inquéritos, maior empenho nos valores da democracia e da participação cívica. Tal não significa militância ou identificação com o atual panorama partidário, mas quer dizer vontade de participar plenamente na vida social e política noutros formatos (Pinto *et al.*, 2013). São também estes jovens os que mais prezam os valores ambientais e da sustentabilidade, e os que têm melhor formação para perceber o que estes valores implicam (Schmidt e Delicado, 2014).

Que atos governativos poderiam então abrir espaço para o papel desta juventude no país onde muitos deles gostariam de continuar a viver e que tanto deles precisa?

O grande desafio parece, assim, consistir na abertura de "espaços de respiração" dentro da sociedade portuguesa que permitam a esta nova geração viver no seu país, sem ser disso impedida pelas tolhidas perspetivas da atualidade instalada.

O país é pequeno, a sociedade intrincada e cada vez mais tensa e desconfiada. Não se trata tanto de regenerá-la, mas de substituí-la progressivamente. Para isso, é preciso dar oportunidade a que, no seu interior, outros – os mais novos – possam fazer de outro modo.

Esta nova geração está capacitada para criar empresas em setores altamente inovadores ou para renovar atividades mais tradicionais de um modo imaginativo e exigente. Tem culturas organizacionais diferentes e empenhadas na promoção de valores tanto económicos como humanos coerentes. Tem a capacidade de assumir responsabilidades políticas numa democracia moderna fora do jogo vi-

ciado de manipulações e compadrios que têm vindo a degradar a vida cívica aos níveis nacional e local. E tem também capacidades para valorizar e, por isso, retirar enorme benefício e satisfação dos mal estimados recursos naturais e culturais que gerações anteriores aviltaram ou não souberam aproveitar.

Esta nova geração precisa, pois, de "arejamento" e de espaço vital no interior do tecido social português. Não para assegurar continuidades obsoletas ou para mudar o que só muito dificilmente mudará. Mas, pelo contrário, para permitir que se possa também fazer diferente – no sentido da modernidade económica, política, cultural, ambiental e social. Ou seja, no sentido do alastrar de novas dinâmicas que tragam esperança e capacidade de (re)construir o país e o próprio modelo europeu.

5.3 Perfis-tipo e agendas de transição

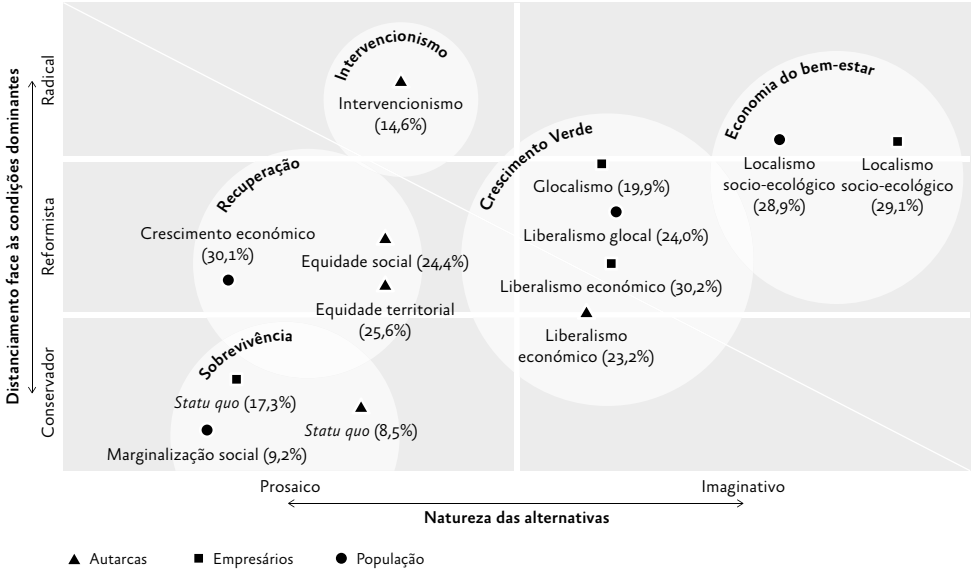
Confirmada a existência de diferenças relevantes de atitudes e de opiniões sobre o futuro da economia no seio de cada um dos universos inquiridos, importa agora perceber se as diferenças detetadas têm alguma relação com as perspetivas sobre o futuro da economia anteriormente analisadas, ou seja, a economia do crescimento numa ótica de quase continuidade (*almost-business as usual*), a economia do crescimento verde (*greening*) e a economia do bem-estar (*all-change*).

Tendo os Empresários e os Autarcas uma visão específica que, para além da sua condição de cidadãos, decorre da atividade e da função social que desempenham, não será de esperar que os perfis-tipo destes dois grupos coincidam entre si ou com os que foram identificados para a População. A caracterização dos perfis-tipo dos três universos inquiridos permitiu, no entanto, identificar convergências interessantes.

Na figura 5.4 agrupamos os perfis-tipo dos três universos analisados em função da posição que ocupam face às duas dimensões-chave indicadas por Dryzek (2005) e apresentadas no Capítulo 2: intensidade da mudança proposta (eixo vertical), avaliada com base na distância em relação ao atual modelo económico de origem industrial (perspetivas conservadora, reformista e radical) e natureza da mudança proposta (eixo horizontal), conforme estejam em causa alterações pouco profundas ou de caráter mais estrutural (perspetivas prosaica ou imaginativa). A linha a tracejado inserida na figura

procura distinguir, em termos aproximados, as perspetivas ou as agendas que visam sobretudo requalificar o atual paradigma económico, atuando ao nível da melhoria e da eficiência dos meios utilizados (triângulo esquerdo), e as perspetivas e as agendas que defendem a adoção de um novo paradigma económico, pressupondo a redefinição dos fins prosseguidos e não apenas a alteração dos meios a que se recorre (triângulo direito).

Figura 5.4 Categorização dos perfis-tipo



Fonte: Inquérito MuVe (2013), elaboração própria

As perspetivas de sobrevivência e de recuperação (regresso à situação de crescimento económico prevalecente antes da atual crise), ambas à esquerda da referida diagonal, têm em comum a dificuldade de imaginar uma economia do futuro diferente. Correspondem a perspetivas de continuidade: não se associam de forma explícita a agendas de mudança e de transição de natureza profunda (imaginativa), prevalecendo a apresentação de soluções reativas e pontuais. As perspetivas de sobrevivência têm uma expressão relativamente reduzida, embora atinjam os 17% no caso dos Empresários. Já as perspetivas de recuperação, no sentido de regresso ao passado recente, têm uma presença muito relevante entre os Autarcas (cerca de 50% dos inquiridos) e significativa

no que se refere à População (30%), mas não têm força suficiente entre os Empresários para constituir um subgrupo autónomo.

A perspetiva da economia do crescimento verde, embora sobretudo reformista e imaginativa, assume variantes distintas, ocupando uma posição de charneira entre as várias visões detetadas. No essencial, os apoiantes desta perspetiva partilham a ideia de que é necessário contruir uma economia diferente através de uma agenda de adaptação por resiliência. Esta perspetiva alcança uma presença significativas nos três universos analisados, com destaque para os Empresários.

Finalmente, as perspetivas mais radicais, à direita da diagonal da Figura 5.4, repartem-se por dois conjuntos, um centrado numa visão de economia do bem-estar e outro focado na defesa de um forte intervencionismo do estado, incluindo, nomeadamente, a nacionalização de sectores-chave da economia. Embora com posições bem contrastadas entre si no que se refere tanto aos fins como aos meios, as perspetivas incluídas nestes dois conjuntos partilham o facto de defenderem a construção de uma economia diferente através de uma agenda não apenas de adaptação mas, mais do que isso, de verdadeira transformação, baseada num novo paradigma económico. A sua repartição pelos três universos é bastante distinta, com o conjunto radical e prosaico (Intervencionismo) exclusivamente associado a Autarcas e o conjunto radical e imaginativo (economia do bem-estar) a mobilizar perto de 30% da População e dos Empresários.

Em termos genéricos, é curioso verificar que os subgrupos relativos à População são os que mais se distribuem pelos vários subquadrantes da figura 4.4, enquanto os Empresários são sobretudo "reformistas-imaginativos" e os Autarcas se concentram maioritariamente no subquadrante "reformista-prosaico".

Capítulo 6

Principais conclusões e pistas para o futuro

Este não é um livro de economistas sobre economia. Também não é uma síntese do atual debate teórico sobre a economia do futuro. Os protagonistas do livro, neste caso, são os que "fazem" a economia no seu dia a dia, através das decisões que tomam, dos comportamentos que assumem, da influência que exercem diretamente sobre familiares, amigos, colegas e conhecidos ou indiretamente através das suas ações ou das condições que criam a terceiros. Os verdadeiros autores deste livro são, de facto, os cidadãos, os empresários e os autarcas que aceitaram partilhar as suas atitudes e opiniões em relação a opções alternativas quanto à economia do futuro.

Nas últimas duas décadas, e sobretudo a partir da crise iniciada em 2007/8, multiplicaram-se os documentos estratégicos e prospetivos com propostas de cenários exploratórios ou mesmo normativos sobre a economia do futuro, visando indicar caminhos que permitam dar resposta à crescente insustentabilidade do atual modelo económico, visível ao nível das três componentes tradicionais do conceito de sustentabilidade: desigualdade social, degradação ambiental e instabilidade económica e financeira.

O que propõem as agendas de mudança e de transição incluídas nesses documentos? Em que medida aderem os portugueses às ideias que constam dessas agendas? Como mobilizar a população, os empresários e os autarcas, entre outros, para a construção de um modelo socioeconómico mais sustentável em Portugal?

Estas são questões que merecem um debate informado e alargado no seio da sociedade portuguesa. Este livro procurou dar um contributo nesse sentido, com uma tripla preocupação. Em primeiro lugar, ser pedagógico tentando revelar e sistematizar o que os portugueses dizem pensar sobre a economia, o futuro e a sustentabilidade. Em segundo lugar, consciencializar

as pessoas, como cidadãos e como profissionais, quanto ao seu papel enquanto agentes de mudança. Finalmente, suscitar uma maior exigência social em relação aos poderes políticos e à sua responsabilidade na construção de uma economia com futuro.

Trata-se de um estudo exploratório, efetuado num contexto socioeconómico bastante particular, em que os efeitos diretos e indiretos da atual crise não podem deixar de influenciar as atitudes e as opiniões expressas pelos inquiridos. Os resultados obtidos devem, por isso, ser interpretados com prudência, tanto mais que não existem estudos análogos anteriores, que permitam uma visão evolutiva, assegurando, por essa via, uma melhor ponderação do significado da informação recolhida. A persistência da atual crise e a diversidade das propostas que têm vindo a ser apresentadas justificam uma maior aproximação aos cidadãos, procurando contribuir para um maior grau de consciencialização, de mobilização e de envolvimento em processos de aprendizagem individual e coletiva. O trabalho realizado procura, justamente, dar um passo nesse sentido.

Qualquer estudo vale tanto pelos resultados obtidos como pelas novas questões que suscita. Relembremos, primeiro, o que parece unir e dividir os portugueses no que se refere às suas atitudes e opiniões sobre a economia do futuro para identificarmos, depois, algumas questões que merecem uma análise e um debate mais aprofundados.

Uma sociedade mista: valores materialistas e pós-materialistas

Em termos genéricos, prevalece junto da população portuguesa um perfil que combina valores materialistas e pós-materialistas, coerente com o contexto socioeconómico em que vivemos.

Por um lado, partilhamos as preocupações características das sociedades que já atingiram níveis elevados de modernização, nomeadamente no que diz respeito à escolaridade da população, ao acesso à informação ou à saúde e à relevância dos aspetos estéticos e da qualidade de vida, o que tem tradução na importância atribuída pelos inquiridos a valores pós-materialistas.

Ao mesmo tempo, contudo, regressámos a momentos em que a sobrevivência de muitos está claramente em causa e a de outros é incerta. Estas situações de rutura efetiva ou potencial quanto a um futuro muito próximo parecem não afetar apenas os grupos da População que se encontram em

posições de maior desvantagem económica e social. Elas são transversais, ainda que com intensidades distintas, aos fatores idade, nível de escolaridade, rendimento e situação perante o trabalho. A importância primordial atribuída ao crescimento económico não se restringe, portanto, às situações de maior vulnerabilidade. Existe a opinião generalizada de que, num contexto de crise como o atual, é prioritário garantir que todos possam dispor dos meios para viver de acordo com os modos de existência que caracterizam as sociedades democráticas.

A participação na vida coletiva e o crescimento económico, os dois valores que mais mobilizam os portugueses na construção da economia do futuro

São valores pós-materialistas, como o apelo a uma maior participação dos portugueses na vida coletiva, tanto quanto às empresas como quanto à esfera política, que mais se associam à defesa de uma economia do futuro que seja diferente da atual e mais sustentável. Contudo, os inquiridos consideram que esta maior participação na economia e na política nacionais deve ser acompanhada por um elevado crescimento económico. A participação na vida coletiva e o crescimento económico surgem, assim, como duas condições interrelacionadas para a construção de uma economia do futuro que ultrapasse as limitações da economia do crescimento hoje prevalecente, em direção a modelos de desenvolvimento socioeconómico mais sustentáveis.

Os fatores consensuais para a inevitável construção de uma nova economia: continuidade e novas preocupações

Os resultados dos inquéritos aos Empresários, aos Autarcas e à População permitem identificar a existência de um consenso particularmente elevado em torno de algumas ideias-chave:

- A necessidade de mudança, isto é, de alterar o modelo de desenvolvimento socioeconómico e as formas de produção e de consumo atualmente prevalecentes;
- A necessidade de basear essa mudança no conhecimento científico, na melhoria da qualificação dos recursos humanos e no papel das PME;
- A necessidade de limitar a exploração de recursos finitos e de trabalhar menos horas mas, ao mesmo tempo, poupar mais.

Esta é a constelação de fatores que une uma parte muito significativa dos portugueses.

Mesmo para quem tem visões distintas sobre a economia do futuro, o conhecimento científico, a qualificação profissional e as PME surgem, de forma transversal, como fatores centrais para alterar um modelo de desenvolvimento socioeconómico visto de forma generalizada como insustentável. É curioso verificar que esses mesmos fatores foram recorrentemente invocados ao longo das últimas décadas como sendo fundamentais para a expansão da economia do crescimento. Neste caso, verifica-se uma clara continuidade entre o passado recente e o futuro desejado.

Já o consenso alargado em torno dos limites à exploração de recursos finitos e da necessidade de alterar alguns padrões de trabalho e de vida indicia a emergência de novas preocupações, no primeiro caso certamente influenciadas pela maior centralidade que as questões ambientais têm vindo a ocupar nos discursos mediático e político e, no segundo caso e de forma mais conjuntural, pelos debates que o atual contexto de crise suscita ou reforça acerca da adoção de novas formas de repartição entre os tempos de trabalho e de lazer e de modos de consumo mais frugais e menos dependentes do acesso a crédito.

População e atitudes face à economia do futuro: aspetos distintivos e diversidade interna

Tomado no seu conjunto, e por comparação com o universo de Empresários e o de Autarcas, é o da População que tem uma visão sobre a economia do futuro mais influenciada pelo atual contexto de crise. A criação de emprego e o acesso a produtos baratos são preocupações recorrentes, justificando mesmo a defesa de subsídios às empresas ou a diminuição de salários como formas de garantir preços ao consumidor mais baixos. Os inquiridos deste universo são também os que mais apoiam uma repartição equitativa dos investimentos pelas várias áreas do país e, curiosamente, os que menos valorizam a importância dos produtos locais.

Ao mesmo tempo, contudo, este universo é o que revela clivagens internas mais acentuadas quanto às suas atitudes e opiniões, resultado compreensível dadas as suas maiores amplitude e heterogeneidade face aos grupos mais específicos dos Empresários e dos Autarcas. No que diz respeito às diferenças detetadas, merecem destaque as seguintes:

• Quase 10% da População inquirida, sobretudo pessoas idosas, do sexo feminino e com níveis muito baixos de escolaridade e de rendimento, não revela qualquer ideia sobre o futuro;
• Cerca de 30% dos inquiridos, sobretudo do sexo feminino, da região Norte e com níveis de escolaridade e rendimentos individuais baixos ou médio-baixos (inferiores a 625 € mensais), imaginam uma economia do futuro igual à prevalecente antes da atual crise, o que sugere uma significativa dificuldade de imaginar uma outra economia;
• Os restantes inquiridos (cerca de 60%) defendem uma economia do futuro diferente da atual e estão maioritariamente dispostos a pagar os custos inerentes a essa mudança (preços e impostos mais elevados, por exemplo). Estes inquiridos revelam, no entanto, visões distintas, sendo o principal fator diferenciador a atitude em relação à necessidade de intensificar a atração de investimento estrangeiro e de aumentar as exportações, mesmo que esses objetivos sejam atingidos à custa da diminuição de salários;
• O perfil-tipo dos inquiridos favoráveis a esta solução (perto de 24% do total) corresponde sobretudo a pessoas do sexo masculino, com uma significativa concentração dos que se classificam politicamente como sendo de centro-direita, que apoiam uma maior liberalização da economia (embora com limites no que se refere aos valores ambientais e de equidade social), e que atribuem uma grande importância à possibilidade de ganhar mais e de consumir mais, mesmo que para isso seja necessário trabalhar mais horas. Este perfil-tipo aproxima-se tendencialmente da perspetiva de crescimento económico verde;
• O perfil-tipo dos inquiridos que rejeitam uma maior internacionalização da economia portuguesa baseada em estratégias de desvalorização salarial (quase 29%) inclui sobretudo jovens urbanos do sexo masculino com níveis de escolaridade mais elevados e de rendimento médio-alto ou alto (até cerca de 3000 € mensais), com valores e atitudes de natureza pós-materialista quanto aos estilos de vida, às questões ambientais e à participação dos cidadãos nas decisões políticas. A visão predominante neste perfil-tipo ocupa uma posição intermédia entre as perspetivas da economia do crescimento verde e da economia do bem-estar, aproximando-se mais desta última.

Empresários e atitudes face à economia do futuro: aspetos distintivos e diversidade interna

Os Empresários valorizam, naturalmente, aspetos de mudança diretamente relacionados com as empresas: maior peso relativo do lucro como finalidade principal da economia, importância de atrair investimento estrangeiro e de aumentar as exportações, apelo a uma maior liberdade de ação por parte das empresas, etc. No entanto, também no seio deste grupo existem perspetivas distintas quanto à economia do futuro.

Nas respostas de cerca de 17% dos Empresários inquiridos não se vislumbra qualquer ideia sobre a economia do futuro, mas sim uma perspetiva de sobrevivência de curto prazo associada a uma evidente insatisfação com a situação atual. Em contraponto com este perfil-tipo, destacam-se outros três, tendo por base, em boa medida, o seu posicionamento em relação a dois aspetos: i) a intensificação da atração de investimento estrangeiro e o aumento das exportações alicerçados na diminuição de salários; e ii) o mercado-alvo de atuação (global, global-local ou local). Identificam-se, assim, três perfis-tipo com perspetivas distintas sobre a economia do futuro e sobre as agendas de mudança a valorizar:

- Um primeiro perfil-tipo (cerca de 30% dos Empresários inquiridos) defende uma mudança assente na crescente globalização e na liberalização da economia, revela preocupações ambientais mas possui pouca sensibilidade para questões de equidade social ou territorial, aproximando-se tendencialmente da perspetiva da economia do crescimento verde;
- Opondo-se a este perfil-tipo, salienta-se um conjunto de Empresários, com um peso relativo equivalente (perto de 29%), que defende uma economia do futuro mais centrada na valorização dos produtos e dos agentes locais (PME e autarquias), na salvaguarda das componentes ambientais e sociais e, ainda, na expansão de novos estilos de vida e em formas mais sustentáveis de produção e de consumo, convergindo com várias das características da perspetiva da economia do bem-estar;
- Numa posição entre os dois perfis-tipo anteriores, emerge um grupo de Empresários (cerca de 20% dos inquiridos) para quem a economia do futuro deve conciliar vários dos aspetos-chave dos dois perfis anteriores, a partir de uma ótica glocal, atribuindo um papel particularmente relevante à internacionalização das PME, ao papel pró-ativo e inovador das autarquias e à iniciativa individual.

Ao contrário do que sucede com o universo População, no qual se verifica uma associação globalmente significativa entre as características dos inquiridos e as atitudes e as opiniões por eles expressas acerca da economia do futuro, no grupo dos Empresários os vários perfis-tipo identificados não se relacionam, em geral, com características particulares das empresas. Destaca-se, apenas, a importância moderada das empresas do setor dos serviços na perspetiva mais favorável à globalização e à liberalização da economia (primeiro perfil-tipo identificado) e das empresas com 10 a 50 pessoas ao serviço (ou seja, de pequena e média dimensão), entre os empresários que defendem uma economia glocal.

Autarcas e atitudes face à economia do futuro: aspetos distintivos e diversidade interna

No seu conjunto, os Autarcas valorizam, mais que os outros dois universos inquiridos, a importância dos produtos locais, do seu próprio papel e da qualificação das redes de estradas como fatores de construção da economia do futuro.

As diferenças no interior deste grupo são, ainda assim, significativas. No entanto, parece ser menos clara a adesão dos perfis-tipo dos Autarcas aos discursos de referência sobre a economia do futuro considerados neste estudo: a economia do crescimento, a economia do crescimento verde e a economia do bem-estar. Os Autarcas combinam, como nenhum dos restantes universos em análise, uma componente ideológica inerente à natureza das suas funções políticas, uma componente pragmática associada à necessidade de responder a interesses e a problemas locais concretos e, ainda, a influência dos discursos socialmente considerados como politicamente corretos. Deste ponto de vista, e de entre os cinco perfis-tipo identificados para os Autarcas, merecem realce os seguintes aspetos:

- O perfil-tipo com melhor definição e maior consistência interna, que inclui cerca de 23% dos Autarcas inquiridos, defende uma perspetiva de liberalização da economia semelhante à que foi identificada tanto no seio da População como no dos Empresários. A presença de autarquias com lideranças políticas do PSD é, aqui, dominante. Este é, também, o único perfil-tipo do grupo dos Autarcas com um alinhamento significativo em relação a uma das visões de referência sobre a economia do futuro: a economia do crescimento verde;

• Apenas no universo dos Autarcas se destaca um perfil-tipo que defende uma economia do futuro baseada na nacionalização de setores fundamentais da economia, a que se adiciona um apelo a uma maior regulação dos mercados financeiros e à manutenção de subsídios e apoios às empresas, de forma a evitar o aumento dos preços ao consumidor. Este perfil-tipo, de forte pendor protecionista, engloba quase 15% dos autarcas inquiridos;

• A muito pequena dimensão dos municípios tende a associá-los, independentemente das orientações partidárias dos respetivos Autarcas, a atitudes de sobrevivência de curto prazo, isto é, à rejeição de quaisquer medidas que impliquem o aumento de impostos ou de preços (prioridades negativas), mesmo que a sua não adoção seja ambientalmente danosa ou que contribua para agravar as desigualdades no futuro.

Uma visão de conjunto: principais fatores de divergência e graus de adesão a diferentes agendas de transição

Se considerarmos as grandes clivagens que se verificam quer entre os três universos inquiridos quer no interior de cada um deles, é possível afirmar que os elementos que mais diferenciam as atitudes e as opiniões dos portugueses face à economia do futuro são:

• A capacidade de ter uma ideia sobre a economia do futuro diferente da atual;

• A oposição ou articulação globalização / localismo;

• A oposição entre liberalização económica e protecionismo;

• A posição face a questões de equidade social e territorial;

• A valorização relativa do crescimento económico e da qualidade de vida dos cidadãos como finalidades principais da economia;

• A adesão a soluções inovadoras e mais sustentáveis de produção e de consumo, próximas de um perfil de valores pós-materialistas.

Ou seja, a intensidade e, sobretudo, a direção e a natureza da mudança dependem, em grande parte, do posicionamento face a esses aspetos, os quais, por sua vez, tendem a associar-se, no caso dos Empresários e dos Autarcas, à valorização de diferentes agentes, instrumentos e opções de gestão para estimular a mudança desejada.

No que se refere ao grau de adesão dos inquiridos aos dois principais discursos de resposta às crises económica e ecológica, verificamos que os perfis-tipo mais próximos da economia do crescimento verde têm uma expressão significativa nos três universos, enquanto os perfis-tipo que englobam aspetos relevantes da economia do bem-estar apenas possuem uma incidência significativa entre a População e os Empresários.

Pensar a economia do futuro: algumas questões-chave

As conclusões das análises efetuadas devem levar em conta o caráter pioneiro deste estudo. De facto, e face à ausência de investigações idênticas, não é possível enquadrar os resultados obtidos em contextos mais amplos, tanto temporais como espaciais. Fica, portanto, por esclarecer até que ponto os resultados alcançados se associam a um contexto particular, marcado por uma forte crise económica, e a características específicas, próprias da sociedade portuguesa.

O facto de os resultados deste estudo não poderem ser comparados diretamente com análises relativas a períodos temporais anteriores ou referentes a outros países implica prudência. Ainda assim, a coerência dos resultados obtidos, tanto em relação ao enquadramento teórico considerado como entre os três universos estudados, sugere que foram dados contributos consistentes, embora preliminares, para um debate mais amplo e robusto sobre o que pensam os portugueses acerca da economia do futuro e da melhor forma de a concretizar.

Por outro lado, o inquérito realizado visa apenas captar atitudes e opiniões, e não comportamentos. Essa seria uma tarefa demasiado complexa para um estudo que engloba três universos tão amplos e diversificados como a População, os Empresários e os Autarcas. Assim, os resultados refletem sobretudo as aspirações e os desejos expressos pelos inquiridos. Não havendo uma relação direta e unívoca entre a adesão a determinadas opções e a sua concretização no que se refere a processos de decisão e de ação, apenas se torna legítimo interpretar os resultados como a manifestação de opções preferenciais no que diz respeito a certas mudanças em detrimento de outras.

Assim sendo, as conclusões apresentadas valem não só por si mas também, e sobretudo, como hipóteses de trabalho a aprofundar em análises posteriores. Apresentamos, de seguida, exemplos de domínios a explorar em novos estudos.

O atual contexto de crise: efeito túnel ou fator de aprendizagem e mudança?

O atual contexto de crise explicará, por certo, parte das atitudes e das opiniões expressas pelos inquiridos dos três universos estudados. Mas, até que ponto terá a crise influenciado os resultados obtidos?

Qualquer período de crise tende a desencadear reações diversificadas e mesmo contraditórias.

Por um lado, contribui para encurtar o horizonte temporal de muitos: o receio de perder as condições de vida já alcançadas face a um futuro desconhecido, imprevisível e ameaçador cria uma espécie de efeito túnel, isto é, aumenta os níveis de incerteza e de insegurança, agrava a falta de confiança nas instituições e nos outros, e reforça os valores materiais, as prioridades individuais e as soluções de curto prazo. A interiorização de que não é possível mudar, a falta de conhecimento de alternativas por ausência de um debate alargado e intelegível por todos nos espaços político e público e a presença (ou visibilidade) vestigial de iniciativas inovadoras que possam ser reconhecidas como anunciadoras do futuro explicam por que razão muitos dos inquiridos não deixam transparecer, nas suas respostas, uma visão minimamente estruturada sobre um futuro diferente para a economia.

Por outro lado, porém, os contextos de crise estimulam a emergência de novas prioridades, de comportamentos inovadores e de perspetivas diferentes, de natureza reformista ou radical, mas que colocam explicitamente em causa muitos dos meios ou mesmo dos fins que caracterizam os modelos prevalecentes de desenvolvimento socioeconómico. Na realidade, a crise pode constituir um fator de aprendizagem, estimulando novas atitudes e opiniões sobre conceitos e valores tão decisivos como abundância e escassez, consumo e bem-estar subjetivo, frugalidade e privação, gestão da poupança e sustentabilidade. Não surpreende, aliás, que seja entre os mais jovens e escolarizados que encontramos os principais embriões de mudança, aqueles que revelam uma maior consciência sobre a necessidade de mudar e de protagonizar as mudanças desejadas.

Contribuirá a atual crise para aumentar o fosso em Portugal entre os grupos sociais associados a cada uma das reações descritas nos parágrafos anteriores? Como reeequilibrar a importância relativa dos perfis-tipo defensores da continuidade, da adaptação e da transformação a favor das duas últimas?

Existirá, de facto, uma associação entre valores sociais e opções sobre a economia do futuro?

No que diz respeito aos valores, o resultado mais surpreendente foi, sem dúvida, a ausência de uma relação mais significativa entre orientações valorativas e opções face à economia do futuro no que se refere ao universo População. Essa relação é estruturalmente baixa ou resulta dos modelos de análise utilizados? Será necessário recorrer a novas abordagens sobre a relação entre valores (individuais e sociais) e objetivos societários, utilizando, por exemplo, modelos que contemplem um leque mais diferenciado de valores ou novas variáveis relativas a fatores que poderão influenciar as atitudes e as opiniões sobre as economias do presente e do futuro, como a exposição aos média ou o tipo de participação cívica?

Como entender melhor o grau de adesão a diferentes agendas de transição para novos modelos de desenvolvimento socioeconómico?

No que se refere à adesão dos portugueses às distintas agendas de transição, verificámos que o reconhecimento generalizado da necessidade de alterar o atual modelo de desenvolvimento socioeconómico é acompanhado por um apoio bastante fragmentado às agendas da economia do crescimento verde e da economia do bem-estar. As atitudes e as opiniões dos inquiridos dos três universos combinam diferentes variáveis do modelo de Dryzek (2005). De facto, um mesmo indivíduo pode apoiar, simultaneamente, aspetos prosaicos e imaginativos, mudanças de maior continuidade e outras mais transformadoras. Se é verdade que a maioria dos inquiridos afirma desejar um novo modelo de desenvolvimento socioeconómico, também é certo que muitas vezes não existe uma preferência inequívoca por qualquer das perspetivas de referência utilizadas neste estudo. Serão os discursos sobre a economia do crescimento verde e a economia do bem-estar os mais relevantes para identificar o que cidadãos e decisores pensam acerca da economia do futuro? E será razoável pensar que cidadãos e decisores com mais informação e melhor conhecimento acerca das diversas alternativas existentes revelariam padrões de respostas mais coerentes?

Como aumentar o diálogo entre os defensores de diferentes agendas de transição para a sustentabilidade?

Os vários perfis-tipo identificados para cada um dos universos inquiridos mostram uma significativa diversidade de atitudes e de opiniões em relação à economia do futuro. Como aumentar a possibilidade de estas várias perspetivas dialogarem mais entre si? Como estimular uma maior capacidade de os cidadãos e os decisores económicos e políticos terem um melhor conhecimento acerca das várias perspetivas sobre a economia do futuro e uma maior consciência acerca das finalidades que cada uma delas prossegue e dos meios a que recorre? Um debate nacional, que colocasse nas agendas mediática, política e social uma discussão sobre as diversas perspetivas de transição para a sustentabilidade ajudaria, por certo, a aumentar a consciencialização individual e coletiva das opções em causa e a clarificar possíveis pontos de contacto e de compromisso.

Como aumentar o reconhecimento do papel das ONG na construção da economia do futuro?

Os resultados obtidos indiciam uma forte valorização do papel do estado enquanto agente orientador e regulador. Contudo, são as PME e as universidades quem reúne um maior reconhecimento como motores de uma possível mudança de modelo de desenvolvimento socioeconómico. Surpreendentemente, e em contraste com a argumentação invocada nas teorias da gestão da transição para a sustentabilidade, as ONG são bastante secundarizadas no que se refere ao valor acrescentado que podem trazer às dinâmicas de mudança da economia. Como estimular o reconhecimento social e reforçar o papel do terceiro setor na definição dos contornos da economia do futuro? O que condiciona a existência de uma maior interação entre responsáveis por ONG, empresários e autarcas? Será que um melhor conhecimento da ação já hoje desenvolvida por muitas ONG nos domínios da animação económica e da dinamização da criação de emprego verde poderia contribuir para um maior reconhecimento social do seu papel na construção de uma economia mais sustentável?

Como reforçar o papel da mudança individual e da inovação social na construção da economia do futuro?

Os resultados deste estudo são claros quanto à intensidade com que os inquiridos dos três universos analisados sublinham quer o papel da ciência como base da economia do futuro quer a intensificação da cooperação entre empresas e universidades como uma das principais fontes de desenvolvimento económico, atribuindo, em geral, um papel bastante subalterno à alteração dos comportamentos individuais. Este facto é tanto mais curioso quanto a quase totalidade dos inquiridos reconhece a necessidade de ocorrerem mudanças no âmbito dos hábitos de consumo. Qual o contributo das dinâmicas de inovação social no contexto das relações entre economia, ambiente e sociedade? Que tipos de estímulos poderão ser desenvolvidos para promover alterações nas práticas individuais que contribuam para a consolidação de formas mais sustentáveis de produção e de consumo?

Como tornar mais eficiente a formulação pública de políticas e de estratégias a favor de modelos socioeconómicos mais sustentáveis?

Este estudo sugere que o conhecimento das atitudes e das opiniões dos cidadãos e dos decisores privados e públicos constitui uma informação importante para melhorar a eficiência da ação pública no plano da formulação de políticas e da construção de estratégias de transição para modelos de desenvolvimento socioeconómico mais sustentáveis. Como podem a administração e os decisores políticos incorporar de forma regular nas suas decisões informação sobre atitudes e opiniões?

Como aumentar a aceitação social de opções políticas baseadas em estratégias de mudança para a sustentabilidade?

Os resultados obtidos dão alguma informação acerca das opções de gestão, dos agentes e dos instrumentos de regulação valorizados por diferentes perfis-tipo de Empresários e de Autarcas. Mas essa informação não permite identificar de forma clara as relações existentes entre a preferência atribuída a diferentes agendas de transição, as estratégias de gestão da mudança para a sustentabilidade a adotar e as políticas públicas que poderiam estimular essa transição. Como estabelecer uma relação mais estreita entre um melhor conhecimento

do grau de adesão às diferentes perspetivas sobre as economias do presente e do futuro e o grau de aceitação social das políticas públicas? Como aumentar a capacidade de influenciar atitudes, comportamentos e decisões de agentes privados e públicos a partir de uma agenda de transição e de estratégias de mudança coerentes?

Qual o grau de especificidade dos discursos, das políticas e das agendas nacionais num contexto crescentemente globalizado?

A importância que em Portugal se atribui recorrentemente a determinados fatores, como o papel das PME, realça a necessidade de entender melhor os discursos nacionais. Quais são os principais discursos associados às agendas de desenvolvimento económico e ao futuro da economia em Portugal? Quem os define, com base em que argumentos, como são veiculados e por quem? O que aproxima e o que distingue os discursos políticos nacionais dos discursos prevalecentes noutros países, nomeadamente da União Europeia e da OCDE? Qual o grau de divergência e de convergência entre as agendas nacionais e as agendas globais?

Que economia queremos? O extenso leque de interrogações que, finalizado este estudo, se podem ainda colocar mostra como a resposta à pergunta que dá o título a este livro exige mais investigação e, sobretudo, uma sociedade mais informada e mais mobilizada para debater a economia do futuro.

Bibliografia

AAVV, 2010, «Degrowth declaration of the Paris 2008 conference» *Journal of Cleaner Production,* 18 523-524; DOI: 510.1016/j.jclepro.2010.1001.1012

Ackoff R, 1974, *Redesigning the Future: A Systems Approach to Societal Problems* (John Wiley & Sons, New York)

Almeida A N, 2003, «Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis» in Vala J, Cabral MV, Ramos A (Eds.), *Valores Sociais: mudanças e contraste em Portugal e na Europa*, 50-97 (Ed. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa)

APP, 2010, *Africa Progress Report 2010: From Agenda to Action. Turning Resources into Results for People* (Africa Progress Panel)

http://www.africaprogresspanel.org/en/our-work/publications/annual-report-2010

Backhaus J, Breukers S, Mont O, Paukovic M, Mourik R, 2012, *Sustainable Lifestyles: Today's Facts & Tomorrow's Trends* (D1.1 Sustainable lifestyles baseline report, UNEP/Wuppertal Institute collaborating, Centre on Sustainable Consumption and Production – CSCP)

http://www.sustainable-lifestyles.eu/fileadmin/images/content/D1.1_Baseline_Report.pdf

Bartolini S, 2010, *Manifesto per la Felicità. Come Passare dalla Società del Ben-avere a quella del Ben-essere* (Donzelli Editore, Roma)

Bina O, La Camera F, 2011, «Promise and shortcomings of a green turn in recent policy responses to the "double crisis"» *Ecological Economics*, 70, 12, 2308-2316

Bina O, Vaz S G, 2011, «Humans, environment and economies: from vicious relationships to virtuous responsibility» *Ecological Economics,* 72, December, 170-178

Bina O, 2013a, «The green economy and sustainable development: an uneasy balance?» *Environment and Planning C – Government and Policy*, 31, 6, 1023–1047

Bina O, 2013b, «The green economy and sustainable development: an uneasy balance at Rio+20?» (Paper presented at: Environment and Society Session, European Sociology Association – Annual Conference, Turin, 28-31 August 2013)

CMEPSP, 2009, *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress* (Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, Paris)

http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/en/index.htm

Costanza R, Alperovitz G, Daly H E, Farley J, Franco C, Jackson T, Kubiszewski I, Schor J, Victor P, 2012, *Buiding a Sustainable and Desirable Economy-in-Society-in-Nature* (UNDSD, New York)

Dryzek J S, 2005, *The Politics of the Earth: Environmental Discourses* (Oxford University Press, Oxford)

EC, 2010, *Europe 2020: A Strategy for Smart, Sustainable and Inclusive Growth* (Communication from the Commission, COM (2010) 2020, Commission of the European Communities, Brussels) http://ec.europa.eu/eu2020/index_en.htm

EC, IILS, 2009, *Green Stimulus Measures* (International Labour Organisation, International Institute for Labour Studies, European Commission, Paper Series No. 15, Brussels)

http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=7247&langId=en

ECLAC, 2010, *Time for Equality – Closing Gaps, Opening Trails* (Economic Commission for Latin America (ECLAC / CEPAL), United Nations, Santiago)

EUCO, 2010b, *Conclusions* (European Council, 17 June 2010, EUCO 13/10, CONCL 2, General Secretariat of the Council, Brussels)

http://ec.europa.eu/eu2020/pdf/council_conclusion_17_june_en.pdf

Flipo F, Schneider F, 2008, *Proceedings of the First International Conference on Economic De-Growth for Ecological Sustainability and Social Equity* (Paris, 18-19 April)

http://events.it-sudparis.eu/degrowthconference/appel/Degrowth%20Conference%20-%20 Proceedings.pdf

Franzen A, Meyer R, 2010, «Environmental attitudes in cross-national perspective: a multilevel analysis of the ISSP 1993 and 2000», *European Sociological Review*, 26, 2, 219-234

Freire A, 2003, «Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparativa» in Vala J, Cabral MV, Ramos A (Eds.), *Valores Sociais: mudanças e contraste em Portugal e na Europa*, 295-362 (Ed. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa)

GTI, Tellus Institute, 2012, *Towards a Transformative Vision and Praxis Report – Premises for a New Economy* (Tellus Institute, Boston)

Hofstede G, 1980, *Culture's consequences* (Sage, Beverly Hills, CA)

IISD, 2012, «A reporting service for environment and development negotiations» *Earth Negotiations Bulletin,* 27, 1-49

http://www.iisd.ca/uncsd/rio20/enb/

ILO, 2012, *Working Towards Sustainable Development. Opportunities for Decent Work and Social Inclusion in a Green Economy* (International Labour Organisation – ILO, Geneva)

INE, 2012, *XV Recenseamento Geral da População. V Recenseamento Geral da Habitação* (Instituto Nacional de Estatística, Lisboa)

Ingebrigtsen S, Jakobsen O, 2009, «Moral development of the economic actor» *Ecological Economics*, 68, 2777–2784

Inglehart R, 1977*, The Silent Revolution in Europe: Changing Values and Political Styles among Western Publics* (Princeton University Press, Princeton)

ISIS, 2010, «Qualitative scenarios», Version: 1.1, November 2010, *PASHMINA Consortium: Paradigm Shifts Modelling and Innovative Approaches*

http://www.pashmina-project.eu/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=37

Jackson T, 2009, *Prosperity without Growth. Economics for a Finite Planet* (Earthscan, Taylor and Francis, New York)

Jänicke M, 2012, «"Green growth": from a growing eco-industry to economic sustainability» *Energy Policy,* 48, 13-21

Kahn H, Wiener A, 1967, *The Year 2000: a framework for speculation on the next thirty-three years* (Macmillan, New York)

Lawhon M, Murphy J, 2012, «Socio-technical regimes and sustainability transitions: insights from political ecology» *Progress in Human Geography,* 36, 3, 354-378

Markard J, Raven R, Truffer B, 2012, Sustainability transitions: an emerging field of research and its prospects, *Research Policy*, 41, 6, 955-967

McKinsey and Company, 2010, *McKinsey Global Survey Results: How Companies Manage Sustainability*

http://www.mckinsey.com/insights/sustainability/how_companies_manage_sustainability_mckinsey_global_survey_results

Meadowcroft J, 1999, «Planning for sustainable development: what can be learned from the critics?» *in* Kenny M. & Meadowcroft J. (Eds.), *Planning for Sustainability,* 12-38 (Routledge, London)

Meadows D, Meadows J, Behrens W, 1972, *The Limits to Growth* (Universe Books, New York)

Meyer-Ohlendorf N, Görlach B, Umpfenbach K, Mehling M, 2009, *Economic Stimulus in Europe – Accelerating Progress towards Sustainable Development?* (ESDN Meeting, Prague, June 2009 Background Paper, Ecologic Institute, Berlin)

Mol A P J, Sonnenfeld D A, Spaargaren G, 2009, *The Ecological Modernisation Reader: Environmental Reform in Theory and Practice* (Taylor & Francis Group, New York)

Mujica J P, 2012, Discurso do Presidente do Uruguai, José Pepe Mujica na Rio+20, *Youtube http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=zsOGZKRVqHQ*

Mullainathan S, Shafir E, 2013, *Scarcity: Why Having Too Little Means So Much*, Ed. Times, NY.

NEAA, 2009, *Getting into the Right Lane for 2050* (Netherlands Environmental Assessment Agency (NEAA/PBL), no. 500150001, Bilthoven)

http://www.pbl.nl/sites/default/files/cms/publicaties/500159001.pdf

NEF, 2009, *The Great Transition – A Tale of how it Turned out Right* (New Economics Foundation – NEF, London) http://www.neweconomics.org/publications/the-great-transition

OECD, 2009a, *Declaration on Green Growth* (adopted at the Council Meeting at Ministerial Level on 24 June 2009, C/MIN(2009)5/ADD1/FINAL, Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD, Paris)

OECD, 2009b, *Green Growth: Overcoming the Crisis and Beyond* (Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD, Paris)

OECD, 2011, *Towards Green Growth* (Organisation for Economic Co-operation and Development –OECD, Paris)

http://www.oecd-ilibrary.org/environment/towards-green-growth_9789264111318-en

O'Neill D W, 2012, «Measuring progress in the degrowth transition to a steady state economy» *Ecological Economics*, 84 221-231

Pauli G, 2010, *The Blue Economy: Cultivating a New Business Model for a Time of Crisis* (Report to the Club of Rome, Paradigm Publications, Taos, New Mexico)

http://www.paradigm-pubs.com/sites/www.paradigm-pubs.com/files/active/1/TBEBooklet. pdf

Pinto A C, Magalhães P, Sousa L, (Eds.) (2013), *A Qualidade da Democracia em Portugal: a Visão dos Cidadãos* (Ed. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa)

Polanyi K, 2001 [1944], *The Great Transformation: The Political and Economic Origins of Our Time* (Beacon Press, Boston)

Robbins L C, 1935 [1932], *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science* (Macmillan, London)

http://www.scribd.com/doc/14242989/An-Essay-on-the-Nature-and-Significance-of-Economic-Science-Lionel-Robbins-London

RoK-PCGG, 2009, *Road to Our Future: Green Growth. National Strategy and the Five-Year Plan (2009-2013)* (Presidential Commission on Green Growth – PCGG, Republic of Korea – RoK)

RoK-Green Growth, 2010, *Framework Act on Low Carbon, Green Growth*, Republic of Korea – RoK, Act No. 9931, Jan. 13, 2010)

http://www.greengrowth.go.kr/english/en_information/en_report/userBbs/bbsView.doc

Rotmans J, Kemp R, van Asselt M, 2001, «More evolution than revolution: transition management in public policy», *Foresight*, 3, 15–31

Schmidt L, Delicado A. (2014), *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia – A Opinião dos Portugueses*, OBSERVA, Colecção Observatórios ICS 1 (Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa)

Shove E, Walker G, 2007, «CAUTION! Transitions ahead: politics, practice and sustainable transition management» *Environment & Planning A*, April, 39, 4, 763-770

UN, 2012, «The Future We Want» Resolution adopted by the General Assembly (United Nations, A/RES/66/288, 11 September 2012)

http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=A/RES/66/288&Lang=E

UNEP, 2009, *Global Green New Deal – Policy Brief* (March 2009, United Nations Environment Programme as part of its Green Economy Initiative, Nairobi)

http://unep.org/pdf/A_Global_Green_New_Deal_Policy_Brief.pdf

UNEP, 2011b, *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication. A Synthesis for Policy Makers.* (United Nations Environment Programme, Nairobi)

http://www.unep.org/greeneconomy/GreenEconomyReport/tabid/29846/Default.aspx

UNESCAP, 2008, *Greening Growth in Asia and the Pacific. Follow up to the World Summit on Sustainable Development: Taking Action on the Regional Implementation Plan for Sustainable Development in Asia and the Pacific, 2006-2010* (United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific – UNESCAP, Santiago)

http://climate-l.org/2009/10/19/unescap-releases-report-on-greening-growth-in-asia-and-the--pacific

Vala J, 1993, «Valores socio-políticos» in França, L (Ed), *Portugal: Valores Europeus – Identidade Cultural*, 221-259 (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa)

Voss J-P, Smith A, Grin J, 2009, «Designing long-term policy: rethinking transition management» *Policy Sciences,* 42, 275–302

Toffler A, 1970, *Future shock* (Random House, New York)

WBCSD, 2010, *Vision 2050 – The New Agenda for Business* (World Business Council for Sustainable Development – WBCSD, Geneva)

http://www.wbcsd.org/includes/getTarget.asp?type=d&id=MzczOTg)

WBGU, 2011, *World in Transition – A Social Contract for Sustainability* (Flagship Report 2011, German Advisory Council on Global Change – WBGU, Secretariat)

http://www.wbgu.de/en/flagship-reports/fr-2011-a-social-contract

Welzel C, Inglehart R, 2005, «Liberalism, postmaterialism, and the growth of freedom» *International Review of Sociology*, 15 (1), 81-108

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Coordenadora da Área de Desenvolvimento Económico:
Susana Peralta

Outros estudos

O cadastro e a propriedade rústica em Portugal [2013]
Coordenador: Rodrigo Sarmento de Beires

25 anos de Portugal europeu [2013]
Coordenador: Augusto Mateus

Director de Publicações: António Araújo

Conheça todos os projectos da Fundação em www.ffms.pt

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL dos SANTOS

Com a crise iniciada em 2007 multiplicaram-se as propostas de organizações internacionais, empresariais, académicas e da sociedade civil para uma nova economia.

Este livro sistematiza os aspetos mais relevantes destas propostas em torno de três perspetivas – economia do crescimento, economia do crescimento verde e economia do bem-estar – e analisa o grau de adesão dos cidadãos, dos empresários e dos autarcas portugueses a essas diferentes visões sobre a economia do futuro.

ISBN 978-989-8662-97-2
9 789898 662972

Um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos
www.ffms.pt